

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	31
4.5 - Processos sigilosos relevantes	32
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	33
4.7 - Outras contingências relevantes	34
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	35

## 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	36
--	----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	38
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	39
5.4 - Outras informações relevantes	40
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	41
6.3 - Breve histórico	42
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	43
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	44
6.7 - Outras informações relevantes	45
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	46
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	50
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	51
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	52
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	53
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	54
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	55
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	56
7.9 - Outras informações relevantes	57
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	63
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	67
8.3 - Operações de reestruturação	68
8.4 - Outras informações relevantes	69
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	70
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	71

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	73
9.2 - Outras informações relevantes	74
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	75
10.2 - Resultado operacional e financeiro	97
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	98
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	99
10.5 - Políticas contábeis críticas	100
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	101
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	102
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	103
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	105
10.10 - Plano de negócios	106
10.11 - Outros fatores com influência relevante	107
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	108
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	110
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	111
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	114
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	115
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	116
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	117
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	118
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	121
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	122

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	123
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	124
12.12 - Outras informações relevantes	125

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	126
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	127
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	130
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	131
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	132
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	133
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	134
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	135
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	136
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	137
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	138
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	139
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	140
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	141
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	142
13.16 - Outras informações relevantes	143

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	144
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	145
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	146

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	147
<b>15. Controle</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	148
15.3 - Distribuição de capital	226
15.4 - Organograma dos acionistas	227
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	228
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	229
15.7 - Outras informações relevantes	230
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	231
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	232
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	235
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	237
17.2 - Aumentos do capital social	238
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	239
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	240
17.5 - Outras informações relevantes	241
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	242
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	243
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	244
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	245
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	252
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	253

## Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	254
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	255
18.10 - Outras informações relevantes	256
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	257
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	258
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	259
19.4 - Outras informações relevantes	260
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	261
20.2 - Outras informações relevantes	262
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	263
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	264
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	266
21.4 - Outras informações relevantes	267
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	268
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	269
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	270
22.4 - Outras informações relevantes	271

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Eduardo Siqueira Moraes Camargo**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente/Relações com Investidores

**Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2012
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia, com a finalidade de emissão de um relatório dos auditores independentes contemplando o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e revisão para os períodos dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014, 2013 e 2012, e a sua adequação com as posições patrimoniais e financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	No último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2014, os auditores independentes receberam da Companhia honorários que totalizaram o valor de R\$ 204.198,47 referentes a serviços de auditoria.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve mudança do auditor.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
João Rafael Belo de Araujo Filho	31/03/2014	026.617.894-48	Rua Henri Dunant, 1383, Torre A, Santo Amaro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wolivetti@deloitte.com
José Roberto Pinto Carneiro	01/01/2012 a 30/03/2014	760.705.308-53	Rua Alexandre Dumas, n.º 1.981, N/A, Ch. Santo Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wolivetti@deloitte.com



### **2.3 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

### 3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)

Exercício social (31/12/2014)

Exercício social (31/12/2013)

Exercício social (31/12/2012)

---

### **3.2 - Medições não contábeis**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteradas, (Lei das S.A) se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório.</p> <p>O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral, observado o disposto no Contrato de Concessão e nas demais normas legais que lhe forem aplicáveis. Referida regra está prevista no estatuto social da Companhia.</p> <p>Neste exercício social, foi efetivamente retido o valor de R\$ 60.697 mil, de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A., para fazer face aos orçamentos de capital previstos para o exercício.</p> <p>Em 2014, não houve a constituição de reserva legal, dado que o saldo da mesma, no montante de R\$ 27.953 mil, atingiu em 2010 o percentual de 20% do capital social que é de R\$ 139.763 mil.</p>	<p>Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteradas, (Lei das S.A) se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório.</p> <p>O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral, observado o disposto no Contrato de Concessão e nas demais normas legais que lhe forem aplicáveis. Referida regra está prevista no estatuto social da Companhia.</p> <p>Neste exercício social, foi efetivamente retido o valor de R\$ 82.159 mil, de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A., para fazer face aos orçamentos de capital previstos para o exercício.</p> <p>Em 2013, não houve a constituição de reserva legal, dado que o saldo da mesma, no montante de R\$ 27.953 mil, atingiu em 2010 o percentual de 20% do capital social que é de R\$ 139.763 mil.</p>	<p>Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteradas, (Lei das S.A) se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório.</p> <p>O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral, observado o disposto no Contrato de Concessão e nas demais normas legais que lhe forem aplicáveis. Referida regra está prevista no estatuto social da Companhia.</p> <p>Neste exercício social, foi efetivamente retido o valor de R\$ 69.096 mil, de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A., para fazer face aos orçamentos de capital previstos para o exercício.</p> <p>Em 2012, não houve a constituição de reserva legal, dado que o saldo da mesma, no montante de R\$ 27.953 mil, atingiu em 2010 o percentual de 20% do capital social que é de R\$ 139.763 mil.</p>
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	<p>Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reteve a título de:</p> <p><i>Reserva de Lucros:</i> R\$ 60.696 mil;</p> <p><i>Reserva Legal:</i> R\$ 0,00 e</p> <p><i>Reserva de Retenção de Lucros:</i> R\$ 27.953 mil</p> <p>Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía qualquer valor em reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar,</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reteve a título de:</p> <p><i>Reserva de Lucros:</i> R\$ 82.159 mil;</p> <p><i>Reserva Legal:</i> R\$ 0,00 e</p> <p><i>Reserva de Retenção de Lucros:</i> R\$ 27.953 mil.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía qualquer valor em reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar,</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reteve a título de:</p> <p><i>Reserva de Lucros:</i> R\$ 69.096 mil;</p> <p><i>Reserva Legal:</i> R\$ 0,00, e</p> <p><i>Reserva de Retenção de Lucros:</i> R\$ 27.953 mil.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía qualquer valor em reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, reserva de lucros a realizar,</p>

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	reservas estatutárias e reserva de capital.	reservas estatutárias e reserva de capital.	reservas estatutárias e reserva de capital.
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O Estatuto Social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício.</p> <p>Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembléia Geral e, se, não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou a sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei.</p> <p>Ainda por deliberação da Assembléia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p> <p>Também mediante decisão da Assembléia Geral, os dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.</p> <p>Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.</p> <p>Neste exercício social a distribuição de dividendos efetivamente realizada foi no valor de R\$ 359.790 mil.</p>	<p>O Estatuto Social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício.</p> <p>Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembléia Geral e, se, não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou a sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei.</p> <p>Ainda por deliberação da Assembléia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p> <p>Também mediante decisão da Assembléia Geral, os dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.</p> <p>Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.</p> <p>Neste exercício social a distribuição de dividendos efetivamente realizada foi no valor de R\$ 202.625 mil.</p>	<p>O Estatuto Social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício.</p> <p>Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembléia Geral e, se, não reclamados dentro de três anos contados da publicação do ato que autorizou a sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.</p> <p>A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei.</p> <p>Ainda por deliberação da Assembléia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p> <p>Também mediante decisão da Assembléia Geral, os dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.</p> <p>Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.</p> <p>Neste exercício social a distribuição de dividendos efetivamente realizada foi no valor de R\$ 398.549 mil.</p>
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>Disposições sobre periodicidade da distribuição de dividendos no Estatuto Social: (i) Dividendo obrigatório: anualmente; (ii) Dividendos intermediários: em períodos inferiores</p>	<p>Disposições sobre periodicidade da distribuição de dividendos no Estatuto Social: (i) Dividendo obrigatório: anualmente; (ii) Dividendos intermediários: em períodos inferiores</p>	<p>Disposições sobre periodicidade da distribuição de dividendos no Estatuto Social: (i) Dividendo obrigatório: anualmente; (ii) Dividendos intermediários: em períodos inferiores</p>

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	conforme deliberação do Conselho de Administração. Periodicidade da distribuição de dividendos, efetivamente realizada neste exercício: Três vezes no ano (28/03, 30/06 e 28/10)	conforme deliberação do Conselho de Administração. Periodicidade da distribuição de dividendos, efetivamente realizada neste exercício: Duas vezes no ano (29/04 e 30/10)	conforme deliberação do Conselho de Administração. Periodicidade da distribuição de dividendos, efetivamente realizada neste exercício: Duas vezes no ano (31/05 e 29/10)
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da referida lei.</p> <p>A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, inclusive “<i>pro-labore</i>” aos administradores-acionistas, previstos no Estatuto Social, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.</p>	<p>A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da referida lei.</p> <p>A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, inclusive “<i>pro-labore</i>” aos administradores-acionistas, previstos no Estatuto Social, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.</p>	<p>A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da referida lei.</p> <p>A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, inclusive “<i>pro-labore</i>” aos administradores-acionistas, previstos no Estatuto Social, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.</p>

Alguns financiamentos da Companhia trazem cláusulas que restringem a distribuição de dividendos acima do mínimo legal, conforme disposições da escritura da emissão de debêntures abaixo transcritas:

#### Terceira Emissão de Debêntures

A Companhia está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:

Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + fees e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;

Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0, onde:

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

*Dívida Líquida = somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo e (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores;*

*EBITDA (resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, acrescido de todos os valores atribuíveis a (i) depreciação e amortização, (ii) provisão de manutenção e (iii) amortização do direito da concessão – ágio, calculado considerando os últimos 12 meses.*

#### Quarta Emissão de debêntures

A Companhia está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se apresentar, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0; e/ou

Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + fees e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;

Dívida Líquida como a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo e, ainda, (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores exceto, em quaisquer dos casos aqui previstos, dívidas subordinadas, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

EBITDA como, para qualquer período, o somatório do resultado operacional da Companhia (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; e (b) despesas financeiras; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) receitas financeiras. O EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

Dívida Líquida/EBITDA como a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

ICSD como, quando aplicado à Companhia, o índice obtido da divisão da Geração de Caixa pelo Serviço da Dívida.

Geração de Caixa como, quando aplicável à Companhia, para qualquer período, o Lucro do Exercício (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) outras despesas não caixa; e (c) juros, fees e outros débitos relacionados à Dívida Líquida; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) outros créditos não caixa.

Serviço da Dívida como todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o período de 12 (doze) meses. No caso de tomada de dívida para substituir parte ou toda outra dívida existente, o Serviço da Dívida deverá ser líquido do efeito da liquidação da dívida existente. No caso de tomada de capital de giro e/ou empréstimo-ponte para o complemento do pagamento do Serviço da Dívida, com a liquidação do referido capital de giro e/ou empréstimo ponte dentro do mesmo período, o Serviço da Dívida a ser aqui considerado deverá ser líquido do efeito da liquidação do capital de giro e/ou empréstimo-ponte.

#### Quinta Emissão de debêntures

A Companhia está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se apresentar, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0; e/ou

Dívida Líquida como a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo e, ainda, (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores exceto, em quaisquer dos casos aqui previstos, dívidas subordinadas, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

EBITDA como, para qualquer período, o somatório do resultado operacional da Companhia (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; e (b) despesas financeiras; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) receitas financeiras. O EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

Dívida Líquida/EBITDA como a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.



### **3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

**3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2014</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2013</b>	<b>Exercício Social Encerrado em 31.12.2012</b>
Dividendos distribuídos/declarados à conta de Lucros Retidos (em R\$ mil)	111.235	40.000	111.549
Dividendos distribuídos à conta de Reservas constituídas (em R\$ mil)	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Montante total da dívida, de qualquer natureza</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2014</b>	1.165.545.000,00	Índice de Endividamento	5,04000000	

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	134.997.000,00	184.722.000,00	0,00	0,00	319.719.000,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	426.901.003,00	495.423.747,00	176.136.619,00	28.491.042,00	1.126.952.411,00
<b>Total</b>	<b>561.898.003,00</b>	<b>680.145.747,00</b>	<b>176.136.619,00</b>	<b>28.491.042,00</b>	<b>1.446.671.411,00</b>
Observação					

### **3.9 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### 4.1. Descrição dos fatores de risco

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios, condição financeira, liquidez e/ou resultados de operações da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo ViaOeste S.A. ("ViaOeste" ou "Companhia"), bem como seus futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de sua emissão. Expressões similares nesta seção devem ser interpretadas com o mesmo significado.

#### a) À Companhia

#### **Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos à Companhia.**

A Companhia é ré em processos judiciais e administrativos, nas esferas cível, tributária, trabalhista e regulatória, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de seus negócios, conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso para a Companhia.

#### ***Nos termos dos contratos financeiros celebrados pela Companhia, ela está sujeita a obrigações específicas, bem como restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.***

A Companhia é parte em diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros e/ou cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, respeitados os termos dos mesmos, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros, incluindo as debêntures da terceira e quarta emissões da Companhia. Caso seja declarado o vencimento antecipado dos referidos contratos financeiros, a Companhia pode não ter caixa suficiente para honrá-los tempestivamente. Além disso, alguns dos contratos financeiros impõem restrições à capacidade da Companhia de contrair dívidas adicionais, tanto em Reais quanto em moeda estrangeira, o que poderia limitar a readequação de seu perfil de endividamento, caso um cenário econômico mais favorável se apresente.

#### ***Não obstante os atuais níveis de endividamento da Companhia, um endividamento substancialmente maior poderá ainda ser contratado. Tal hipótese pode aumentar os riscos relacionados a sua substancial alavancagem.***

A Companhia pode, no futuro, incorrer em um substancial endividamento adicional, incluindo dívidas com garantia. Caso haja um aumento no nível de endividamento ou outras obrigações sejam assumidas pela Companhia, os riscos por ela já assumidos podem ser intensificados.

#### ***Custos de construção maiores do que o esperado podem afetar negativamente a condição financeira e resultados operacionais da Companhia.***

A capacidade da Companhia (i) de concluir adequadamente as construções inacabadas e futuros projetos exigidos pelo seu contrato de concessão e (ii) de assumir projetos acessórios nas concessões existentes está sujeita a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, a inadimplência ou adimplência insatisfatória dos seus contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem significativamente aumentar seus custos de construção e, especialmente se a Companhia não conseguir que alguns ou todos esses custos sejam considerados no fluxo de caixa dos contratos de concessão, tais custos podem afetar negativamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

#### ***Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas, resultando em custos adicionais para a Companhia.***

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões em que a Companhia atua, podem ocorrer deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, e provocar a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em investimentos adicionais aos planejados, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento dos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, impactando negativamente sua arrecadação. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e serviços em face de condições naturais diferentes das atuais, seu resultado operacional e condição financeira podem ser adversamente afetados.

***A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.***

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados por sua administração, principalmente devido ao modelo de negócios e de investimentos adotados pela Companhia. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho em longo prazo ou obrigação de não concorrência.

A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de membros de sua administração ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

### ***Término antecipado da concessão.***

Em caso de descumprimento do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP ou Poder Concedente”), na qualidade de sucessora do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo – DER/SP (“DER” e “Contrato de Concessão”, respectivamente) ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à caducidade da concessão do Sistema Castello-Raposo, decorrente do Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do DER (“Concessão”), ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decretos do Poder Concedente e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade à atualidade do serviço concedido.

O parágrafo 6º do Artigo 38 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), dispõe que, declarada a caducidade da Concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da Concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

***Parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, os quais não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.***

Parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, tais bens não estarão disponíveis, pois devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da legislação aplicável. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos credores da Companhia em caso de falência, além de poderem ter um efeito negativo em sua capacidade de obter financiamentos.

***A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.***

No momento, praticamente todas as receitas da Companhia são oriundas de pedágios e podem ser afetadas por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas de pedágios e diminuição do número de usuários de suas rodovias em razão do aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade,

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas que não tenham sido concedidas à Companhia, à qualidade e estado de conservação de suas rodovias, preços dos combustíveis, normas ambientais (incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar), a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais, climáticos, dentre outros. A Companhia não pode garantir que será capaz de adaptar suas operações em resposta às mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o negócio e a condição financeira da Companhia.

***A Companhia está sujeita a riscos de taxas de juros, uma vez que financia boa parte de suas operações.***

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que toma diversos financiamentos e que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (Taxa de Juros de Longo Prazo – “TJLP”, e Certificado de Depósito Interbancário - “CDI”, nos empréstimos denominados em Reais). Caso a autoridade monetária (Comitê de Política Monetária – COPOM) venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas significativas na política monetária que resultem no aumento efetivo da taxa de juros, os encargos que a Companhia paga em suas dívidas aumentarão, afetando adversamente sua condição financeira.

b) *Ao controlador da Companhia, direto ou indireto, ou grupo de controle*

***Somos uma sociedade de participações e, por essa razão, dependemos dos resultados das Concessionárias.***

Os negócios são conduzidos por meio das concessionárias que a CCR opera. A capacidade de cumprir obrigações financeiras está condicionada ao fluxo de caixa e receitas das nossas subsidiárias diretas e indiretas e a distribuição ou transferência de tais receitas para nós na forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou empréstimos. Algumas das subsidiárias estão, ou podem estar no futuro, sujeitas à necessidade de realizar novos investimentos originalmente não previstos, bem como firmar contratos de empréstimo que proibam ou limitem a transferência de capital para nós e/ou que exijam que as demais dívidas das concessionárias estejam subordinadas às dívidas incorridas sob tais contratos de empréstimo.

Uma parte significativa dos bens da CCR está vinculada às nossas concessões. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos das concessões da CCR e com a legislação. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis aos acionistas da CCR em caso de liquidação, além de poderem ter um efeito negativo na capacidade da CCR de obter financiamentos.

***Nosso crescimento por meio de licitações ou de aquisições de concessionárias pode ser afetado de forma adversa por medidas regulatórias futuras ou por políticas de governo relacionadas ao programa brasileiro de concessões de rodovias.***

Os Poderes Concedentes, em seus editais, impõem certos requisitos que devem ser atingidos por todos os participantes de licitações, incluindo indicadores de estabilidade financeira do participante ou de seus acionistas. Não é possível assegurar que, no futuro, seremos capazes de atender a todos os requisitos exigidos pelos futuros processos licitatórios, especialmente pelo fato de que algumas de nossas concessões foram obtidas antes da constituição da CCR, com base na capacidade de nossos acionistas de atender aos requisitos exigidos. Adicionalmente, qualquer aquisição que envolva a transferência de controle de uma concessionária já existente para nós deve ser submetida à aprovação prévia do Poder Concedente.

As decisões sobre concessão de serviços públicos, como é o caso das rodovias, principal negócio do Grupo CCR, variam em função de políticas públicas. As regras para a licitação de concessões de serviços públicos estão sujeitas a alterações, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Processos licitatórios nos âmbitos federal e estadual deverão ocorrer no futuro, mas não podemos assegurar que, de fato, os respectivos governos os implementarão. Caso tais processos licitatórios não venham a ocorrer, sejam insignificantes, economicamente inviáveis ou não atrativos para nós, a expansão e a diversificação de nosso negócio poderá sofrer um impacto adverso.

***Nossas aquisições futuras podem ser contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras.***



## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Lei nº 8.884/94, que tratava sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, determinava, em seu art. 54, que todo ato, independentemente da sua forma, que pudesse limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultasse na dominação de mercados, deveria ser submetido à apreciação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"). Além do critério geral, a notificação era obrigatória em duas hipóteses objetivas: (i) quando a participação de mercado das empresas envolvidas ou de seus respectivos grupos econômicos resultasse em um índice igual ou superior a 20%; e (ii) quando qualquer dos participantes do ato tivesse registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$400 milhões.

Em 29 de maio de 2012, entrou em vigor a nova lei de defesa da concorrência que instituiu o regime de análise prévia dos atos de concentração, pelo qual os mesmos não poderão ser consumados antes de aprovados, sob pena de nulidade e multa. Deverão, portanto, ser preservadas as condições de concorrência entre as empresas envolvidas até que o ato seja decidido. Quanto às hipóteses de submissão, não há mais o critério da participação de mercado das empresas envolvidas, estabelecendo a Lei nº 12.529/12, em seu artigo 88, que deverão ser apresentados os atos em que, cumulativamente: (i) pelo menos um dos grupos tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios no Brasil equivalente ou superior a R\$750 milhões; e (ii) pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no Brasil equivalente ou superior a R\$75 milhões.

O SBDC, ao avaliar uma determinada operação, avalia seus efeitos concorrenciais no mercado em que a empresa atua. No caso das futuras aquisições da CCR, muito embora a CCR seja detentora de concessões públicas com tarifas reguladas, os aspectos concorrenciais devem ser cuidadosamente avaliados, a fim de evitar contestações pelas autoridades de defesa da concorrência, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da CCR.

### ***Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem nos causar efeitos adversos.***

Somos réus em processos judiciais e administrativos, nas esferas cível, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós.

### ***Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios.***

Não há como garantirmos que quaisquer de nossas metas e estratégias para o futuro serão integralmente realizadas. Em consequência, podemos não ser capazes de expandir nossas atividades e ao mesmo tempo replicar nossa estrutura de negócios, desenvolvendo nossa estratégia de crescimento de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Adicionalmente, podemos não ser capazes de implementar padrões de excelência na nossa gestão operacional, financeira e de pessoas. Caso não sejamos bem sucedidos no desenvolvimento de nossos projetos e empreendimentos e em nossa gestão, o direcionamento da nossa política de negócios será impactado, o que pode causar um efeito adverso para nós.

Caso venhamos a ter sucesso com a nossa estratégia de expandir e diversificar nossos negócios, será necessário obtermos financiamentos adicionais. Não podemos assegurar que financiamentos, cujos termos e condições nos sejam aceitáveis, estarão sempre disponíveis. Adicionalmente, o sucesso na implementação da nossa estratégia de negócios em novos segmentos, especialmente na concessão de infraestrutura metroviária, aeroportuária, transporte de passageiros, inspeção veicular, dentre outras, e na diversificação geográfica, depende de uma série de fatores, incluindo a existência de oportunidades de investimentos lucrativos e um ambiente legislativo e regulatório estável. A inexistência de qualquer desses fatores e o nosso déficit de habilidade operacional nesses segmentos podem afetar negativamente nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

### ***Uma vez que nossa estratégia de crescimento envolve o enfoque na aquisição de sociedades ou participações nos respectivos capitais, nós podemos ser afetados negativamente caso nós não consigamos adquirir sociedades ou participações ou caso as sociedades que nós adquirimos ou compartilhamos o controle não alcancem os resultados esperados.***

Faz parte de nossa estratégia adquirir novas concessões em processos licitatórios, bem como participações nas atuais concessionárias. Qualquer dessas transações envolve uma série de riscos adicionais e dificuldades para os nossos

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

negócios, incluindo: (i) dificuldades de integrar as operações, sistemas de administração de informações, recursos humanos, *marketing* e suporte; (ii) atrasos ou obstáculos no aproveitamento de potenciais benefícios e sinergias; (iii) dificuldades em manter funcionários importantes para o negócio; (iv) dificuldades em recuperar o investimento realizado; (v) custos e contingências não previstas inicialmente; e (vi) outras conseqüências de natureza contábil. Além disso, estamos sujeitos a não obter os benefícios esperados em qualquer uma das aquisições. Se não conseguirmos vencer licitações, adquirir negócios e integrar as operações e as administrações dos negócios ou se não conseguirmos alcançar a sinergia necessária nos processos, nossas receitas e resultados financeiros consolidados podem ser afetados negativamente.

***Nos termos de nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a obrigações específicas, bem como restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais.***

Somos parte em diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Além disso, alguns de nossos contratos financeiros impõem restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais, tanto em Reais quanto em moeda estrangeira, o que poderia limitar a readequação do seu perfil de endividamento, caso um cenário econômico mais favorável se apresente.

Note-se, também, que parte significativa das receitas de alguns de nossos negócios foi dada como garantia a contratos financeiros celebrados no curso normal de nossos negócios.

***Estamos sujeitos a riscos de taxas de juros, uma vez que financiamos boa parte de nossas operações.***

Estamos expostos ao risco de taxa de juros, uma vez que tomamos diversos financiamentos e que a maior parte de nossas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (LIBOR, nos empréstimos denominados em Dólares, e TJLP e CDI, nos empréstimos denominados em Reais). Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, incluindo a TJLP, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da taxa de juros, os encargos que pagamos em nossas dívidas aumentarão, afetando adversamente a nossa condição financeira. Ademais, parte de nosso endividamento denominado em Reais é reajustado pelo IGP-M e em IPC-A.

***A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da CCR.***

A capacidade da CCR de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados por sua administração, principalmente devido ao modelo de negócios e de investimentos adotados pela CCR. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho de longo prazo ou obrigação de não concorrência. A CCR não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua administração e acompanhar seu ritmo de crescimento. A perda de membros de sua administração ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da CCR.

***O público pode reagir negativamente à cobrança de tarifas e aos reajustes periódicos de tarifas.***

A prática de operação de rodovias, metrô, aeroportos e transporte de passageiros, por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil, em especial as rodovias, setor principal de nossa atuação, com pouco mais de quinze anos. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que tem organizado protestos e bloqueado estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio.

Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo contrato de concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às nossas tarifas de pedágio, como também podem reduzir a nossa receita dispersando o tráfego de nossas vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente nossos resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### ***Custos de construção maiores do que o esperado podem afetar negativamente a nossa condição financeira e resultados operacionais.***

Nossa capacidade (i) de concluir adequadamente as construções inacabadas e futuros projetos exigidos pelos nossos contratos de concessão, (ii) de assumir projetos acessórios nas concessões existentes; e (iii) de adquirir novas concessões está sujeita a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, a inadimplência ou adimplência insatisfatória dos nossos contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente nossos custos de construção e, especialmente se não conseguirmos que alguns ou todos desses custos sejam considerados no fluxo de caixa dos contratos de concessão, eles podem afetar negativamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

### ***Estamos expostos a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.***

No momento, a maior parte de nossas receitas é oriunda da cobrança de pedágios e pode ser afetada por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas dos pedágios e reações dos usuários ao aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da nossa rede, à qualidade e estado de conservação das nossas rodovias, preços dos combustíveis, normas ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar, a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, sócio-culturais e climáticos. O tráfego de veículos pesados, responsável por 56,0% em 2012, 56,7% em 2013 e 53,9% em 2014, também pode ser afetado por mudanças na economia. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o nosso negócio e a nossa condição financeira.

#### *c) A seus Acionistas*

### ***A CCR pode ter interesses conflitantes com os interesses de outros investidores.***

A CCR tem poderes para, dentre outros, eleger a totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia e determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e o pagamento de quaisquer dividendos. O interesse da CCR, ou de seus eventuais sucessores, poderá diferir dos interesses dos demais investidores.

### ***A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas.***

De acordo com o seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Seu Estatuto Social permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de (i) balanço patrimonial semestral, ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei, dos contratos financeiros e do Contrato de Concessão.

Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.

#### *d) As controladas e coligadas da Companhia*

A Companhia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, não tem controladas e/ou coligada, nos termos do artigo 243 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações. Diante disso, não possui fatores de risco relacionados a controladas e coligadas.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### e) *Aos fornecedores da Companhia*

Atualmente a Companhia terceiriza uma parcela considerável de certas atividades, podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Adicionalmente, não temos controle sobre os processos internos das empresas prestadoras de serviços terceirizados e a eventual queda na qualidade ou descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o resultado da Companhia poderá ser impactado adversamente.

### f) *Aos clientes da Companhia*

A Companhia é uma concessionária de serviços públicos, e portanto, tem usuários de rodovias e não clientes.

#### ***A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao volume de tráfego.***

A redução do uso de veículos, que poderia decorrer de mudanças adversas nas condições econômicas ou do aumento do preço dos combustíveis, afetaria adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Os negócios da Companhia dependem do número de veículos de carga e de passeio que trafegam em suas rodovias e da frequência com que eles o fazem. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou outros fatores. Tal efeito poderia surgir também diretamente de circunstâncias pessoais dos usuários ou indiretamente de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A redução do tráfego, seja pelo fraco desempenho da economia ou pelo aumento de preços dos combustíveis, afetaria adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

#### ***O público pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.***

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil, com pouco mais de dez anos. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo Contrato de Concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, como também podem reduzir sua receita, dispersando o tráfego de suas vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

### g) *Aos setores da economia nos quais a Companhia atua*

#### ***O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.***

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de pedágio, de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente. O Contrato de Concessão é um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para os termos e condições aplicáveis à concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar. Se os custos da Companhia aumentarem ou suas receitas diminuirão significativamente ou a Companhia tiver que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou no Contrato de Concessão ou ainda como resultado de medidas unilaterais, por parte dessa autoridade, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente, ainda que a Companhia tenha direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

#### ***Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de custo ou redução de tarifas, não gere tempestivamente um aumento do seu fluxo de caixa.***

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O Contrato de Concessão da Companhia especifica a tarifa de pedágio que pode ser cobrada e prevê um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, essas tarifas estão sujeitas à aprovação do Poder Concedente e a Companhia não pode assegurar que o mesmo agirá de forma favorável ou diligente.

Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, a Companhia deve confiar num mecanismo menos objetivo, previsto em seu Contrato de Concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto nós quanto o Poder Concedente possamos buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subseqüentes à assinatura do Contrato de Concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

***A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão da Companhia pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.***

A concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo Contrato de Concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Apesar de termos o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, em caso de rescisão unilateral antecipada, a Companhia não pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente rescindir o contrato de concessão em caso de inadimplemento, o valor pode, teoricamente, ser reduzido a até zero pela imposição de multas ou outras penalidades.

O negócio da Companhia depende do número de veículos que trafegam em suas rodovias e da frequência com que eles o fazem. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis, surgimento de novos concorrentes modais ou demais fatores. Tal efeito poderia surgir também diretamente de circunstâncias pessoais dos usuários ou indiretamente de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A redução do tráfego, seja pelo fraco desempenho da economia ou pelo aumento de preços dos combustíveis, afetaria adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia, fato esse que não tem condão de ensejar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

***Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.***

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação. Embora as tarifas estejam sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação, tais reajustes, em geral, somente podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95 (a Lei do Plano Real) e o Contrato de Concessão.

Atualmente são permitidos reajustes anuais em decorrência da taxa de inflação e revisões em decorrência do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo possui ineficiências que podem atrasar seus resultados e está sujeito à discricionariedade do Governo Federal. Portanto, se a inflação for bastante elevada e a Companhia não for capaz de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro mecanismo apropriado, nossos resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa poderiam ser afetados adversamente.

***O aumento da concorrência poderia reduzir as receitas da Companhia.***

As principais concorrentes da Companhia são as rodovias sob administração direta do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais que, apesar de menos atrativas para os motoristas em geral, não cobram pedágio e, dessa

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

maneira, desviam o tráfego das rodovias operadas pela Companhia. A Companhia também concorre em algumas de suas áreas de operação, como com rodovias do Estado de São Paulo, concedidas, parcialmente, paralelas e com menores tarifas. A medida que seja dado andamento ao processo de concessão, a Companhia estará sujeita a um aumento na concorrência. O aumento na concorrência ou a melhoria patrocinada pelo Governo Federal e por Governos Estaduais e Municipais das rodovias existentes poderia reduzir o tráfego nas rodovias operadas pela Companhia e, portanto, suas receitas.

Conforme o programa de concessão de estradas avança, a Companhia estará sujeita ao aumento de competição. O aumento da competitividade ou melhorias subsidiadas pelos Governos nas estradas existentes podem reduzir o tráfego nas vias da Companhia e, assim, reduzir suas receitas.

h) *À regulação dos setores em que a Companhia atua*

***Atuamos num ambiente altamente regulado e os nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais.***

Nossa principal atividade comercial, a operação, exploração, manutenção e melhoria de rodovias e pontes, bem como as demais atividades, de operação metroviária e inspeção ambiental veicular, são serviços públicos delegados à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. Além disso, ao poder concedente é conferida ampla discricionariedade, com a qual pode determinar, inclusive, que as tarifas por nós cobradas sejam reduzidas ou os investimentos previstos sejam incrementados, ainda que observando nosso direito ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Atitudes como essas ou o estabelecimento de normas ainda mais rígidas poderão afetar nossos resultados adversamente. Adicionalmente, podemos ser afetados pelas decisões dos Governos Federal, Estaduais e Municipais com relação ao desenvolvimento do sistema rodoviário brasileiro, especialmente no que concerne à outorga de novas concessões, podendo aumentar a concorrência, ou com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessão de rodovias, limitar a nossa capacidade de crescer e implementar a nossa estratégia de negócios. Da mesma forma, quanto ao sistema de metrô e de inspeções ambientais veiculares da cidade de São Paulo.

***O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às nossas concessões. Assim, é possível que tenhamos que nos sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.***

Nós obtemos quase a totalidade de nossa receita da cobrança de pedágio de acordo com contratos de concessão celebrados com Governos Estaduais e Federal. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às nossas concessões e as tarifas que podemos cobrar. Se nossos custos aumentarem ou nossas receitas diminuirmos significativamente ou tivermos que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou ainda como resultado de medidas unilaterais, por parte dessas autoridades nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente, ainda que tenhamos direito à recomposição econômico-financeira dos contratos.

***Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de custo ou redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.***

Nossos contratos de concessão especificam as tarifas de pedágio que podemos cobrar e prevêem um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, essas tarifas estão sujeitas à aprovação do Poder Concedente e não podemos assegurar que o mesmo agirá de forma favorável ou diligente.

Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, devemos confiar num mecanismo menos objetivo, contar com uma metodologia legal e contratualmente prevista, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Essa metodologia permite que tanto nós quanto o Poder Concedente possamos buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetaram os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do respectivo Poder Concedente. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

***A rescisão unilateral antecipada dos nossos contratos de concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.***

Nossas concessões estão sujeitas à rescisão unilateral antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Apesar de termos o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos dos contratos de concessão, em caso de extinção antecipada, não podemos assegurar que esse valor seria suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o contrato de concessão em caso de inadimplemento, o valor pode teoricamente ser reduzido a até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades.

***Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.***

Estamos sujeitos a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas por nós. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e sobre nossos resultados.

Além disso, se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderemos sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia. Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que assumimos por meio de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia.

***Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade de aumentarmos as tarifas de pedágio adequadamente pode afetar nossos resultados operacionais.***

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação. Embora as tarifas estejam sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação, tais reajustes, em geral, somente podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95, a Lei do Plano Real. Atualmente são permitidos reajustes anuais em decorrência da taxa de inflação e revisões em decorrência do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo possui ineficiências que podem atrasar seus resultados e está relativamente sujeito à discricionariedade do Poder Concedente. Portanto, se a inflação for bastante elevada e não formos capazes de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

mecanismo apropriado, nossos resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa poderiam ser afetados adversamente.

### ***O aumento da concorrência poderia reduzir nossas receitas.***

Nossas principais concorrentes são as rodovias sob administração direta dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, que, apesar de menos atrativas para os motoristas em geral, não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam o tráfego das rodovias que operamos. Também concorremos em algumas de nossas áreas de operação, como o Estado de São Paulo, com outras rodovias concedidas, parcialmente paralelas e com menores tarifas. À medida que seja dado andamento ao processo de concessão, estaremos sujeitos a um aumento na concorrência.

O aumento na concorrência ou a melhoria patrocinada pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais das rodovias existentes poderia reduzir o tráfego nas rodovias que operamos e, portanto, nossas receitas. Conforme o programa de concessão de estradas avança, nós estaremos sujeitos ao aumento de competição. Além disso, com a melhoria do sistema de transporte público do Estado de São Paulo, estaremos sujeitos à competição de outras formas de transporte público, como ônibus e trens.

Da mesma forma, também concorrerão com nossa operação do Metrô de São Paulo, as demais formas de transporte coletivo da cidade de São Paulo, cuja melhoria poderá ensejar impacto nas receitas da ViaQuatro. O aumento da competitividade ou melhorias no sistema de transporte público podem reduzir o volume de passageiros em nossa linha de metrô e, assim, reduzir as receitas.

Ademais, competimos com novos e atuais players atuantes nas licitações que participamos para levarmos adiante nossos planos de expansão. Esses competidores podem ser mais capazes que nós, possuir melhor acesso a capital e financiamentos ou outras vantagens competitivas. Dessa forma, podemos não conseguir oferecer os melhores preços e condições nessas licitações, em razão da participação de ditos novos players no mercado ou companhias visando obter concessões com menores lucros. Portanto, não há garantia de que obteremos sucesso nessas licitações e em consequência, nossos competidores podem aumentar sua participação de mercado.

### ***A redução do uso de veículos, que poderia decorrer de mudanças adversas nas condições econômicas ou do aumento do preço dos combustíveis, afetaria adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.***

Nossos negócios dependem do número de veículos de carga e de passeio que trafegam em nossas rodovias e da frequência com que eles o fazem. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou outros fatores.

Tal efeito poderia surgir também diretamente de circunstâncias pessoais dos usuários ou indiretamente de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A redução do tráfego, seja pelo fraco desempenho da economia ou pelo aumento de preços dos combustíveis, afetaria adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

#### *i) Aos países estrangeiros onde a Companhia atua*

A Companhia não possui fatores de risco relacionados a este assunto, pois sua atuação é restrita ao Brasil.



## **4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco**

A Companhia constantemente analisa os riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de mercado, tais como Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE), IGP-M (FGV), Produto Interno Bruto (PIB), produção industrial, além de taxas de referência para aplicações financeiras, como CDI (CETIP) e TJLP. A Companhia possui elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. A Companhia também detém apólices de seguro de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e *All Risk*. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos mencionados riscos na seção 4.1.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes****Processos Administrativos****CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.**

<b>Processo: 012.219/2011 – Processo Administrativo</b>	
<b>Juízo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP)
<b>Instância</b>	Administrativa
<b>Tipo de Ação</b>	Processo Administrativo
<b>Data de instauração</b>	10/02/2012
<b>Pólo Ativo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP)
<b>Pólo Passivo</b>	Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
<b>Objeto</b>	Análise do reequilíbrio econômico financeiro formalizado pelo Termo Aditivo Modificativo nº 12, 21 de dezembro de 2006.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Inestimável
<b>Principais fatos</b>	Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia, as quais tramitam sob sigilo de justiça.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise de impacto em caso de perda do processo</b>	A decisão de encerramento do processo administrativo não trouxe qualquer impacto concreto na ViaOeste.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não há.

<b>Processo: 053020283981 – Judicial Cível</b>	
<b>Juízo</b>	6ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo
<b>Instância</b>	2ª Instância
<b>Tipo de Ação</b>	Obrigação de Fazer – Contrato de Concessão
<b>Data de instauração</b>	14/12/2004

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Pólo Ativo</b>	Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. – INTERVIAS, Ecovias dos Imigrantes S.A., Renovias Concessionária S.A., Triângulo do Sol Auto-estradas S.A., VIANORTE S.A. e Concessionária de Rodovias Tebe S.A.
<b>Pólo Passivo</b>	Estado de São Paulo, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte no Estado de São Paulo (ARTESP).
<b>Objeto</b>	Revisão das tarifas cobradas pelas concessionárias do Estado de São Paulo em razão da não cobrança dos eixos suspensos de Caminhões.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	O direito de aumentar as tarifas cobradas no Estado de São Paulo em razão da cobrança da tarifa de pedágio pelo número de eixos, independentemente de estarem ou não suspensos.
<b>Principais fatos</b>	Em 06/08/2004 foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 12/05/2010 foi negado provimento à apelação. Em 03/12/2013, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao Recurso Especial das concessionárias. Contra essa decisão, o Estado de São Paulo apresentou embargos de declaração que foram acolhidos para reformar a decisão anterior e não conhecer do Recurso Especial. Contra esta decisão as concessionárias interpuseram Agravo Regimental que por unanimidade tiveram seu provimento negado. Aguarda exame de admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto pelas concessionárias ao STF.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de chance de perda</b>	Não haverá impacto. As tarifas cobradas pelas concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo permanecerão inalteradas.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não há valor provisionado

<b>Processo: 1026968032014826053 – Judicial Cível</b>	
<b>Juízo</b>	8ª. Vara da Fazenda Pública de São Paulo
<b>Instância</b>	1ª Instância
<b>Tipo de Ação</b>	Ordinária de desconstituição de ato administrativo
<b>Data de instauração</b>	01/07/2014
<b>Pólo Ativo</b>	Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.
<b>Pólo Passivo</b>	Estado de São Paulo e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte no Estado de São Paulo (ARTESP).
<b>Objeto</b>	Visa a aplicação do índice de reajuste previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio.

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	O direito de reajustar as tarifas cobradas no Estado de São Paulo de acordo com o índice previsto no Contrato de Concessão.
<b>Principais fatos</b>	Em 03/03/2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração apresentados pelas partes.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de chance de perda</b>	A ViaOeste não poderá reajustar a tarifa de acordo com o índice contratual.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não há valor provisionado

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

A Companhia contende com o Estado de São Paulo e a ARTESP em ação cujo objeto envolve a discussão da validade do Termo Aditivo Modificativo firmado por esta no final do ano de 2006, que trata da recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão por meio da concessão da extensão do prazo contratual. Referido processo tem chance de perda classificada como remota pelos advogados responsáveis pela causa, não existindo provisão constituída para eventual condenação. Em caso de perda, o respectivo Termo Aditivo será declarado nulo e, como consequência, o reequilíbrio será reapreciado em novo processo administrativo que tramitará perante ARTESP.

#### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que sejam relevantes em conjunto.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.



**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados****a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não aplicável à Companhia, que é constituída e só possui valores mobiliários negociados no Brasil.

**b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**

Não aplicável à Companhia, que é constituída e só possui valores mobiliários negociados no Brasil.

**c) hipóteses de cancelamento de registro**

Não aplicável à Companhia, que é constituída e só possui valores mobiliários negociados no Brasil.

**d) outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável à Companhia, que é constituída e só possui valores mobiliários negociados no Brasil.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### ***Risco de taxas de juros e inflação***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas à (1) CDI relativo às debêntures da quarta e quinta (série 1) emissões; (2) IPCA relativo à quinta emissão de debêntures (série 2); (3) TJLP relativos aos empréstimos em reais e (4) IGP-M relativo ao ônus da concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro da Companhia totalizou R\$ 914.155 mil. Deste total, 83,6% está atrelado ao CDI, 16,3% está atrelado ao IPCA e 0,1% a TJLP. Considerando que estas taxas de juros são flutuantes, a Companhia está sujeita a efeitos adversos caso quaisquer uma das referidas taxas de juros sofra um aumento relevante.

Intervenções do Governo, como redução das taxas de juros, interferência no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento da inflação. Por outro lado, uma alta significativa na taxa de juros com a finalidade de conter o aumento da inflação pode ter um efeito adverso nas atividades e na capacidade de pagamento da Companhia, pelos seguintes motivos: (i) não é possível prever se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço de suas tarifas em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir seus crescentes custos operacionais. Caso isso não ocorra, um aumento de custos operacionais acima do reajuste da tarifa poderá causar um efeito adverso nos negócios, na condição econômico-financeira e nos resultados operacionais da Companhia; (ii) um aumento na taxa de juros interna poderá impactar diretamente no custo de captação de recursos da Companhia, bem como nos custos de financiamento, de modo a elevar os custos de serviço de dívidas da Companhia expressas em reais, acarretando, deste modo, um lucro líquido menor; e (iii) um aumento na taxa de juros interna poderá acarretar redução da liquidez da Companhia nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria diretamente a sua capacidade para refinar seus endividamentos. Qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderá afetar substancialmente a sua capacidade de pagamento.

### ***Risco de crédito***

Decorre da possibilidade da Companhia em sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes em contratos de natureza diversa ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Com relação às instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia possui aplicações financeiras e contas correntes junto a diversas instituições financeiras, o que a expõe ao risco de solvência das referidas instituições.

Com relação ao risco de inadimplência de suas contrapartes em contratos de natureza diversa, a Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2014, valores a receber de partes não relacionadas no valor de R\$ 2,7 milhões. Caso a Companhia não consiga gerenciar seu risco de crédito e conceda crédito a clientes que venham a deixar de pagar suas dívidas, os resultados da Companhia podem sofrer impactos negativos.

### ***Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)***

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro (composto por empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures) da Companhia totalizou R\$ 914,1 milhões. O nível de endividamento da Companhia aumenta a possibilidade de que ela seja incapaz de gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros ou outros montantes devidos em relação às suas dívidas. Além disso, a Companhia pode incorrer em dívidas adicionais, de tempos em tempos, para financiar investimentos ou para outros propósitos, sujeito às restrições aplicáveis ao seu endividamento existente. Se a Companhia incorrer em dívidas adicionais, os riscos associados a sua alavancagem, incluindo sua capacidade de efetuar seus compromissos financeiros, aumentarão.

Os contratos que regem as dívidas da Companhia contêm restrições que poderiam restringir significativamente a forma pela qual ela opera seus negócios. Por exemplo, a Companhia é obrigada a observar disposições de *cross default*, cumprir diversos índices financeiros que restringem sua capacidade de contratar novas dívidas ou de obter linhas de crédito e, observar restrições na concessão de garantias e direitos de garantia para seus credores e, ainda observar restrições relativas a investimentos de capital.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária sob os contratos financeiros ou de qualquer das restrições contratuais acima, que não for solucionado ou sanado, pode levar os credores a exigir o pagamento do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros (*cross default*).

Ademais, as restrições previstas em contratos financeiros da Companhia podem limitar sua capacidade geral de obter financiamentos para capital de giro, investimentos e outras atividades corporativas, bem como podem limitar sua flexibilidade de planejar ou reagir a alterações em seus negócios e nos setores em que opera.

## **5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

#### **5.4 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	04/03/1998
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	A Companhia foi constituída na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, sob a forma de uma sociedade por ações de capital fechado.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	31/12/2022
<b>Data de Registro CVM</b>	27/07/2007

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 04 de março de 1998 e fundada pela Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora Cowan Ltda, Carioca Christiani – Nielsen Engenharia S.A., EIT- Empresa Industrial Técnica S.A. e Camargo Campos S.A. – Engenharia e Comércio, com capital social inicial de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), representado por 600.000 (seiscentas mil) ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias e 400.000 (quatrocentas mil) ações preferenciais.

A concessão do Sistema Castello-Raposo foi outorgada em 1998, e é composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 168,62 quilômetros, e manutenção e conservação de 4,4 quilômetros. O prazo do Contrato de Concessão expira em dezembro de 2022.

Em 22 de outubro de 2004, a CCR celebrou um Acordo de Investimentos com as acionistas da ViaOeste à época, por meio do qual a CCR assumiu a obrigação de adquirir 100% (cem por cento) das ações da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes. Em 7 de março de 2005, com o cumprimento das condições previstas no Acordo de Investimentos, a CCR passou a ser acionista controladora da Companhia.

O ano de 2005 também foi marcado por um volume de investimentos em obras e serviços no Sistema Castello-Raposo da ordem de R\$ 85 milhões. Estes recursos foram aplicados na duplicação da Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre o km 34 o km 46, além da pavimentação dos acostamentos e a construção de terceiras faixas nos trechos não duplicados da rodovia, proporcionando aos seus usuários: conforto, segurança e fluidez do tráfego.

Nos anos subseqüentes, a Companhia realizou outros investimentos importantes no Sistema Castello-Raposo, tais como os Contornos Provisórios de São Roque e Brigadeiro Tobias, bem como as Vias Marginais em Vargem Grande Paulista, que proporcionaram maior fluidez e segurança aos moradores da região ao segregar os caminhões do tráfego urbano.

Em 2009, implantamos o Projeto Cebolão, que contribuiu muito para o término dos longos congestionamentos, facilitando o acesso a São Paulo, pela Rodovia Castello Branco. Este projeto incluiu a construção de uma nova ponte para acesso à Marginal Tietê no Complexo Cebolão, a Reconfiguração das Praças de Pedágio de Osasco e Barueri e Melhorias no Trevo de Acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra. Outro benefício deste projeto foi à redução tarifária nas praças de Osasco, Barueri e Itapevi, que proporcionou uma redução de até 58% no custo de viagem.

A Companhia realizou outros investimentos importantes, como a implantação das vias marginais na Rodovia Raposo Tavares no município de Sorocaba, entre o km 92 e km 106.



## **6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**

A Companhia não passou por eventos societários relevantes nos últimos três exercícios sociais.

## **6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.7 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

### Sumário das atividades desenvolvidas pela Companhia

A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do Sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER, sendo vedada a prática de atos estranhos a essa finalidade. No mesmo ano, a concessão do Sistema Castello-Raposo foi outorgada, composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo que sua extensão no ano de 2007 passou de 161,78 quilômetros para 168,62 quilômetros administrados, com a incorporação dos Contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias (“Sistema Castello-Raposo”). O prazo do Contrato de Concessão expira em dezembro de 2022.

A Companhia é responsável pela ligação da capital paulista à região oeste paulista, um dos mais ricos e ativos pólos econômicos do país, e pela conexão entre os principais municípios do Estado de São Paulo, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas em geral e no transporte dos usuários residentes dessa região. Na Concessão é alocado à disposição dos usuários, sem cobrança adicional, durante 24 horas por dia, o “SOS Usuário”, que inclui atendimento emergencial veicular, ambulâncias, guinchos, caminhões-pipa, veículos de inspeção de tráfego e para apreensão de animais.

O Sistema Castello-Raposo é composto de estradas de uma a quatro faixas em cada sentido. O Sistema possui 8 praças de pedágio, 8 bases de atendimento ao usuário, 291 telefones de emergência (instalados a cada quilômetro de rodovia), 3 postos de pesagem fixos e 4 postos de pesagem para balança móvel, 22 painéis de mensagem variável fixos e 6 painéis móveis (totalizando 28 painéis de mensagem variável), 74 câmeras de vídeo para monitoração do tráfego, 164 câmeras de segurança das praças, 296 câmeras para controle de evasão de pedágio, 380 km de cabos de fibra óptica em rodovia, 40 analisadores de tráfego, 9 controladores de velocidade e 1 centro de controle operacional. Em atendimento ao Contrato de Concessão, a Companhia fornece recursos para o patrulhamento à Polícia Militar Rodoviária e contribui com o custo necessário à sua operação no Sistema Castello-Raposo.



### Cálculo do Volume de Tráfego

O tráfego do Sistema Castello-Raposo é medido pelo total dos veículos-equivalentes pedagiados. Os veículos comerciais são tarifados por cada eixo no valor correspondente à tarifa de um veículo de passeio e, portanto, a unidade veículo-equivalente é calculada adicionando-se veículos leves e veículos pesados (como caminhões e ônibus comerciais) e multiplicando a soma pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

### Cálculo do Valor da Tarifa de Pedágio

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa básica a oito categorias de veículos, sendo a classificação feita de acordo com o número de eixos do veículo. As tarifas cobradas variam de praça a praça.

### Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente, quase toda nossa receita é advinda dos serviços de concessões de rodovias, por meio das tarifas cobradas nos pedágios.

A tabela abaixo ilustra a proporção entre a receita oriunda dos serviços de concessões de rodovias, receita acessória e receita de construção nos últimos três exercícios sociais.

<b>Receita Bruta [R\$ mil]</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
Receita de Pedágio	927.911	91,7%	871.260	94,8%	807.723	95,3%
Receitas Acessórias	12.892	1,3%	11.815	1,3%	11.644	1,4%
Receita de Construção	70.876	7,0%	35.906	3,9%	28.575	3,4%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>1.011.679</b>	<b>100,0%</b>	<b>918.981</b>	<b>100,0%</b>	<b>847.942</b>	<b>100,0%</b>

### Operação e Manutenção

A Companhia presta serviços de manutenção para a preservação do Sistema Castello-Raposo, incluindo serviços relacionados à pavimentação, drenagem, serviços e equipamentos de segurança, sinalização, pontes e viadutos. De acordo com o Contrato de Concessão, a Companhia tem a obrigação de, durante todo o período de vigência da Concessão, efetuar a manutenção do Sistema Castello-Raposo às suas próprias custas.

### Localização das Praças de Pedágio

As rodovias que compõem o Sistema Castello-Raposo são abertas, diferenciando-se daquelas em que há uma praça de pedágio em cada saída da rodovia. A localização das praças de pedágio foi determinada no processo de licitação pelo Poder Concedente e são utilizados sistemas de coleta de pedágio unidirecional e bidirecional.

### Cobrança de Pedágio

Atualmente, as praças de pedágio do Sistema Castello-Raposo estão equipadas com os dois mecanismos de cobrança de pedágio: o sistema manual e o sistema de identificação automática de veículos ("Sistema IAV"). O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de veículo visualmente identificada pelo cobrador. O Sistema IAV é um sistema eletrônico de pagamento pelo uso do Sistema Castello-Raposo, por meio do qual antenas captam sinais emitidos pelos veículos que passam pela pista com Sistema IAV e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago.

<b>Modalidade</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
AVI	62,9%	62,1%	60,8%
Manual	37,1%	37,9%	39,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

### Acidentes

A estratégia adotada para a prevenção de acidentes prioriza a construção e aquisição de novos equipamentos de segurança, tais como travessias de pedestres, barreiras de concreto, controle de limites de velocidade, melhor sinalização, alargamento das rodovias, maior disponibilidade de médicos, ambulâncias, telefones de emergência, inspeção de tráfego e remoção de animais das rodovias. Também são realizadas campanhas educativas a fim de conscientizar e orientar a população.

### Serviços de Emergência

Com 8 bases distribuídas estrategicamente no Sistema Castello-Raposo, o SOS Usuário da Companhia conta com 291 telefones de emergência instalados de quilômetro em quilômetro das rodovias Castello Branco, Raposo Tavares, Sen. José Ermírio de Moraes (Castelinho) e Dr. Celso Charuri. Esses telefones possuem dispositivos de segurança que registram dados como a rodovia, o quilômetro de origem e a hora da ligação.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nosso atendimento está de prontidão 24 horas por dia, todos os dias da semana, e contam com uma frota composta por dois veículos de inspeção, onze guinchos leves e dois pesados, serviços de apreensão de animais e carro-pipa, utilizado no combate a incêndios.

A equipe da Companhia também percorre as rodovias para fiscalizar o tráfego, auxiliar os usuários, além de oferecer socorro mecânico emergencial, realizar remoção de veículo e disponibilizar equipes especializadas, compostas por médicos, enfermeiros, resgatistas e auxiliares de enfermagem; para socorro médico com atendimento pré-hospitalar. O SOS Usuário pode ser acionado por meio dos telefones ou pelo Disque Companhia no 0800 701 5555.

### Informações de Tráfego

A Companhia detém vários sistemas de informações de tráfego ao usuário, tais como (i) números de discagem gratuita em todo Sistema Castello-Raposo, (ii) Painéis de Mensagem Variável - PMV ao longo das rodovias que integram o Sistema Castello-Raposo e (iii) página na Internet com o mesmo fim.

### Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão é o instrumento pelo qual o Poder Concedente delegou a Companhia a exploração do Sistema Castello-Raposo. Todos os termos e condições relevantes da Concessão estão estabelecidos no Contrato de Concessão, incluindo-se as tarifas de pedágio e seus reajustes, prazo e extinção da Concessão e outros direitos e obrigações.

#### *Direitos da Companhia Decorrentes do Contrato de Concessão*

Uso dos bens vinculados à concessão: A Companhia tem o direito de usar os bens pertencentes ao Poder Concedente necessários à prestação dos serviços contemplados no contrato de concessão, incluindo as rodovias e servidões. A Companhia é responsável pela manutenção dos bens da concessão e obrigada a devolvê-los em boa condição operacional ao Poder Concedente ao término do prazo de concessão.

Cobrança de pedágio: A principal fonte de receita da Companhia é a cobrança de pedágio. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no Contrato de Concessão e está sujeita a um reajuste anual, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Outras fontes de receita: O Contrato de Concessão prevê a possibilidade de cobrança de receitas acessórias de publicidade dentro da faixa de domínio, de acessos às rodovias, de uso de faixa de domínio público, operação de pátios de apreensão de veículos e de indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a Companhia e terceiros.

#### *Obrigações da Companhia Decorrentes do Contrato de Concessão*

A Companhia está obrigada a cumprir com todos os termos e condições estipulados no Contrato de Concessão, devendo prestar os serviços contemplados pelo Contrato de Concessão. A Companhia deve também assegurar o conforto e a segurança dos usuários e adequada fluidez de tráfego.

A Companhia está obrigada a (i) prestar garantia ao cumprimento integral de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão; (ii) manter a contratação de seguro adequado; (iii) manter atualizados os registros dos bens da concessão; (iv) divulgar ao Poder Concedente as informações referentes à execução e administração dos serviços contemplados pelo Contrato de Concessão; e (v) pagar ao Poder Concedente uma contrapartida pela outorga da Concessão.

Além disso, nos casos em que o Poder Concedente, mediante a solicitação da Companhia, venha determinar que um imóvel seja de utilidade pública, devendo ser instituída uma servidão administrativa pelo Poder Concedente ou pela Companhia, ou serem impostas limitações administrativas relacionadas ao uso da terra ou imóvel adjacente ao Sistema Castello-Raposo, será responsabilidade da Companhia, mediante fiscalização do Poder Concedente, efetuar a respectiva desapropriação, instituir a servidão administrativa ou propor as limitações administrativas, conforme o caso, assumindo todos os custos relacionados, incluindo o pagamento de indenizações, ônus ou encargos relacionados aos imóveis, despesas com custas processuais e honorários de advogados, dentre outros. A Companhia poderá também ocupar a propriedade necessária, temporariamente, para a execução e conservação de obras e serviços referentes à Concessão.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Garantia de performance e seguro: Além das obrigações mencionadas anteriormente, a Companhia deve providenciar e manter ao longo do prazo da concessão uma garantia cobrindo o cumprimento integral de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão. Além disso, a Companhia deve contratar e manter, ao longo do prazo de concessão, seguro abrangendo os riscos relativos ao desempenho de todas as atividades compreendidas pela concessão, sujeito a quantias mínimas de cobertura especificadas no Contrato de Concessão.

Atos societários: O Contrato de Concessão exige que a Companhia mantenha um capital social integralizado mínimo não inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente, verificado anualmente pelo Poder Concedente. O Contrato de Concessão impede que o acionista controlador da Companhia realize qualquer operação que implique na transferência da concessão ou do controle acionário da Companhia, redução do capital integralizado ou criação de ônus sobre as ações sem a aprovação prévia do Poder Concedente. O Contrato de Concessão também proíbe a Companhia de reduzir seu capital social, adquirir ações de sua própria emissão ou alterar seu estatuto social, sem a autorização prévia do Poder Concedente.

Descumprimento – Multas e Intervenção: Caso a Companhia deixe de cumprir com as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, o Poder Concedente tem o poder de impor multas, intervir ou até declarar a caducidade da concessão de acordo com os critérios especificados no Contrato de Concessão.

## **7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.



### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **7.8 - Relações de longo prazo relevantes**

Os relatórios de sustentabilidade do Grupo CCR encontram-se disponíveis para acesso por meio do endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br](http://www.grupoccr.com.br). Para isso, basta clicar primeiro na aba “Relações com Investidores”, e depois em “Informações aos Acionistas”, selecionando por fim o item “Relatórios Anuais e Sustentabilidade”. Vale ressaltar que todas essas informações também estão no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## 7.9 - Outras informações relevantes

### Propriedade Intelectual

#### *Marcas*

A Companhia não possui marcas nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

#### *Patentes*

A Companhia não possui patente nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

#### *Nomes de Domínio*

A Companhia é titular do nome de domínio "viaoeste.com.br", registrado junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br), órgão responsável no Brasil pelo registro de nomes de domínio.

### Aspectos Ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, tanto em nível municipal, estadual e federal. Essas normas estabelecem restrições e condições relativas, por exemplo, à geração de ruído, desmatamento e transporte de substâncias perigosas.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras e concessionárias de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (delineada na Lei Federal 6.938/81) a construção, o preparo, a operação e a ampliação de empreendimentos e/ou atividades que poluam ou que potencialmente possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, causem ou possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

O processo para obter uma licença ambiental, de acordo com a Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") compreende 3 (três) etapas:

(i) Licença Prévia (LP): concedida durante o estágio preliminar de planejamento do empreendimento, e fornece (i) aprovação para localização e concepção do empreendimento; (ii) a viabilidade ambiental do empreendimento; e (iii) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subseqüentes de implementação do empreendimento;

(ii) Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades; e

(iii) Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento, após (i) o efetivo cumprimento das condições estabelecidas nas licenças descritas acima; e (ii) confirmação pelas autoridades de que as medidas de controle ambiental requeridas para a operação tenham sido cumpridas.

A Companhia, na execução dos empreendimentos sob sua responsabilidade, tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

#### *Responsabilização Ambiental*

Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais ou de indenizar por tais danos, sejam estes causados diretamente pela Companhia ou seus contratados e parceiros, a não obtenção das licenças

## 7.9 - Outras informações relevantes

ambientais necessárias, a inobservância das determinações dos órgãos ambientais ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, poderá resultar na aplicação de sanções civis, penais e administrativas. Tais sanções, que podem ser impostas pela prática de eventuais crimes e infrações ambientais, incluem, dentre outras:

(i) a imposição de multas que, no âmbito administrativo, podem alcançar até R\$ 50 milhões de acordo com a capacidade econômica e os antecedentes da infratora, bem como com a gravidade dos fatos e antecedentes, as quais podem ser aplicadas em dobro ou no triplo em caso de reincidência;

(ii) a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento;

(iii) a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais; e

(iv) aprisionamento.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, se concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós, estão sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

No Brasil os danos ambientais envolvem responsabilidade civil solidária e objetiva, direta e indireta. Isso significa que a obrigação de reparação poderá afetar a todos aqueles que direta ou indiretamente derem causa à violação ou contaminação, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Dessa forma, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas por nós, assim como a contratação de terceiros para proceder a qualquer serviço em nossos empreendimentos, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação a realização de terraplanagens e o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por nós e pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente ao controlador, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

A Companhia não aderiu expressamente aos padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

### **Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural**

O relacionamento da Companhia com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sociais, que consolidam cada vez mais sua política de responsabilidade corporativa, cujo objetivo visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos em geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios lindeiros. A partir de 2012, a região de influência do Sistema Castello-Raposo, foi beneficiada por meio de programas voltados para Educação e Saúde, além de propostas com importante foco na transformação social, reveladas em iniciativas de cultura e esporte.

- Projeto Estrada para a Saúde - O Programa Estrada para a Saúde é um Centro de Atendimento ao Caminhoneiro que funciona diariamente. Instalado na área de descanso do km 57 da Rodovia Castello Branco, oferece, gratuitamente, exames para classificação de tipo sanguíneo e fator Rh, verificação de níveis de glicemia, colesterol, triglicerídeos e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros e cuidados da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de dispor de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética. Além disso, o local oferece uma área de descanso aos motoristas, com lavanderia, chuveiros, e um amplo estacionamento para 50 carretas, com infraestrutura para atender cargas frigoríficas. Realizado desde novembro de 2002, o programa rendeu à Companhia, em 2003, o prêmio Top Social da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). Em 2014 foram atendidos 5.382 caminhoneiros, totalizando 25.829 atendimentos desde sua implantação.



## 7.9 - Outras informações relevantes

- Projeto Estrada para Cidadania - Iniciado em 2007, o Programa Estrada para a Cidadania consiste em um conjunto de ações de caráter educacional que visa levar informações sobre segurança de trânsito, cidadania e meio ambiente aos alunos das 4ª e 5ª séries das redes públicas municipais de ensino fundamental. Conta com a parceria das Prefeituras Municipais, através das Secretarias de Educação e Trânsito. O programa foi idealizado com o foco voltado para o ser humano, visando à valorização da criança, como um importante multiplicador para uma maior consciência social e mudança de comportamento com vistas a um trânsito seguro e a preservação ambiental.
- Projeto Karatekinha do Brasil - Projeto que oferece aulas de karatê para crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional, através de parcerias com instituições de ensino. Aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, vídeo game e etc.). Os critérios para oferecimento das atividades são avaliações do desempenho escolar e do comportamento e participação em casa e nas aulas oferecidas pela associação.
- Projeto Buzum – Teatro sobre Rodas - O projeto BUZUM consiste em um teatro de bonecos de pau dentro de um ônibus adaptado. O espetáculo apresentado em 2014 abordou o bullying de maneira delicada e poética, em conexão com o cenário atual em que vivem os adolescentes. Uma mochila, um caderno e uma camiseta contam a história de agressão de sua dona. Sem mostrar agressor e vítima de modo julgador, a peça usa vídeo e teatro de objetos para mostrar a importância da aceitação das diferenças. O espetáculo itinerante foi apresentado em 5 cidades, atendendo 2.975 crianças.
- Projeto Sacolona - Transformação da lona do banner em materiais de uso pessoal, doméstico, corporativo, reutilização e destinação de material. Trabalha geração de renda e empoderamento de mulheres de baixa renda e alta vulnerabilidade social.
- ImageMagica - Projeto da ONG ImageMagica implanta oficinas de fotografia digital em equipamentos. Cinco escolas públicas foram atendidas, com atividades duas vezes por semana, durante um mês. Além da oficina regular, cada escola atendida recebeu uma oficina de multiplicação para todos os alunos da escola. Além disso, o projeto ofereceu exposição das fotografias produzidas e formatura de alunos.
- Concerto Osesp – Apresentação da orquestra sinfônica de São Paulo em praça pública para cerca de 8.000 mil pessoas.
- Teatro nos Parques – Apresentação teatral gratuita em parques públicos. Em 2014 foram realizadas duas apresentações, uma em cada semestre.
- Fundação Tênis - Desenvolvimento de valores e personalidade, através do esporte, por intermédio da prática sistemática e disciplinada do Tênis. Em 2014 foram atendidas 88 crianças em Santana de Parnaíba.
- Rugby - Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.
- Pintura Solidária – Módulo “Oficinas de Pintura”: voltadas para instituições em geral, tendo como objetivo a inclusão cultural, promovendo a igualdade e a dignidade para todos. Em 2014 foram atendidos 6 municípios - Carapicuíba, Embu das Artes, Jandira, Itapevi, Barueri e Osasco.
- Pintura Solidária – Módulo “Valorização de Espaços Públicos”: Pintura de muros públicos (escolas, hospitais, praças, postos de saúde), proporcionando envolvimento dos colaboradores destes locais e a comunidade do entorno. Dois equipamentos por cidade (Mairinque, São Roque, Alumínio, Cotia, Sorocaba e Votorantim).
- Ler é uma Viagem - Projeto de Oficina de contação de histórias em sala de aula com música ao vivo. Este ano foi apresentado o livro Dom Quixote das crianças, de Monteiro Lobato, com oficina criativa de escrita para professores do Programa Estrada para a Cidadania. A oficina foi realizada em 17 municípios, atendendo cerca de 800 educadores.

## 7.9 - Outras informações relevantes

- Tocar - Aulas de música para crianças e adolescentes de baixa renda. O projeto é realizado em Itu para 80 alunos.
- Teatro de Mãos Dadas - Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa, mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras, Secretarias de Cultura e Educação, das cidades do entorno das rodovias.

### Ações realizadas em 2014:

Páscoa - Doação de Ovos de Páscoa aos fundos sociais e comunidades do entorno da Companhia, totalizando 5.000 ovos distribuídos a 11 Instituições.

Doação de Agasalhos aos fundos sociais e comunidades do entorno da Companhia, em atendimento a meta da ARTESP, totalizando 14.378.

Dia da criança - Doação de Brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da Companhia, totalizando 5.026 brinquedos distribuídos a 21 Instituições.

Natal - Doação de Brinquedos aos fundos sociais e comunidades do entorno da Companhia, totalizando 2.700 brinquedos.

### Concorrência

Há duas formas principais de concorrência: outros modais de transporte e rodovias não pedagiadas.

O Sistema Castello-Raposo não possui um concorrente para o sistema como um todo. Todavia, há trechos de nossa concessão que sofrem concorrência com outras rodovias, pedagiadas ou não.

### *Cenário Atual*

As rodovias sem pedágio, em alguns casos, representam uma concorrência significativa, embora o Sistema Castello-Raposo seja uma rota principal com alternativas limitadas em termos de capacidade de tráfego, distância e qualidade.

Outros meios de transporte, especialmente aéreo e ferroviário, também representam concorrência. Entretanto, historicamente, o transporte rodoviário predomina como meio de transporte de passageiros e transporte de cargas.

### Relacionamento com Fornecedores e Clientes

A Companhia, para cumprir com suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, contrata fornecedores para a prestação de serviços relacionados à execução de obras, conservação e operação do Sistema Castello-Raposo, bem como fornecimento de equipamentos e sistemas necessários.

Por ser uma concessionária de serviços públicos, a Companhia não tem clientes, mas sim usuários.

O relacionamento da Companhia com seus fornecedores e usuários é norteado pelos princípios do Código de Ética do Grupo CCR, em especial os princípios de integridade e transparência.

### Recursos Humanos e Geração de Empregos

Atendendo às diretrizes do Grupo CCR, de valorizar a mão-de-obra regional, a Companhia tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras ao Sistema Castello-Raposo.

## 7.9 - Outras informações relevantes

Atualmente, a empresa gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 828 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios ao entorno das rodovias sob sua administração.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a Companhia investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios junto a entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

### Pessoal

Em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, tínhamos respectivamente 783, 797 e 828 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

<b>Categoria</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Administração	113	111	122
Manutenção	48	54	46
Operação	622	632	660
<b>Total</b>	<b>783</b>	<b>797</b>	<b>828</b>

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e qualquer paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2014/2015 foi de 5,0%. O salário normativo da categoria é de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev. PGBL (contribuição definida) administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da Companhia relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

### *Treinamento e Desenvolvimento Profissional*

Dentre os treinamentos realizados, destacamos alguns como:

- SuperInteração: que visa proporcionar aos colaboradores uma visão ampliada do negócio e a disseminação das metas pactuadas para o ano;
- Semana Interna do Transito: com o intuito de divulgar conceitos de direção defensiva;
- Inspiração: evento realizado com o grupo de análise e gestão para promover a interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competência, proporcionando aos colaboradores um plano de desenvolvimento individual.

Em 2014, as ações de T&D somaram 28.399 horas.

### *Programa Qualidade de Vida no Trabalho*

Esse programa visa proporcionar aos colaboradores, por meio de um sistema integrado e contínuo, ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável, com vistas ao pleno desenvolvimento do exercício de suas funções. Assim destacamos em 2014:

## 7.9 - Outras informações relevantes

- Massoterapia no Ambiente de Trabalho: Realizada duas vezes por semana na sede administrativa.
- GAT – Ginástica no Ambiente do Trabalho: Realizada nos postos de trabalho duas vezes por semana durante a jornada de trabalho, a fim de compensar as regiões de maior sobrecarga e ativar as menos utilizadas.
- PROCOFI – Programa de Condicionamento Físico: Programa de condicionamento físico destinado aos colaboradores do APH (Atendimento Pré-Hospitalar) e Guincho. Realizado nas bases do APH e visa promover uma melhora do condicionamento físico do colaborador, a fim de evitar lesões ao executar a atividade. O treino tem forte embasamento da ginástica funcional, entre outras técnicas e é acompanhado por um educador físico.
- Programa Coração Saudável: Exames clínicos destinados a 100% de nossos colaboradores no ano de 2014, que permitiram identificar grupos de risco, os quais foram tratados de forma individualizada, através de acompanhamentos nutricionais e médicos, educando para práticas e hábitos mais saudáveis.
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho Meio Ambiente e Saúde: programa destinado a 100% dos colaboradores através de atividades temáticas relacionadas à promoção da saúde e qualidade de vida por meio de parcerias firmadas com empresas e organizações não governamentais, bem como o início das realizações dos exames médicos periódicos e avaliações físicas. Foram disponibilizados os seguintes serviços: corte e escova de cabelo, manicure, design de sobrancelhas, teste de estresse, avaliação oftalmológica, massagem, vacina antigripal, limpeza de pele, avaliação em saúde bucal e aplicação de flúor, entre outras atividades gratuitas.
- Programa Estrada para o Futuro: Inclusão e capacitação de 16 jovens aprendizes ao longo de 2014.
- Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE): Manutenção, inclusão e desenvolvimento dos profissionais no mercado de trabalho.
- Programa de Orientação às Gestantes: O programa atendeu 16 gestantes, todas colaboradoras da Companhia. As futuras mães receberam orientações psicológicas e sociais, além de informações relacionadas à correta alimentação, para ela e para o bebê.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

#### a. Controladores diretos e indiretos

A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR, a qual detém diretamente, 100% do capital social da Companhia.

CCR - Holding do Grupo CCR, que tem como objeto social: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

A CCR, por sua vez, é controlada pelos seguintes grupos controladores (controladores indiretos da Companhia):

#### GRUPO ANDRADE GUTIERREZ

- **Andrade Gutierrez Concessões S.A. (“AG CONCESSÕES”)**: A AG Concessões é uma holding controlada pelo Grupo Andrade Gutierrez, cujo objeto social é a atuação em empreendimentos relacionados a concessões e/ou permissões de obras e serviços públicos de infraestrutura, envolvendo a participação em outras sociedades e a prestação de assessoria técnica. A estratégia atual prioriza a atuação nos segmentos de rodovias, transporte urbano metro-ferroviário, saneamento ambiental, aeroportos, energia e terminais portuários de contêineres (este último ainda em desenvolvimento). As principais investidas da AG CONCESSÕES são: CCR, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), e Companhia de Saneamento do Estado do Paraná (Sanepar). O Grupo Andrade Gutierrez também atua em outras áreas de negócios, com destaque para: (i) engenharia e construção, por meio da Construtora Andrade Gutierrez; e (ii) telecomunicações, com investimentos na Oi e na Contax.

- **AGC Participações Ltda.**: é uma empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2014, a empresa participava com 0,39% do capital social da CCR e 100,00% do capital social da Water Port.

#### GRUPO CAMARGO CORRÊA

- **Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (“CCII”) e VBC Energia S.A (“VBC”)**: A CCII e VBC desenvolvem negócios e administram as participações do Grupo Camargo Corrêa no setor de infraestrutura. Na estrutura de negócios do Grupo, além de Concessões de Transporte, destacam-se os negócios de Cimento, Engenharia e Construção, Concessões de Energia, Vestuário e Calçados, Incorporação Imobiliária, Construção Naval e Denim e Workwear. O Grupo Camargo Corrêa originou-se de uma pequena empresa de construção, fundada em 1939, que cresceu com o Brasil. Hoje, aos 75 anos, atua em 22 países e emprega cerca de 52 mil profissionais.

#### GRUPO SOARES PENIDO

- **Soares Penido Concessões S.A. (“SP CONCESSÕES”)**: A SP Concessões é uma holding do Grupo Soares Penido voltada para a participação em sociedades que, explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- **Soares Penido obras, Construções e Investimentos S.A. (“SP OBRAS”)**: A SP Obras é uma holding do Grupo Roncador que atua nos setores de agropecuária, mineração, investimentos imobiliários e concessões de infra-estrutura, operação e manutenção de rodovias, por meio de empresas controladas e controladas em conjunto.

### Quadro de Composição Acionária da Controladora – CCR S.A.(\*)

GRUPOS CONTROLADORES	ACIONISTAS	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (%)
GRUPO CAMARGO CORRÊA	Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	15,24%
	VBC Energia S.A.	1,76%
	<b>TOTAL - GRUPO CAMARGO CORRÊA</b>	<b>17,00%</b>
GRUPO ANDRADE GUTIERREZ	Andrade Gutierrez Concessões S.A.	16,61%
	AGC Participações Ltda.	0,39%
	<b>TOTAL - GRUPO ANDRADE GUTIERREZ</b>	<b>17,00%</b>
GRUPO SOARES PENIDO	Soares Penido Concessões S.A.	11,93%
	Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A.	5,29%
	<b>TOTAL - GRUPO SOARES PENIDO</b>	<b>17,22%</b>
<b>FREE-FLOAT</b>		<b>48,78%</b>
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>

*b. Controladas e coligadas*

A Companhia não possui controladas e/ou coligadas.

*c. Participações da Companhia em sociedades do grupo*

A Companhia não possui participações em sociedades do grupo.

*d. Participações de sociedades do grupo na companhia*

Não se aplica.

*e. Sociedades sob controle comum*

A tabela abaixo apresenta as sociedades do Grupo CCR nas quais a CCR possui participações direta e/ou indiretamente:

Controladas	Participação (%)
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b.1)	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A. (b.1)	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (b.2)	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (b.2)	100,00
RodoNorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92
Parques Serviços Ltda.	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00

**8.1 - Descrição do Grupo Econômico**

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.	98,8554
Companhia de Participações em Concessões (CPC) (d)	99,00
CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços S.A.	100,00
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.(c)	100,00
Sociedade de Participações em Concessões Públicas S.A. (c)	100,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R. L de C.V. (b.1)	100,00
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (a)	100,00
Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (u)	100,00
CCR España – Empreendimientos S.L.(a)	100,00
Alba Concessions Inc. (a)	100,00
Alba Participations Inc. (a)	100,00
CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (a)	100,00
CCR Costa Rica Empreendimentos S.A. (m)	100,00
Green Airports Inc. (a)	100,00
MTH Houdster em Maritiem Transport B.V. (m)	100,00
ATP – Around the Pier Administração e Participações Ltda. (p)	79,992
Companhia do Metrô da Bahia (a)	100,00
Concessionária de Rodovia Sul – Matogrossense S.A. (a)	100,00
Sociedade de Comercialização de Créditos de Viagem S.A.(a)	100,00
Instituto CCR	100,00
Consórcio Operador Rodovias Integradas (x)	99,00
<b>Controladas em conjunto, direta ou indiretamente</b>	<b>Porcentagem de participação</b>
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	34,2372
CGMP –Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.(w)	34,2372
SGMP – Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento LTDA. (w)	34,2372
Renovias Concessionária S.A.(a)	40,00
Controlar S.A.(a)	49,353514
Concessionária ViaRio S.A.	33,33
Barcas S.A. – Transportes Marítimos (a)	80,00
Quiport Holdings S.A. (e)	45,50
Ícaros Development Corporation S.A. (f)*	45,48
Corporacion Quiport S.A. (g)	45,50
Quito Airport Consortium Inc. (h)	45,50
Grupo de Aeropuertos Internacional AAH, SRL (i)	48,77
Desarrollos de Aeropuertos AAH, SRL (i)	51,00
Terminal Aérea General AAH, SRL (i)	50,00
Aeris Holding Costa Rica S.A. (j)	48,75
Inversiones Bancnat S.A. (k)	50,00
IBSA Finance (Barbados) Inc. (l)	50,00
Companhia de Participações Aeroportuárias (m)	80,00
Curaçao Airport Investment N.V (n)	79,80
Curaçao Airport Real Estate Enterprises N.V. (o)	79,80
Curaçao Airport Partners N.V. (o)	79,80
Concessionária do VLT Carioca S.A. (q)	24,875
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.(v)	38,25
Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (a)	75,00

**Notas em relação à tabela acima:**

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- (a) Indiretamente, por meio de sua controlada Companhia de Participações em Concessões.
- (b.1) Direta (99,99%) e indiretamente (0,01%), por meio de sua controlada Companhia de Participações em Concessões.
- (b.2) Direta (99,99%) e indiretamente (0,01%), por meio de sua controlada CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços S.A.
- (c) Direta (99,90%) e indiretamente (0,10%), por meio de sua controlada CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços S.A.
- (d) Direta (99%) e indiretamente (1%), por meio de sua controlada CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços S.A.
- (e) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta CCR España Empreendimentos S.L.
- (f) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta Quiport Holdings S.A.
- (g) Indiretamente, por meio de suas controladas indiretas Quiport Holdings S.A. e Ícaros Development Corporation S.A.
- (h) Indiretamente, por meio da de sua controlada indireta Alba Concessions Inc.
- (i) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta CCR Costa Rica Empreendimentos S.A.
- (j) Indiretamente, por meio de suas controladas indiretas Grupo de Aeropuertos Internacional AAH, SRL, Desarrollos de Aeropuertos AAH, SRL e Terminal Aérea General AAH, SRL.
- (k) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta Green Airports Inc.
- (l) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta Inversiones Bancnat S.A.
- (m) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta CCR España – Concesiones y Participaciones, S.L.
- (n) Indiretamente: (i) via CCR España (39,00%); e (ii) pela participação de 80% da CCR España na Companhia de Participações Aeroportuárias (49,80%), de forma que a participação que a CCR España detém, direta e indiretamente, totaliza 79,80% das ações representativas do capital social da Curaçao Airport Investment N.V.
- (o) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta Curaçao Airport Investment N.V.
- (p) Indiretamente, por meio de sua controlada indireta Barcas S.A. - Transportes Marítimos
- (q) Indiretamente, por meio de sua controlada CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços S.A.
- (u) Indiretamente por meio de sua controlada Companhia de Participações em Concessões (99,99%) e por meio de sua controlada CIIS – Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços S.A. (0,01%).
- (v) Indiretamente, por meio da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A.
- (w) Indiretamente, por meio da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.
- (x) Direta (87,00%), indiretamente (10,00%) por meio de sua controlada Companhia de Participações em Concessões, e indiretamente (02,00%) por meio de sua Controlada Inovap 5 Administração e Participações Ltda.

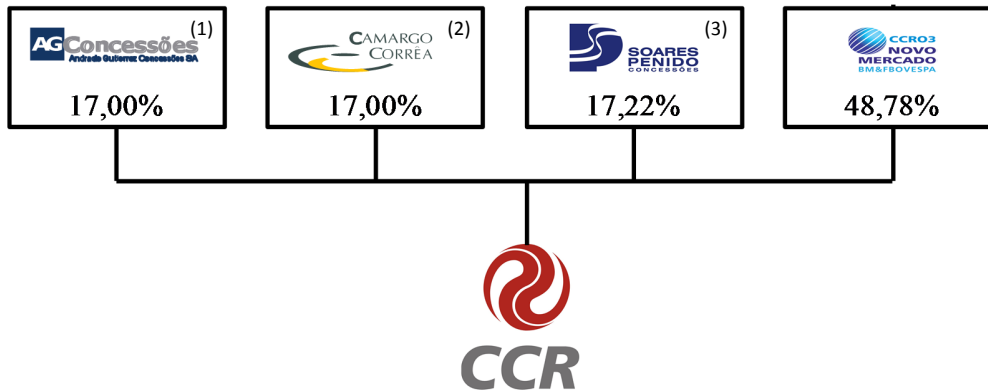
\* *das ações preferenciais*



## 8.2 - Organograma do Grupo Econômico

### 8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Estrutura Organizacional da Acionista controladora da Companhia, CCR S.A., conforme quadro de composição acionária descrito no item 8.1.a deste Formulário de Referência.



(1) Inclui as ações detidas por Andrade Gutierrez Concessões S.A. e AGC Participações Ltda., sociedades integrantes do Grupo Andrade Gutierrez.

(2) Inclui as ações detidas por Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A e VBC Energia S.A.; sociedades integrantes do Grupo Camargo Corrêa.

(3) Inclui as ações detidas por Soares Penido Concessões S.A. e Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A., sociedades integrantes do Grupo Soares Penido.

### **8.3 - Operações de reestruturação**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não passou por eventos societários relevantes nos três últimos exercícios sociais.

#### **8.4 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia julga que não há informações relevantes sobre este item.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

## **9.2 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria informa que a Companhia é responsável pela ligação da capital com o oeste do Estado de São Paulo, e tem as cidades de Barueri, Osasco, Itapevi, Sorocaba e São Roque como os principais municípios atendidos pela concessão.

Informa ainda, que quase a totalidade da receita advém da cobrança de pedágios. Outras fontes de receita, menos relevantes, são provenientes da implantação e manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional bruta são o volume e as classes de veículos pedagiados, bem como as tarifas de pedágio que são reajustadas anualmente, conforme contrato de Concessão nº CR/003/1998 (cláusula 26.2). O reajuste tarifário é calculado em função do IGP-M (Índice Geral de Preço ao Mercado), todavia, em dezembro de 2011 foi assinado o Termo Aditivo Modificativo nº 22, ao referido contrato de concessão, que altera o índice de reajuste contratual para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Em 2014, 2013 e 2012 a receita bruta operacional da Companhia, composta por receita de pedágio e acessórias, foi de R\$ 940.803 mil, R\$ 883.075 mil e R\$ 819.367 mil, respectivamente.

A Diretoria da Companhia entende que a mesma apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, tendo em vista a sua forte geração de caixa e capacidade de se financiar, caso haja necessidade.

#### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de financiamento da Companhia para financiar investimentos, aquisições e otimização da estrutura de capital é composta pelos itens abaixo discriminados. A Diretoria entende que estes valores representam os recursos (caixa) oriundos de capitais de terceiros e capitais próprios investidos nas atividades supracitadas e realizadas pela Companhia nos exercícios abaixo apresentados:

Fontes de recursos para investimentos*	2014	AV%	2013	AV%	2012	AV%
Capital de Terceiros <sup>1</sup>	914.155	80%	892.122	74%	862.859	78%
Capital Próprio <sup>2</sup>	231.090	20%	314.648	26%	239.489	22%
<b>Total</b>	<b>1.145.245</b>	<b>100%</b>	<b>1.206.770</b>	<b>100%</b>	<b>1.102.348</b>	<b>100%</b>

<sup>1</sup> Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

<sup>2</sup> Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: patrimônio líquido dos controladores e participação dos acionistas não controladores.

\* Para reconciliação destes itens com os valores contábeis em cada data-base, apresentamos na tabela abaixo os saldos contábeis do passivo e patrimônio líquido da Companhia:

R\$ Milhares	Passivo Circulante	Exigível a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
2014	427.036	738.509	231.090
2013	545.014	599.142	314.648
2012	276.894	822.999	239.489

A Diretoria informa que o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 231.090 mil em 31 de dezembro de 2014, R\$ 314.648 mil em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 239.489 mil em 31 de dezembro de 2012. A dívida líquida da Companhia, (composta de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, bem como as próprias emissões de debêntures da Companhia, deduzido do caixa e equivalente de caixa), em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foi de R\$ 821.076, R\$ 720.896 mil, R\$ 843.057 mil, respectivamente. As variações entre os anos devem-se especialmente às liberações

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dos financiamentos contratados para nossos investimentos, as disponibilidades em caixa e da captação de novas linhas de capital de giro utilizadas no financiamento da exposição de caixa de nossos projetos.

O índice da dívida líquida da Companhia, medido entre dívida líquida e Patrimônio Líquido, ao final de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foi de 3,55, 2,29 e 3,52, respectivamente, o qual a Diretoria acredita ser adequado para a condição da Companhia.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido, apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem.

Com relação à possibilidade de resgate de ações ou quotas, a Diretoria informa que não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

### *c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

A Diretoria informa que o EBITDA de 2014, 2013 e 2012 foi R\$ 629.373 mil, R\$ 592.380 mil e R\$ 529.232 mil. O Resultado Financeiro de 2014 foi de R\$ 80.988 (negativo), o de 2013 foi de R\$ 66.491 mil (negativo) e o de 2012 foi de R\$ 80.925 mil (negativo). O índice de cobertura do serviço da dívida em 2014, 2013 e 2012 foi de 1,7, 8,9 e 6,5, respectivamente, o que demonstra a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações financeiras.

A dívida líquida, composta por “empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures” deduzidos do “caixa e equivalente de caixa”, ao final de cada exercício social foi de R\$ 821.076 mil em 2014, R\$ 720.896 mil em 2013 e R\$ 843.057 mil em 2012. Portanto, em 2014, 2013 e 2012, a Diretoria informa que a dívida líquida era de 1,3 vezes, 1,2 vezes e 1,6 vezes o EBITDA, respectivamente.

O perfil de endividamento da Companhia é de médio prazo, sendo que o saldo da dívida, composto por empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, debêntures e custo de transação, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 917.150 mil. A Diretoria entende que o calendário de amortização da dívida é bem distribuído ao longo do tempo e os vencimentos destas amortizações, podem ser observados no quadro a seguir (valores em R\$ mil):

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Empréstimos e Financiamentos	135	117	68
Debêntures	307.253	292.472	317.105
	<u>307.388</u>	<u>292.589</u>	<u>317.173</u>

Considerando o perfil do endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual, entretanto, caso haja necessidade da contratação de novos empréstimos, acredita-se que a Companhia tem condições para financiar os investimentos, e a diretoria da Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

### **EBITDA**

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

<b>Reconciliação EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	285.047	277.784	2,6%
(+) IR/CS	136.258	139.845	-2,6%
(+) Resultado Financeiro	80.988	66.491	21,8%
(+) Depreciação e Amortização	102.018	93.178	9,5%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>604.311</b>	<b>577.298</b>	<b>4,7%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>64,97%</b>	<b>68,52%</b>	<b>-5,2%</b>
(+) Despesas Antecipadas (b)	3.297	3.297	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	21.765	11.785	84,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>629.373</b>	<b>592.380</b>	<b>6,2%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado (d)</b>	<b>73,24%</b>	<b>73,44%</b>	<b>-0,27%</b>

<b>Reconciliação EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	277.784	231.096	20,2%
(+) IR/CS	139.845	117.414	19,1%
(+) Resultado Financeiro	66.491	80.925	-17,8%
(+) Depreciação e Amortização	93.178	85.024	9,6%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>577.298</b>	<b>514.459</b>	<b>12,2%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>68,52%</b>	<b>66,19%</b>	<b>3,5%</b>
(+) Despesas Antecipadas (b)	3.297	3.297	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	11.785	11.476	2,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>592.380</b>	<b>529.232</b>	<b>11,9%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado (d)</b>	<b>73,44%</b>	<b>70,69%</b>	<b>3,89%</b>

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 524/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Os Diretores informam que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração do fluxo de caixa operacional. Quando houve necessidade de financiamento para capital de giro a Companhia utilizou-se de instrumentos usualmente utilizados pelo mercado, como Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), contratados junto a bancos comerciais de seu relacionamento.

Desde sua constituição, para financiar os investimentos em ativo não circulante, a Diretoria informa que a Companhia utilizou-se de empréstimos de longo prazo contratados junto ao BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e de emissão de debêntures no mercado local.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro utilizadas, a Diretoria indica verificar item "f" a seguir.

*d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

Como mencionado no item "c" acima, a Diretoria informa que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a geração operacional de caixa. Os diretores acreditam que esta geração de caixa será suficiente para arcar com as obrigações de capital de giro. Em caso de descasamento das disponibilidades com as obrigações vincendas no curto prazo, os diretores acreditam que a Companhia tem acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com relação a investimentos em ativos não circulante, caso haja deficiência de liquidez, a Diretoria informa que a Companhia pretende utilizar linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES, bem como realizar novas emissões de debêntures.

e. *Níveis de endividamento e características das dívidas e § g) limites de utilização dos financiamentos já contratados*

A Diretoria mostra, através de o quadro a seguir, a evolução do endividamento da Companhia:

Endividamento (R\$ mil)	2014	2013	2012
Debêntures	913.835	891.573	861.513
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil	320	549	1.346
(-) Caixas e Equivalentes Caixa	93.079	171.226	19.802
<b>Dívida Líquida</b>	<b>821.076</b>	<b>720.896</b>	<b>843.057</b>
<b>EBITDA</b>	<b>629.373</b>	<b>592.380</b>	<b>529.232</b>
<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>1,6</b>

A Diretoria entende que estes índices são adequados e atendem às exigências dos contratos financeiros.

A Diretoria informa que a Companhia possui dívidas com garantia real e quirografárias. O contrato com garantia real celebrado por nós possui as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Informa ainda que, os financiamentos da Companhia possuem cláusulas limitando a contratação de novas dívidas e manutenção de níveis máximos de endividamento e obtenção de índice de cobertura mínimo para distribuição de dividendos acima do mínimo legal.

A 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia apresentam cláusula que restringe a distribuição de dividendos acima do mínimo legal. A 4ª emissão, a Companhia deve apresentar Dívida Líquida / EBITDA  $\leq$  4,00 e ICSD  $\geq$  1,2. A 5ª emissão, a Companhia deve apresentar Dívida Líquida / EBITDA  $\leq$  4,00.

A 4ª emissão de debêntures da Companhia apresenta cláusula limitando o endividamento adicional.

A 4ª emissão restringe que a companhia realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve(m) o índice Dívida Líquida/EBITDA a um valor superior a 4,00, ressalvado que dívidas captadas para o pré-pagamento da 4ª emissão de debêntures não estão sujeitas a esta limitação, onde:

Dívida Líquida como a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo e, ainda, (v) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores exceto, em quaisquer dos casos aqui previstos, dívidas subordinadas, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

EBITDA como, para qualquer período, o somatório do resultado operacional da Emissora (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; e (b) despesas financeiras; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) receitas financeiras. O EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

Dívida Líquida/EBITDA como a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

A Diretoria informa que a Companhia nunca descumpriu qualquer *covenant* financeiro previstos em tais contratos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou os seguintes indicadores: **Dívida Líquida / EBITDA = 1,3 e ICSD = 1,7**.

O quadro a seguir demonstra o cálculo do ICSD:

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

<b>Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (R\$ mil)</b>		<b>Jan 2014 a Dez 2014</b>
<b>+</b>	<b>GERAÇÃO DE CAIXA</b>	<b>488.931</b>
	(+) Lucro do Exercício	285.047
	(+) Depreciação / amortização	87.844
	(+) Outras Despesas Não Caixa *	28.042
	(+) Juros, fees e outros débitos relacionados à Dívida Líquida	87.998
	(-) Créditos não-caixa	0
<b>=</b>	<b>Total do numerador</b>	<b>488.931</b>
<b>+</b>	<b>SERVIÇO DA DÍVIDA</b>	<b>286.433</b>
	(+) Serviço da Dívida Total	507.714
	(-) Serviço da Dívida Refinanciada	-221.281
<b>=</b>	<b>Total do denominador</b>	<b>286.433</b>
	<b>ICSD</b>	<b>1,71</b>

\*Equivale à provisão de manutenção somada às despesas antecipadas das parcelas referentes ao custo de outorga.

A seguir, a Diretoria apresenta um detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos da Companhia:

**Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil – R\$ milhares - Posição 31 de dezembro.**

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Vencimentos	2014	2013	2012	
<b>Em moeda nacional</b>						
HSBC Bank Brasil S.A. (Finame)	TJLP + 1,7%	julho de 2013	-	-	93	(a)
Banco Alfa de Investimentos S.A. (Finame)	TJLP + 1%	maio de 2015	302	63	107	(a)
Banco Alfa de Investimentos S.A. (Finame)	5,5% a.a.	julho de 2017	18	419	530	(a)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5%	setembro de 2013	-	-	447	(a)
Banco Itaú S.A. (Arrendamento Mercantil)	1,23% a.m.	setembro de 2014	-	67	169	
<b>Total</b>			<b>320</b>	<b>549</b>	<b>1.346</b>	
Total circulante			135	228	798	
Total não circulante			185	321	548	
<b>Garantias</b>						
(a) Bens financiados						
(b) Aval do acionista controlador						

**Cronograma de desembolsos, em R\$ milhões:**

	<b>2014</b>
2016	117
2017	68
	<b>185</b>

A seguir a Diretoria informa as principais condições, garantias e, exclusivamente para os empréstimos, as cláusulas restritivas contratuais. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. FINAMES: Contratados ao longo dos anos de 2006 e 2010, com taxas remuneratórias entre 1,0% a.a. e 4,3% a.a. mais TJLP, no montante total de R\$ 3.676 mil. A amortização do principal se dará em até 54 parcelas mensais entre novembro de 2006 e maio de 2015 e os juros serão pagos trimestralmente, antes, e mensalmente durante o período de amortização. Em outubro de 2012, a Companhia captou um Finame no montante de R\$ 530 mil com remuneração fixa

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de juros de 5,50% a.a e vencimento em julho de 2017. Destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea e equipamentos.

Nos contratos de financiamentos na modalidade FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

2. Desde julho de 2010, a Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil no montante de R\$2.262 mil, junto ao Banco Alfa Arrendamento Mercantis S.A. com vencimentos finais a partir de junho de 2013 até setembro de 2013. Os encargos financeiros destes contratos são CDI + 1,5% a.a.

3. Em 21 de julho de 2011, a companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$280 mil, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m.

A Diretoria informa que os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

### Debêntures – R\$ milhares - Posição 31 de dezembro

	Taxas Contratuais (a.a.)	Custo Efetivo (a.a.)	Custos de Transação Incurridos	Saldo de Custo de Transação a Apropriar	Vencimentos	2014	2013	2012
Debêntures								
3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	7	Fevereiro de 2015	22.232	66.451	109.843
4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.816	980	Maio de 2017	444.755	621.216	751.670
5a. Emissão Série 1 (c)	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	757	Setembro de 2017	297.357	-	-
5a. Emissão Série 2	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.380	1.251	Setembro de 2019	149.491	-	-
Cetip (Notas promissórias)	104,4% do CDI	0,1629% (a)	325	-	Outubro de 2014	-	203.906	-
<b>Total</b>						<b>913.835</b>	<b>891.573</b>	<b>861.513</b>
Debêntures e Notas Promissórias						307.253	431.354	183.026
Custo de transação						(1.506)	(1.268)	(1.358)
<b>Total circulante</b>						<b>305.747</b>	<b>430.086</b>	<b>181.668</b>
Debêntures						609.577	462.474	681.846
Custo de transação						(1.489)	(987)	(2.001)
<b>Total não circulante</b>						<b>608.088</b>	<b>461.487</b>	<b>679.845</b>

A seguir a Diretoria especifica as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. A Diretoria informa que as condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

#### Garantias:

(c) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(d) Não existem garantias.

(e) Quirografárias.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Cronograma de desembolsos, em R\$ milhões:

	<u>2014</u>
2015	307.253
2015	292.472
2016	175.230
2017	<u>141.875</u>
	<u>916.830</u>

As definições dos termos descritos nos *covenants* devem ser verificadas na escritura de cada uma das operações.

1. Em 1º de julho de 2007, a Companhia emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures, a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$650.000 mil, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

As debêntures da 1ª Emissão foram integralmente amortizadas em 14 de maio de 2012.

2. Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia realizou a 2ª emissão pública de debêntures, emitindo duzentas e cinquenta debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, da segunda emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 mil, com valor nominal total da emissão de R\$250.000 mil, as quais foram subscritas e integralizadas, em 23 de dezembro de 2009.

As debêntures da 2ª Emissão foram integralmente resgatadas em 14 de maio de 2012.

3. Em 20 de fevereiro de 2011, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures, emitindo cento e cinquenta mil debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil e valor nominal total da emissão de R\$ 150.000 mil, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011. Elas têm remuneração correspondente à variação acumulada de 110,5% do CDI e poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e 20 de fevereiro de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias 20 de fevereiro e de agosto de cada ano, até a data de vencimento, iniciadas em 20 de agosto de 2011.

As principais obrigações e cláusulas restritivas da 3ª emissão de Debêntures são as seguintes:

Não realizar novas emissões de debêntures da espécie quirográfica, com garantia real ou com garantia flutuante, sem a aprovação prévia de maioria de debenturistas, sem que a respectiva destinação dos recursos esteja limitada ao financiamento de novos investimentos aprovados pelo Poder Concedente, não previstos no Contrato de Concessão ("Emissões para Finalidades Diversas"); até a liquidação das obrigações relativas às debêntures da 1ª emissão de debêntures da Emissora;

Até a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso:

- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 3; e/ou
- ICSD seja inferior a 1,20

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Após a liquidação total das obrigações relativas às debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, não distribuir dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso:

- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4; e/ou
- ICSD seja inferior a 1,20.

4. Em 28 de abril de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão pública de debêntures, emitindo setenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, série única. As debêntures foram emitidas em espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$10 mil e valor nominal total da emissão de R\$750.000 mil, as quais foram subscritas e integralizadas em 29 de abril de 2012. Contudo, essas debêntures passarão a ser automaticamente quirografárias, no momento da amortização integral do saldo remanescente da 1ª Emissão e após o resgate antecipado das debêntures da 2ª Emissão, o que ocorreu em 14 de maio de 2012 para ambas as emissões.

A remuneração das debêntures corresponde a 108,30% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI e poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora ou ainda a amortização facultativa parcial, limitada a 95% do valor nominal unitário das Debêntures, o que deverá abranger proporcionalmente todas as debêntures em circulação.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas trimestrais, entre 28 de maio de 2013 e 28 de maio de 2017;
- Juros: parcelas trimestrais pagas nos dias 28 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a data de vencimento, e iniciaram 28 de maio de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures, isto é, 28/05/2017.

As principais obrigações e cláusulas restritivas da 4ª emissão de Debêntures são as seguintes:

Constituir ou permitir constituição em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos na data da assinatura da escritura da 4ª emissão ou doravante adquiridos, incluindo os bens e/ou direitos dados em garantia da Primeira Emissão, por ocasião da sua liberação quando do encerramento da Primeira Emissão.

Realizar uma ou mais novas emissões de debêntures que na data de cada respectiva emissão leve o índice Dívida Líquida/Ebitda a um valor superior a 4,00.

A Companhia ainda não poderá realizar a distribuição de dividendos ou efetuar pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao mínimo legal, caso:

- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes; e/ou
- ICSD seja inferior a 1,20.

5. Em 11 de outubro de 2013, foi contratada nota promissória comercial no valor de R\$ 200.000 mil, junto ao Banco BTG Pactual, com vencimento de juros e principal em 06 de outubro de 2014, fazendo jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 104,45% do CDI, sem garantias.

A principal obrigação e cláusula restritiva da emissão da nota promissória é:

- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

(f) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A Diretoria declara que a Companhia não possui limites de financiamentos já contratados.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

6. Em 03 de outubro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas. Sobre o montante da primeira série, R\$ 290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos, vencendo, portanto em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015.

Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019.

As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de swap para a segunda série onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 100% do CDI.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é:

- Distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios
- Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes.

A Diretoria expõe abaixo a descrição das principais contas da demonstração de resultado.

### *Obrigações Financeiras com o Poder Concedente.*

De acordo com o Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos de pagamentos relativos ao direito de outorga:

Ônus pré-fixado: R\$ 67 milhões (Data-base: julho/1997), ocorrido nos três (três) primeiros anos da concessão;

Ônus fixo: R\$ 318 milhões, a ser pago em 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais, sendo que as 8 (oito) primeiras parcelas pagas corresponderam a 0,90% e as demais a 0,40% do valor total;

Ônus variável: 3,00% das receitas brutas de pedágio.\*

\* Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela:

- utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos;
- implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais;
- utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas:

- o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos;
- o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e
- o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### *Contabilização do Valor da Outorga da Concessão*

Após a conclusão do processo de transferência do controle acionário para a CCR em março de 2005, a Companhia efetuou mudança de prática contábil por meio de ajustes de exercícios anteriores, adotando procedimento semelhante às demais concessões de rodovias detentoras de direito de outorga controladas pela CCR.

O procedimento contábil adotado considera que os pagamentos ao Poder Concedente são registrados contabilmente como custo, sem nenhum registro contábil de ativos relativos ao direito de outorga com os respectivos passivos junto ao Poder Concedente.

As antecipações de pagamentos relativas ao ônus pré-fixado e as 8 (oito) parcelas iniciais relativas ao ônus fixo foram consideradas antecipação de despesas (registradas no ativo) e estão sendo apropriadas linearmente ao resultado.

A prática contábil adotada pela Companhia está em conformidade com o Comunicado Técnico n° 3 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), documento que referencia as práticas contábeis de concessões no Brasil (Documento incluído no item 15 Contabilidade de Concessões do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 de 14 de fevereiro de 2007).

Em novembro de 2006, o *International Accounting Standard Board* (IASB) emitiu uma interpretação sobre o procedimento contábil relativo ao direito de concessão (*IFRIC INTERPRETATION 12 – Service Concession Arrangements*), aplicável às demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade a partir do exercício de 2008, podendo ser implantada a partir de 1º de janeiro de 2007.

Esta interpretação do IASB não é aplicável às práticas contábeis brasileiras e não há até o momento nenhuma informação sobre eventual adoção ou adaptação de procedimento igual ou semelhante, total ou parcialmente no Brasil.

### *Receitas*

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita incluem publicidade, manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes de veículos pedagiados e as tarifas de pedágio.

### *Deduções da Receita Bruta*

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são: (i) ISS, cuja alíquota varia de um Município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; (ii) PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e (iii) COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

### *Custo dos Serviços Prestados*

O custo dos serviços prestados é composto por: (i) depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão; (ii) custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os variáveis equivalentes a 1,5% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras; e (iii) outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

### *Despesas Administrativas*

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. Os principais fatores de influência nessa despesa são o número de funcionários e dissídio da categoria.

### *Receitas e Despesas Financeiras*

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos (incluindo os ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos e, conseqüente classificação destes como disponíveis para venda, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### *Imposto de Renda e Contribuição Social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

## RESULTADOS E VARIAÇÕES PERCENTUAIS

A Diretoria apresenta a seguir os resultados e as variações percentuais (análise vertical representa a participação percentual dos itens sobre a receita de venda de bens e/ou serviços no mesmo período e a análise horizontal representa a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

### **Comparação das demonstrações dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados da Companhia para os períodos indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro	2014	AV	2013	AV	AH
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	2014/2013 (%)
<b>Receita de Venda de Bens e/ou Serviços.....</b>	930.196	100,0%	842.566	100,0%	10,4%
Receita bruta de Bens e/ou Serviços.....	1.011.679	108,8%	918.981	109,1%	10,1%
Deduções da receita bruta.....	(81.483)	-8,8%	(76.415)	-9,1%	6,6%
<b>Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos.....</b>	(349.568)	-37,6%	(288.007)	-34,2%	21,4%
<b>Resultado Bruto.....</b>	580.628	62,4%	554.559	65,8%	4,7%
<b>Despesas/Receitas Operacionais.....</b>	(78.335)	-8,4%	(70.439)	-8,4%	11,2%
<b>Resultado Antes dos Resultados Financeiros e dos Tributos...</b>	502.293	54,0%	484.120	57,5%	3,8%
<b>Resultado Financeiro.....</b>	(80.988)	-8,7%	(66.491)	-7,9%	21,8%
Receitas Financeiras.....	19.879	2,1%	12.273	1,5%	62,0%
Despesas Financeiras.....	(100.867)	-10,8%	(78.764)	-9,3%	28,1%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro.....</b>	421.305	45,3%	417.629	49,6%	0,9%
Imposto de Renda e Contribuição social sobre o Lucro.....	(136.258)	-14,6%	(139.845)	-16,6%	-2,6%
<b>Lucro Líquido do Exercício.....</b>	285.047	30,6%	277.784	33,0%	2,6%

### Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços

Nossa receita bruta aumentou R\$ 92.698 mil, ou 10,1%, sendo R\$ 1.011.679 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 918.981 mil em comparação com o mesmo período de 2013, conforme demonstrado na tabela abaixo:

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

<b>Receita Bruta [R\$ mil]</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>
Receita de Pedágio	927.911	871.260	6,5%
Receitas Acessórias	12.892	11.815	9,1%
Receita de Construção	70.876	35.906	97,4%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>1.011.679</b>	<b>918.981</b>	<b>10,1%</b>

### Impostos e Contribuições

As deduções sobre a receita operacional bruta (receitas de pedágio e acessórias) aumentaram em 6,6%, alcançando o valor de R\$ 81.483 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, impactadas principalmente pelo crescimento de 6,5% nas receitas operacionais, isto é, receitas de pedágio e acessórias. Os tributos incidentes são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

### Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços

A receita de venda de bens e/ou serviços, ou receita líquida, cresceu 10,4% em 2014 quando comparado ao ano de 2013 atingindo o valor de R\$ 930.196 mil, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego no sistema Castello-Raposo e o reajuste de tarifa aplicado em 2014.

### Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq<sup>1</sup>

<b>Em unid.<sup>2</sup></b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Var.%</b>
<b>Veículos Equivalentes</b>	<b>127.491.896</b>	<b>123.388.506</b>	<b>3,3%</b>
Veículos Leves (Eq)	70.519.802	67.532.234	4,4%
Veículos Pesados (Eq)	56.972.094	55.856.272	2,0%

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

- O tráfego equivalente na Companhia registrou um crescimento de 3,3% em relação a 2013. A Rodovia Raposo Tavares registrou acréscimo de 5,7%, impulsionada pela movimentação de veículos de passeio nos feriados prolongados e pela movimentação nas praças de Araçoiaba que registraram acréscimo de tráfego por conta da duplicação no trecho da SPVias. A Rodovia Castello Branco registrou acréscimo de 3,0% sobre 2013 e a região de Sorocaba cresceu 4,1% no mesmo período.
- Em 2014 houve um acréscimo de 4,4% no tráfego de veículos de passeio, em relação ao ano de 2013. Os destaques são as praças de Araçoiaba, com acréscimo de 9,7% sobre 2013, que contribuíram para o crescimento de 7,3% da Rodovia Raposo Tavares, evidenciando a movimentação de longa distância. A Rodovia Castello Branco registrou crescimento de 4,2%, como movimentação homogênea nas quatro praças. A região de Sorocaba registrou 3,6% de crescimento, o menor índice entre as rodovias do sistema Castello-Raposo.
- A movimentação de veículos pesados registrou crescimento de 2,0% frente a 2013, influenciada pela queda na produção industrial com forte impacto no setor automotivo, principalmente após a Copa do Mundo realizada em Junho. Além disso, a movimentação no Porto de Santos em 2014 foi 2,6% menor que no ano de 2013,

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

destacando que o combo soja+milho+açúcar registrou retração de 7,9% sobre o ano anterior. Com esse cenário, duas importantes praças, Barueri e Itu, registraram retração frente a 2013.

### Reajustes de Tarifa de Pedágio

De acordo com o Contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou, no mês de julho de 2014, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema Castello-Raposo em 6,14%, sendo assim, uma variação de 6,14 p.p. ao reajuste do ano anterior, visto que em 2013 não houve reajuste de tarifa.

### *Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos*

Os custos dos serviços prestados aumentaram aproximadamente R\$ 61.561 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, comparativamente a igual período de 2013, passando de R\$ 288.007 mil para R\$ 349.568 mil, representando 37,6% da receita líquida em 2014, frente aos 34,2% em 2013.

Tal aumento decorreu principalmente de maiores custos de construção, devido às obras de melhorias previstas no cronograma físico-financeiro dos investimentos.

### *Despesas/Receitas Operacionais*

As despesas operacionais aumentaram em R\$ 7.896 mil, ou 11,2%, passando de R\$ 70.439 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 78.335 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$ 80.988 mil, representando um acréscimo de R\$ 14.497 mil, ou 21,8% em relação aos R\$ 66.491 mil apresentados em igual período de 2013, impactado principalmente pelo aumento nas despesas financeiras do período decorrentes do aumento do custo da dívida.

### *Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro*

O IR e CSLL diminuíram R\$ 3.587 mil ou 2,6%, passando de R\$ 139.845 mil para R\$ 136.258 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, em decorrência do aumento do lucro bruto.

### *Lucro Líquido do Exercício*

Em virtude do disposto acima, a Companhia apresentou um lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 285.047 mil (representando 30,6% da receita líquida) frente aos R\$ 277.784 mil (representando 33,0% da receita líquida) apresentados em igual período de 2013.

### *Outras Informações Financeiras*

### **EBITDA**

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 629.373 mil representando uma margem de 73,2%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o EBITDA foi de R\$ 592.380 mil com margem de 73,4% sobre a receita de venda de bens e/ou serviços.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

<b>Reconciliação EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	285.047	277.784	2,6%
(+) IR/CS	136.258	139.845	-2,6%
(+) Resultado Financeiro	80.988	66.491	21,8%
(+) Depreciação e Amortização	102.018	93.178	9,5%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>604.311</b>	<b>577.298</b>	<b>4,7%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>64,97%</b>	<b>68,52%</b>	<b>-5,2%</b>
(+) Despesas Antecipadas (b)	3.297	3.297	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	21.765	11.785	84,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>629.373</b>	<b>592.380</b>	<b>6,2%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado (d)</b>	<b>73,24%</b>	<b>73,44%</b>	<b>-0,27%</b>

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 524/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

**Comparação dos balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Companhia nas datas indicadas:

**Ativo**

Em 31 de dezembro de :	2014	AV	2013	AV	AH
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	2014/2013 (%)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.396.635</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.458.804</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4,3%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>161.625</b>	<b>11,6%</b>	<b>231.082</b>	<b>15,8%</b>	<b>-30,1%</b>
Caixas e Bancos	93.079	6,7%	171.226	11,7%	-45,6%
Contas a receber de clientes	2.680	0,2%	1.858	0,1%	44,2%
Contas a receber partes relacionadas	53.183	3,8%	47.908	3,3%	11,0%
Tributos a Recuperar	6.603	0,5%	2.113	0,1%	212,5%
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	3.297	0,2%	3.297	0,2%	0,0%
Despesas Antecipadas	2.395	0,2%	2.618	0,2%	-8,5%
Outros Créditos	388	0,0%	2.062	0,1%	-81,2%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.235.010</b>	<b>88,4%</b>	<b>1.227.722</b>	<b>84,2%</b>	<b>0,6%</b>
Depósitos judiciais	793	0,1%	2.640	0,2%	-70,0%
Contas a receber - com operações de derivativos	5.669				
Contas a receber - partes relacionadas	386				
Despesa antecipada de outorga fixa	120.159	8,6%	100.219	6,9%	19,9%
Despesa antecipada relacionada à concessão	23.079	1,7%	26.376	1,8%	114,3%
Outros créditos	230	0,0%	438	0,0%	190,4%
Imobilizado	64.900	4,6%	62.311	4,3%	4,2%
Intangível	1.019.794	73,0%	1.035.738	71,0%	-1,5%

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Passivo**

Em 31 de dezembro de :	2014	AV	2013	AV	AH
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	2014/2013
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>1.396.635</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.458.804</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4,3%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b> .....	<b>427.036</b>	<b>30,6%</b>	<b>545.014</b>	<b>37,4%</b>	<b>-21,6%</b>
Contas a pagar com operações de derivativos.....	7.758				
Empréstimos e Financiamentos.....	135	0,0%	228	0,0%	-40,8%
Debêntures.....	305.747	21,9%	430.086	29,5%	-28,9%
Dividendos e JCP a pagar.....	8.815				
Fornecedores.....	21.107	1,5%	14.680	1,0%	43,8%
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas.....	2.157	0,2%	37	0,0%	5729,7%
Obrigações Sociais e Trabalhistas.....	9.775	0,7%	9.857	0,7%	-0,8%
Mútuos - partes relacionadas.....	871				
Impostos e contribuições parcelados.....	0	0,0%	6.515	0,4%	-100,0%
Impostos e contribuições a recolher.....	62.489	4,5%	57.969	4,0%	7,8%
Provisão de Manutenção.....	1.188	0,1%	18.648	1,3%	-93,6%
Obrigações com o poder concedente.....	1.239	0,1%	1.147	0,1%	8,0%
Outras Obrigações.....	5.755	0,4%	5.847	0,4%	-1,6%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>738.509</b>	<b>52,9%</b>	<b>599.142</b>	<b>41,1%</b>	<b>23,3%</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	185	0,0%	321	0,0%	-42,4%
Debêntures.....	608.088	43,5%	461.487	31,6%	31,8%
Impostos e contribuições parcelados.....	0	0,0%	51.811	3,6%	-100,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital.....	1.724	0,1%	1.724	0,1%	0,0%
Passivo fiscal diferido.....	52.446	3,8%	61.095	4,2%	116,5%
Provisão para riscos cíveis, trab, trib e previdenciários.....	4.128	0,3%	2.253	0,2%	83,2%
Provisão de Manutenção.....	29.357	2,1%	13.367	0,9%	119,6%
Mútuos - partes relacionadas.....	39.621				
Obrigações com o poder concedente.....	2.253	0,2%	5.774	0,4%	-61,0%
Outras contas a pagar.....	707	0,1%	1.310	0,1%	-46,0%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>231.090</b>	<b>16,5%</b>	<b>314.648</b>	<b>21,6%</b>	<b>-26,6%</b>
Capital Social Realizado.....	139.763	10,0%	139.763	9,6%	0,0%
Reservas de Capital.....	2.677	0,2%	2.677	0,2%	0,0%
Reserva de Lucros.....	88.650	6,3%	139.208	9,5%	-36,3%
Dividendo adicional proposto.....	0	0,0%	33.000	2,3%	-100,0%

**Ativo Circulante**

Nosso ativo circulante era de R\$ 161.625 mil em 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 231.082 mil em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma diminuição de R\$ 69.457 mil, ou 30,1%. Nosso ativo circulante representou 11,6% e 15,8% de nosso ativo total em 2014 e 2013, respectivamente. Essa variação decorre principalmente da diminuição do valor em caixas e bancos.

**Ativo Não Circulante**

Nosso ativo não circulante era de R\$ 1.235.010 mil em 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 1.227.722 mil em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de R\$ 7.288 mil, ou 0,6%. Nosso ativo não circulante representou 88,4% e 84,2% de nosso ativo total em 2014 e 2013, respectivamente. Essa variação decorre principalmente do aumento do valor em contas a receber - com operações de derivativos.

**Passivo Circulante**

Nosso passivo circulante era de R\$ 427.036 mil em 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 545.014 mil em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma diminuição de R\$ 117.978 mil, ou 21,6%. Essa variação decorre

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

principalmente da captação de recursos realizada em Outubro/2014. Nosso passivo circulante representou 30,6% e 37,4% de nosso passivo total em 2014 e 2013, respectivamente.

### Passivo Não Circulante

Nosso passivo não circulante era de R\$ 738.509 mil em 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 599.142 mil em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de R\$ 139.367 mil, ou 23,3%. Nosso passivo não circulante representou 52,9% e 41,1% de nosso passivo total em 2014 e 2013, respectivamente. Essa variação decorre principalmente dos pagamentos de principal e juros das emissões realizadas.

### Patrimônio Líquido

Nosso patrimônio líquido era de R\$ 231.090 mil em 31 de dezembro de 2014, em comparação com R\$ 314.648 mil em 31 de dezembro de 2013, o que representou uma diminuição de R\$ 83.558 mil, ou 26,6%. Nosso patrimônio líquido representou 16,5% e 21,6% de nosso passivo total em 2014 e 2013, respectivamente. Essa variação decorre principalmente dos lucros gerados.

### Comparação das demonstrações dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados da Companhia para os períodos indicados:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro	2013	AV	2012	AV	AH
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	2012/2011 (%)
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços.....	842.566	100,0%	777.249	100,0%	8,4%
Receita bruta de Bens e/ou Serviços.....	918.981	109,1%	847.942	109,1%	8,4%
Deduções da receita bruta.....	(76.415)	-9,1%	(70.693)	-9,1%	8,1%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos.....	(288.007)	-34,2%	(282.850)	-36,4%	1,8%
Resultado Bruto.....	554.559	65,8%	494.399	63,6%	12,2%
Despesas/Receitas Operacionais.....	(70.439)	-8,4%	(64.964)	-8,4%	8,4%
Resultado Antes dos Resultados Financeiros e dos Tributos.	484.120	57,5%	429.435	55,3%	12,7%
Resultado Financeiro.....	(66.491)	-7,9%	(80.925)	-10,4%	-17,8%
Receitas Financeiras.....	12.273	1,5%	8.418	1,1%	45,8%
Despesas Financeiras.....	(78.764)	-9,3%	(89.343)	-11,5%	-11,8%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro.....	417.629	49,6%	348.510	44,8%	19,8%
Imposto de Renda e Contribuição social sobre o Lucro.....	(139.845)	-16,6%	(117.414)	-15,1%	19,1%
Lucro Líquido do Exercício.....	277.784	33,0%	231.096	29,7%	20,2%

### Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços

Nossa receita bruta aumentou em R\$ 71.039 mil, ou 8,4%, de R\$ 847.942 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 918.981 mil em comparação com o mesmo período de 2013, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Receita Bruta [R\$ mil]	2013	2012	%
Receita de Pedágio	871.260	807.723	7,9%
Receitas Acessórias	11.815	11.644	1,5%
Receita de Construção	35.906	28.575	25,7%
Receita Bruta Total	918.981	847.942	8,4%



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### *Impostos e Contribuições*

As deduções sobre a receita operacional bruta (receitas de pedágio e acessórias) aumentaram em 8,1%, alcançando o valor de R\$ 76.415 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, impactadas principalmente pelo crescimento de 7,8% nas receitas operacionais, isto é, receitas de pedágio e acessórias. Os tributos incidentes são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas e;
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

### *Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços*

A receita de venda de bens e/ou serviços, ou receita líquida, cresceu 8,4% em 2013 quando comparado ao ano de 2012 atingindo o valor de R\$ 842.566 mil, sendo influenciada pelo crescimento de tráfego no sistema Castello-Raposo, assim como pelo reajuste das tarifas básicas de pedágio.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq<sup>1</sup>

Em unid. <sup>2</sup>	2013	2012	Var.%
<b>Veículos Equivalentes</b>	<b>123.388.506</b>	<b>116.457.051</b>	<b>6,0%</b>
Veículos Leves (Eq)	67.532.234	64.738.989	4,3%
Veículos Pesados (Eq)	55.856.272	51.718.062	8,0%

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

- O tráfego equivalente na Companhia registrou um crescimento de 6,0% em relação a 2012. Assim como nos últimos anos, a região de Sorocaba apresentou crescimento, acima da média, de 9,1% evidenciando o desenvolvimento da região. A Rodovia Castello Branco registrou acréscimo de 5,3% sobre 2012 ante 7,9% de acréscimo registrado na Rodovia Raposo Tavares, que se destaca pela movimentação de veículos de passeio em feriados prolongados.
- Em 2013 houve um acréscimo de 4,3% no tráfego de veículos de passeio, em relação ao ano de 2012. O destaque é a praça de Sorocaba, com crescimento de 9,1%, assim como as praças da Raposo Tavares com crescimento de 6,8%, evidenciando a movimentação de longa distância. A Rodovia Castello Branco registrou crescimento de 3,5%, influenciada pela movimentação urbana das praças de Osasco e Barueri que registraram menores índices de crescimento, 3,7% e 2,8%, respectivamente.
- A partir de 28 de julho de 2013 teve início a cobrança de eixo suspenso, que influenciou o crescimento registrado de 8,0% na movimentação de veículos pesados sobre 2012. Além disso, a partir do 2º trimestre houve uma recuperação no volume de exportação/importação dos municípios lindeiros, assim como movimentação recorde de soja em maio de 2013 no Porto de Santos. No acumulado até novembro, verificou-se também alta nas movimentações de soja (+15,9%) e açúcar (+16,9%).

### **Reajustes de Tarifa de Pedágio**

Conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável. Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

Conforme Contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou em 4,26%, no mês de julho de 2012, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema Castello-Raposo, sendo assim, uma variação de -5,51 p.p. ao reajuste do ano anterior.

Em dezembro de 2011, em atendimento à solicitação do Poder Concedente, foi assinado o Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 22, que prevê a substituição do IGPM (índice original do Contrato de Concessão) pelo IPCA como índice de reajustes das tarifas de pedágio.

De acordo com o referido TAM, será realizada anualmente a apuração da diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida (com tarifas reajustadas pelo IPCA) e o montante que teria sido recebido considerando o cálculo original (com tarifas reajustadas pelo IGPM), para formalização do desequilíbrio econômico-financeiro.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato poderá ser implementada por meio de alteração do prazo da concessão ou de outra forma definida posteriormente em comum acordo entre as partes.

### *Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos*

Os custos dos serviços prestados aumentaram R\$ 5.157 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparativamente a igual período de 2012, passando de R\$ 282.850 mil para R\$ 288.007 mil, representando 34,2% da receita líquida em 2013, frente aos 36,4 em 2012.

Tal aumento decorreu principalmente de maiores custos de construção, devido às obras de melhorias previstas no cronograma físico-financeiro dos investimentos.

### *Despesas/Receitas Operacionais*

As despesas operacionais aumentaram em R\$ 5.475 mil, ou 8,4%, passando de R\$ 64.964 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 70.439 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi negativo em R\$ 66.491 mil, representando uma redução de R\$ 14.434 mil, ou 17,8%, em relação aos R\$ 80.925 mil negativos apresentados em igual período de 2012, impactado principalmente pela redução nas despesas financeiras do período decorrentes da redução do custo da dívida.

### *Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro*

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O IR e CSLL aumentaram R\$ 22.431 mil ou 19,1%, passando de R\$ 117.414 mil para R\$ 139.845 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, em decorrência do aumento do lucro bruto.

### Lucro Líquido do Exercício

Em virtude do disposto acima, a Companhia apresentou um lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 277.784 mil (representando 33,0% da receita líquida) frente aos R\$ 231.096 mil (representando 29,7% da receita líquida) apresentados em igual período de 2012.

### Outras Informações Financeiras

#### EBITDA

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 592.380 mil representando uma margem de 73,44%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o EBITDA foi de R\$ 529.232 mil com margem de 70,69% sobre a receita de venda de bens e/ou serviços.

#### EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	2013	2012	Var.%
Lucro Líquido	277.784	231.096	20,2%
(+) IR/CS	139.845	117.414	19,1%
(+) Resultado Financeiro	66.491	80.925	-17,8%
(+) Depreciação e Amortização	93.178	85.024	9,6%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>577.298</b>	<b>514.459</b>	<b>12,2%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>68,52%</b>	<b>66,19%</b>	<b>3,5%</b>
(+) Despesas Antecipadas (b)	3.297	3.297	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	11.785	11.476	2,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>592.380</b>	<b>529.232</b>	<b>11,9%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado (d)</b>	<b>73,44%</b>	<b>70,69%</b>	<b>3,89%</b>

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 524/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

#### Comparação dos balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Companhia nas datas indicadas:

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****Ativo**

Em 31 de dezembro de :	2013	AV	2012	AV	AH
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	2013/2012
					(%)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>1.458.804</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.339.382</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,9%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b> .....	<b>231.082</b>	<b>15,8%</b>	<b>73.152</b>	<b>5,5%</b>	<b>215,9%</b>
Caixas e Bancos.....	171.226	11,7%	19.802	1,5%	764,7%
Contas a receber de clientes.....	1.858	0,1%	1.676	0,1%	10,9%
Contas a receber partes relacionadas.....	47.908	3,3%	41.861	3,1%	14,4%
Tributos a Recuperar.....	2.113	0,1%	3.067	0,2%	-31,1%
Pagamentos antecipados relacionados à concessão....	3.297	0,2%	3.297	0,2%	0,0%
Despesas Antecipadas.....	2.618	0,2%	2.764	0,2%	-5,3%
Outros Créditos.....	2.062	0,1%	685	0,1%	201,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>1.227.722</b>	<b>84,2%</b>	<b>1.266.230</b>	<b>94,5%</b>	<b>-3,0%</b>
Depósitos judiciais.....	2.640	0,2%	1.745	0,1%	51,3%
Despesa antecipada de outorga fixa.....	100.219	6,9%	82.336	6,1%	21,7%
Despesa antecipada relacionada à concessão.....	26.376	1,8%	29.673	2,2%	112,5%
Outros créditos.....	438	0,0%	105	0,0%	24,0%
Imobilizado.....	62.311	4,3%	66.812	5,0%	-6,7%
Intangível.....	1.035.738	71,0%	1.085.559	81,0%	-4,6%

**Passivo**

Em 31 de dezembro de :	2013	AV	2012	AV	AH
	(em R\$ mil)	(%)	(em R\$ mil)	(%)	2013/2012
					(%)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>1.458.804</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.339.382</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,9%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b> .....	<b>545.014</b>	<b>37,4%</b>	<b>276.894</b>	<b>20,7%</b>	<b>96,8%</b>
Empréstimos e Financiamentos.....	228	0,0%	798	0,1%	-71,4%
Debêntures.....	430.086	29,5%	181.668	13,6%	136,7%
Fornecedores.....	14.680	1,0%	17.757	1,3%	-17,3%
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas.....	37	0,0%	2.602	0,2%	-98,6%
Obrigações Sociais e Trabalhistas.....	9.857	0,7%	9.402	0,7%	4,8%
Impostos e contribuições parcelados.....	6.515	0,4%	6.147	0,5%	6,0%
Impostos e contribuições a recolher.....	57.969	4,0%	31.294	2,3%	85,2%
Provisão de Manutenção.....	18.648	1,3%	18.240	1,4%	2,2%
Obrigações com o poder concedente.....	1.147	0,1%	2.092	0,2%	-45,2%
Outras Obrigações.....	5.847	0,4%	6.894	0,5%	-15,2%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....	<b>599.142</b>	<b>41,1%</b>	<b>822.999</b>	<b>61,4%</b>	<b>-27,2%</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil.....	321	0,0%	548	0,0%	-41,4%
Debêntures.....	461.487	31,6%	679.845	50,8%	-32,1%
Impostos e contribuições parcelados.....	51.811	3,6%	55.213	4,1%	-6,2%
Adiantamento para futuro aumento de capital.....	1.724	0,1%	1.724	0,1%	0,0%
Passivo fiscal diferido.....	61.095	4,2%	61.056	4,6%	99,9%
Provisão para riscos cíveis, trab, trib e previdenciários.....	2.253	0,2%	2.338	0,2%	-3,6%
Provisão de Manutenção.....	13.367	0,9%	14.079	1,1%	-5,1%
Obrigações com o poder concedente.....	5.774	0,4%	6.862	0,5%	-15,9%
Outras contas a pagar.....	1.310	0,1%	1.334	0,1%	-1,8%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>314.648</b>	<b>21,6%</b>	<b>239.489</b>	<b>17,9%</b>	<b>31,4%</b>
Capital Social Realizado.....	139.763	9,6%	139.763	10,4%	0,0%
Reservas de Capital.....	2.677	0,2%	2.677	0,2%	0,0%
Reserva de Lucros.....	139.208	9,5%	97.049	7,2%	43,4%
Dividendo adicional proposto.....	33.000	2,3%	0	0,0%	100,0%

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Ativo Circulante

Nosso ativo circulante era de R\$ 231.082 mil em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 73.152 mil em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma variação de R\$ 157.930 mil, ou 215,9%. Nosso ativo circulante representou 15,8% e 5,5% de nosso ativo total em 2013 e 2012, respectivamente. Essa variação decorre principalmente do aumento do valor em caixas e bancos.

### Ativo Não Circulante

Nosso ativo não circulante era de R\$ 1.227.722 mil em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 1.266.230 mil em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de R\$ 38.508 mil, ou 3,0%. Nosso ativo não circulante representou 84,2% e 94,5% de nosso ativo total em 2013 e 2012, respectivamente.

### Passivo Circulante

Nosso passivo circulante era de R\$ 545.014 mil em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 276.894 mil em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de R\$ 268.120 mil, ou 96,8%. Nosso passivo circulante representou 37,4% e 20,7% de nosso passivo total em 2013 e 2012, respectivamente.

### Passivo Não Circulante

Nosso passivo não circulante era de R\$ 599.142 mil em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 822.999 mil em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de R\$ 223.857 mil, ou 27,2%. Nosso passivo não circulante representou 41,1% e 61,4% de nosso passivo total em 2013 e 2012, respectivamente. Essa variação decorre principalmente devido a 4ª emissão pública de debêntures.

### Patrimônio líquido

Nosso patrimônio líquido era de R\$ 314.648 mil em 31 de dezembro de 2013, em comparação com R\$ 239.489 mil em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma diminuição de R\$ 75.159 mil, ou 31,4%. Nosso patrimônio líquido representou 21,6% e 17,9% de nosso passivo total em 2013 e 2012, respectivamente. Essa variação decorre principalmente do pagamento dos dividendos.

### Informações selecionadas das demonstrações do fluxo de caixa da companhia

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa da Companhia nas datas indicadas:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2014	2013	2012
	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)	(em R\$ mil)
Caixa Líquido Atividades Operacionais.....	429.746	442.663	402.674
Caixa Líquido Atividades de Investimentos.....	(78.168)	(46.004)	(28.068)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento.....	(429.725)	(245.235)	(367.754)
(Redução) Aumento do Caixa e Equiv. Caixa.....	(78.147)	151.424	6.852

### Caixa Líquido Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 429.746 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, comparado a R\$ 442.663 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, uma variação negativa de R\$ 12.917 mil ou 2,9%.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 442.663 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, comparado a R\$ 402.674 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, uma variação positiva de R\$ 39.989 mil ou 9,9%.

### *Caixa Líquido Atividades de Investimento*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 78.168 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado a R\$ 46.004 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação de R\$ 32.164 mil ou 69,9%.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 46.004 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado a R\$ 28.068 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação negativa de R\$ 17.936 mil ou 63,9%.

### *Caixa Líquido Atividades de Financiamento*

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 429.725 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado aos R\$ 245.235 mil negativos aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação de R\$ 184.490 mil ou 75,2%.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 245.235 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparado aos R\$ 367.754 mil negativos aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação de R\$ 122.519 mil ou 33,3%.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Os diretores devem comentar sobre:

*a. Resultados das operações da Companhia, em especial:*

*i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita.*

Nós, os Diretores da Companhia, informamos que aproximadamente 98% de nossa receita operacional advém da cobrança de pedágios nas rodovias que operamos. As demais receitas são compostas por propaganda na faixa de domínio, manutenção de vias de acesso e referente ao direito do uso de faixa de domínio, inclusive para passagem de cabos de fibra óptica.

*ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.*

Nós, os Diretores da Companhia, informamos que os principais fatores que afetam o resultado operacional são o número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e passeio, impactada sensivelmente pela situação econômica regional e nacional.

O “efeito calendário” também pode influenciar nossas receitas de pedágio, pois reflete o efeito da quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de Veículos Equivalente no tráfego consolidado da nossa Companhia.

Nós, os Diretores da Companhia, informamos ainda que em 2014, 2013 e 2012 a receita bruta operacional, composta por receitas de pedágio e acessórias, da Companhia foi de R\$ 940.803 mil, R\$ 883.075 mil e R\$ 819.367 mil respectivamente. A variação entre os anos de 2014 e 2012 foi de 14,8% impactada pelo crescimento econômico do país no triênio e por força dos reajustes tarifários aplicados anualmente para considerar a inflação do período, conforme fórmula constante do Contrato de Concessão.

*b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.*

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

*c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.*

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

*a. Introdução ou alienação de segmento operacional*

Não aplicável, pois a Companhia não realizou qualquer alteração no seu segmento operacional nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

*b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Não aplicável, pois a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

*c. Eventos ou operações não usuais*

Não aplicável, pois não houve operações ou eventos não usuais 3 (três) últimos exercícios sociais.



## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

A respeito do item 10.4, seguem comentários de nossos Diretores em relação à(o)(s):

### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nós, diretores da Companhia, declaramos que não houve mudança nas práticas contábeis adotadas, sendo que as políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Nós, os diretores da Companhia, declaramos que não houve mudança nas práticas contábeis adotadas, sendo que as políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nós, diretores da Companhia, informamos que não há ressalvas, tampouco ênfases, presentes nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

### **a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nós, os diretores da Companhia, acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Diretoria está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

### **b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Nós, os diretores da Companhia, informamos que, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras, os auditores independentes avaliam os sistemas de controles internos da Companhia, em atendimento ao artigo 25, inciso II, da Instrução da CVM 308, de 14 de maio de 1999 (“Instrução CVM 308”), no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, compreendendo o planejamento dos procedimentos de auditoria e a análise da efetividade dos controles internos da Companhia, apontando suas deficiências ou ineficácia, se for o caso.

Ademais, a Diretoria informa que não foram observadas deficiências ou ineficácia dos controles internos da Companhia pelo auditor.

**10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

- a. *Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Nós, os diretores da Companhia, evidenciamos abaixo o descrito na nota explicativa nº 24 e item "q" da nota explicativa nº 2 das nossas demonstrações financeiras, sobre a outorga fixa da concessão e diretos da concessão.

### Nota Explicativa n.º 24 das Demonstrações Financeiras: Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2014	2013	2014	2013
Outorga fixa	190.437	232.367	173.962	204.786

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de 5% ao ano, compatível com a taxa estimada para a emissão da dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2014 estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2015	60.138	57.865
2016	60.138	55.110
2017	60.138	52.486
2018	10.023	8.501
Total	190.437	173.962

No decorrer do exercício de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 57.953, sendo R\$ 24.291 em caixa e R\$ 33.662 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa e em 2013 R\$ 54.136, sendo R\$ 16.826 em caixa e R\$ 37.310 através de encontro de contas financeiras.

#### q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente sob o entendimento de que o contrato de concessão é um contrato executório. No contrato de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

**10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

*b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não se aplica, pois a Companhia evidenciou todos os itens relevantes nas Demonstrações Financeiras dos últimos três exercícios sociais.

## 10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

*(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;*

Nós, os diretores da Companhia, informamos que a outorga fixa a pagar, afeta os custos operacionais da Companhia à medida de seu pagamento, o qual ocorrerá à medida que o prazo da concessão avance, até o final da concessão. Além disso, tais pagamentos podem sofrer ajustes para mais ou para menos, em função da variação anual do Índice Geral de Preços do Mercado "IGP-M".

*(b) natureza e propósito da operação;*

Nós, os diretores da Companhia, informamos que o vencedor da licitação da concessão do Lote, em que a Companhia é a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. - à iniciativa privada foi quem ofereceu o maior valor de outorga fixa. Dessa maneira, o propósito da operação foi o de vencer a licitação.

*(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação (em R\$ mil)*

Nós, os diretores da Companhia, informamos que, como já dito no item 10.9b acima, o valor a pagar foi assumido em função de gerar o direito de operar a concessão. Ainda, conforme dito no item 10.8 as obrigações são assumidas na medida em que se avança o contrato.

## 10.10 - Plano de negócios

**Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a. *Investimentos, incluindo: descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

(i) O principal investimento em andamento é:

- Rodovia Raposo Tavares (SP-270): Contorno de São Roque;

(ii) Os principais investimentos previstos são:

- Rodovia Raposo Tavares (SP-270): Implantação de Faixas Adicionais;

- Rodovia Raposo Tavares (SP 270): Complemento do dispositivo existente km 66+300; e

- Rodovia Raposo Tavares (SP 270): Duplicação km 67+000 ao km 87+200

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2014 esses compromissos totalizavam R\$ 604.312 (R\$ 537.663 em 31 de dezembro de 2013) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

### Fonte de Financiamentos

A fonte de financiamentos dos investimentos é a geração de caixa operacional da Companhia e captações de recursos financeiros.

### Desinvestimentos

Não se aplica, pois não foram realizados desinvestimentos pela Companhia.

b. *Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.*

Não se aplica, pois não foram realizadas aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. *Novos produtos e serviços, indicando: descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados, montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não se aplica, pois não há novos produtos ou serviços.



### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### a) objeto da projeção

Demonstrar os objetivos da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (também referido como *EBITDA – earnings before interests, taxes, depreciation and amortization*) ajustado<sup>1</sup>.

#### **Disposições gerais sobre projeções**

Algumas declarações e estimativas contidas neste item 11 do Formulário de Referência podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos, conhecidos ou não. Cabe ainda destacar que as informações constantes neste item, baseiam-se em informações históricas de desempenho e projeções de resultados do presente período, sendo que não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam em suposições e análises atuais do ponto de vista da administração da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores, tais quais o ambiente macroeconômico, oportunidades de crescimento, efeitos da concorrência, as condições de mercado do setor de transportes e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob o controle da Companhia.

Dados os riscos e incertezas aqui descritos, as projeções podem não vir a se concretizar e não consistem, portanto, garantia ou promessa de desempenho futuro. Ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos nas projeções aqui contidas em razão, inclusive, mas a tanto não se limitando, aos fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, muitos dos quais estão além da capacidade de controle ou previsão por parte da Companhia.

Tendo em vista estas incertezas e limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e projeções contidas neste item 11 do Formulário de Referência.

Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização por investidores das projeções aqui descritas.

Adicionalmente, a Companhia informa que as projeções aqui divulgadas ainda não refletem todos os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional *IFRS - International Financing Reporting Standards*.

### b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA ajustado apresentadas ao mercado referem-se: (i) ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O prazo de validade da projeção de LAJIDA ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 se estendeu até a presente data em que a Companhia divulga o LAJIDA ajustado de 2012, baseado nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

### c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Tais projeções para o LAJIDA ajustado da Companhia, baseadas primordialmente nas premissas descritas abaixo, levam em consideração, na opinião da administração da Companhia, um cenário de crescimento conservador, refletindo uma expectativa de crescimento orgânico da Companhia.

#### **Principais premissas que podem ser influenciadas pela administração**

- Comportamento dos custos gerenciáveis de pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas de natureza operacional e melhores práticas de mercado (“PMSO”).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis PMSO.

#### **Principais premissas que escapam ao controle da administração**

- Crescimento do volume de tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, das rodovias operadas pela Companhia.

<sup>1</sup> Conforme Instrução CVM nº 527, 4 de outubro de 2012, a Companhia passou a divulgar em suas Demonstrações Financeiras, desde os resultados do 4º trimestre de 2012 e do ano de 2012, o EBITDA calculado da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. Para fins das projeções indicadas neste item 11 do Formulário de Referência é utilizado o EBITDA ajustado, conforme vinha sendo divulgado pela Companhia. O EBITDA ajustado inclui na somatória, além das rubricas mencionadas, as outras despesas não-caixa: provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.

### 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- Projeções de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme indexador definido pelo contrato de concessão e os impactos na receita da Companhia.
- Programa de investimentos da Companhia (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a manutenção dos ativos).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados por consultoria especializada e tiveram como foco principal os desempenhos da economia nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxas de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais, dentre outros).

#### d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeção de LAJIDA ajustado (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2012	
	Mínimo	Máximo
Companhia	430	520

**11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

LAJIDA ajustado (R\$ milhões)	Projetado para exercício findo em 31 de dezembro de 2012		Realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012
	Mínimo	Máximo	Realizado
Companhia	430	520	529

Conforme premissas indicadas no item 11.1.c deste Formulário, o LAJIDA ajustado<sup>1</sup> da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atingiu R\$ 529 milhões, em linha com o valor máximo projetado.

<sup>1</sup> Conforme Instrução CVM nº 527, de 4 outubro de 2012, a Companhia passou a divulgar em suas Demonstrações Financeiras, desde os resultados do 4º trimestre de 2012 e do ano de 2012, o EBITDA calculado da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. Para fins das projeções indicadas neste item 11 do Formulário de Referência é utilizado o EBITDA ajustado, conforme vinha sendo divulgado pela Companhia. O EBITDA ajustado inclui na somatória, além das rubricas mencionadas, as outras despesas não-caixa: provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### *a) atribuições de cada órgão e comitê*

#### *Conselho de Administração*

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais (1) um será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por (2) dois membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo 6 (seis) e no máximo 8 (oito) membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia.

Ao Conselho de Administração competirá a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar o Regulamento Interno da Companhia, atribuindo as respectivas funções aos cargos do organograma da Companhia;
- (ii) aprovar, previamente à sua celebração, contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- (iii) aprovar a alienação e a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente de valor total individual superior a 1% do capital autorizado;
- (iv) aprovar a emissão de ações até o limite do capital autorizado;
- (v) deliberar sobre a emissão de debêntures, bônus de subscrição, e notas promissórias para colocação pública, nos termos da legislação em vigor;
- (vi) aprovar os empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia, sendo vedados aqueles cujos prazos de amortização excedam o termo final do contrato de concessão;
- (vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- (viii) escolher os auditores independentes da Companhia;
- (ix) aprovar as proposições da Diretoria Executiva para estabelecimento de: planejamento tributário; política de colocação de seguros; planejamento orçamentário e orçamento anual; política salarial e de benefícios; e propositura de ações judiciais contra o poder público federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais;
- (x) aprovar a concessão de garantias ou contra-garantias pela Companhia, ficando vedadas as garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas.

#### *Diretoria Executiva*

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nossa Diretoria é composta por (2) dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, CEP: 06463-400, Barueri/SP e no endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br/viaoeste](http://www.grupoccr.com.br/viaoeste). O Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail [cvm.viaoeste@grupoccr.com.br](mailto:cvm.viaoeste@grupoccr.com.br).

### *Conselho Fiscal:*

De acordo com o nosso Estatuto social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei nº 6.404/76. Atualmente, a Companhia não tem Conselho Fiscal instalado. Quando instalado, o Conselho Fiscal deve ser composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

O Conselho Fiscal não é subordinado ou vinculado a qualquer outro órgão de nossa administração, seja o Conselho de Administração ou a Diretoria. Os membros do Conselho Fiscal, se instalado, deverão exercer seus cargos somente nos exercícios em que for instalado, por deliberação dos acionistas.

Para o exercício social de 2015, a Proposta da Administração de 16 de março de 2015 propôs à Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 16 de abril de 2015 a não aprovar a instalação do Conselho Fiscal.

### *b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês*

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### *c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê*

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### *d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais*

**Diretor Presidente:** as atribuições e poderes individuais para o Diretor Presidente não estão estabelecidos no Estatuto Social ou Regimento Interno da Companhia. Referidas atribuições individuais deverão ser definidas por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

**Diretor Operacional:** as atribuições e poderes individuais para o Diretor Operacional não estão estabelecidos no Estatuto Social ou Regimento Interno da Companhia. Referidas atribuições individuais deverão ser definidas por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

**Diretor de Relações com Investidores (“DRI”):** (i) comunicar à CVM e à bolsa de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata divulgação ao mercado; (ii) decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como sendo relevante, devendo, para tal fim, consultar os membros do Conselho de

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Administração; (iii) providenciar a correção, aditamento ou republicação de ato ou fato relevante, sempre que solicitado pela CVM; e (iv) no caso de ocorrência de ato ou fato que coloque em risco os interesses da Companhia que não seja divulgado, caberá ao DRI acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constata oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente.

*e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria*

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.



**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

<b>Exercício Social</b>	<b>Publicação</b>	<b>Jornal - UF</b>	<b>Datas</b>
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário da Região de Osasco - SP	10/04/2015
		Diário Oficial do Estado de Sao Paulo - SP	05/03/2015
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário da Região de Osasco - SP	19/05/2015
		Diário Oficial do Estado de Sao Paulo - SP	19/05/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	13/03/2014
		Jornal Cruzeiro do Sul - SP	13/03/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	22/05/2014
		Jornal Cruzeiro do Sul - SP	22/05/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	19/03/2013
		Jornal Cruzeiro do Sul - SP	19/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	25/05/2013
		Jornal Cruzeiro do Sul - SP	25/05/2013

## **12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA	43	Pertence apenas à Diretoria	16/04/2015	1ª RCA após AGO 2016
856.302.176-15	Engenheiro	Diretor	16/04/2015	Sim
O Diretor não exerce outros cargos				
EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO	40	Pertence apenas à Diretoria	16/04/2015	1ª RCA após AGO 2016
148.195.698-13	Engenheiro de Produção	10 - Diretor Presidente / Superintendente	16/04/2015	Sim
Também ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores com prazo de mandato até a 1ª RCA de após a AGO de 2016.				
ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2015	AGO de 2016
414.102.036-20	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2015	Sim
Não se aplica, pois o Conselheiro não exerce outros cargos.				
ITALO ROPPA	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2015	AGO de 2016
404.189.877-34	Engenheiro Civil	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	16/04/2015	Sim
Não se aplica, pois o Conselheiro não exerce outros cargos.				
LEONARDO COUTO VIANNA	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2015	AGO de 2016
156.835.756-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2015	Sim
Não se aplica, pois o Conselheiro não exerce outros cargos.				
MARCUS RODRIGO DE SENNA	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2015	AGO de 2016
517.890.356-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2015	Sim
Não se aplica, pois o Conselheiro não exerce outros cargos.				
RENATO ALVES VALE	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2015	AGO de 2016
138.054.446-72	Engenheiro Civil	20 - Presidente do Conselho de Administração	16/04/2015	Sim
Não se aplica, pois o Conselheiro não exerce outros cargos.				
Arthur Piotto Filho	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2015	AGO de 2016
826.027.518-04	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/04/2015	Sim
Não se aplica, pois o Conselheiro não exerce outros cargos.				
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações</b>				
MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA - 856.302.176-15				

Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura: Nascido em 05 de junho de 1971 é atualmente Diretor da ViaOeste, na qual a CCR detém diretamente 100% do capital social e do Rodoanel Oeste, na qual a CCR detém diretamente 98% do capital social. Antes disso, trabalhou nas empresas Via Engenharia e Mendes Junior, onde atuou com vários projetos na Área Rodoviária, dentre eles destacam-se o Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes e a Duplicação Rodovia Fernão Dias. Na área de Óleo e Gás, execução de Linhas de gás e Adutoras – Pipelines – para a PETROBRAS. Ingressou no grupo CCR há dez anos, sendo coordenador na Engelog por 3 anos, realizando estudos de engenharia de diversos projetos no Brasil e México, sendo que após essa experiência ingressou na CCR holding, atuando na área de novos negócios desenvolvendo projetos no Brasil e no Peru, na área de mobilidade urbana (linhas de metro e monotrilhos), projetos no México, EUA e Colômbia na área Rodoviária e projetos em Portugal na área aeroportuária. Em setembro/2013 passou a atuar na ViaOeste e RodoAnel. Formado em Engenharia Civil. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia, bem como pelos cargos ocupados na CCR, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO - 148.195.698-13

Eduardo Siqueira Moraes Camargo: Nascido em 25 de julho de 1974 é atualmente Diretor Presidente e de Relações com Investidores da ViaOeste, na qual a CCR detém diretamente 100% do capital social e Diretor Presidente do Rodoanel Oeste, na qual a CCR detém diretamente 98% do capital social. Trabalha no Grupo CCR desde 2000, com início das suas atividades na área Financeira do Centro Corporativo com atuação como Tesoureiro e na área de Relações com Investidores. Posteriormente, atuou na área de Novos Negócios, onde trabalhou no desenvolvimento do mercado de concessões dos Estados Unidos. Durante dois anos esteve à frente do escritório da CCR em Miami. Em maio/2009 passou a trabalhar na ViaOeste e RodoAnel - na qual a CCR detém 100% e 98%, respectivamente, do capital social, sendo responsável por Relações Institucionais. Em maio/2010 foi eleito Diretor da ViaOeste e do RodoAnel Oeste. Em setembro/2013 assumiu a presidência da Concessionária ViaOeste e RodoAnel. Engenheiro de produção graduado pela FEI e pós-graduado em Finanças pelo IBMEC. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia, bem como pelos cargos ocupados na CCR e na própria Companhia, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Eduardo Siqueira Moraes Camargo, eleito para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, declaro para os devidos fins que, nos últimos 05 anos, não estive sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA - 414.102.036-20

Antonio Linhares da Cunha: Nascido em 17 de maio de 1958, Sr. Cunha desde 31/03/2005 é Diretor de Desenvolvimento Empresarial da Companhia e membro do Conselho de Administração das seguintes empresas, todas pertencentes ao Grupo CCR: (i) AutoBAN; (ii) CPC; (iii) SPCP; (iv) ViaLagos; (v) ViaOeste; (vi) RodoAnel Oeste; (vii) SPVias; (viii) RodoNorte; (ix) ViaQuatro; (x) STP; (xi) Controlar; (xii) Barcas; (xiii) CIIS; (xiv) Renovias; (xv) MSVia, (xvi) BH Airport; (xvii) Metrô Bahia; e (xviii) SCCV. Antes disso, atuou durante dez anos no desenvolvimento de negócios da Andrade Gutierrez, inclusive nos programas de concessão de rodovias. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na CCR, ViaOeste, AutoBAN e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Antonio Linhares da Cunha, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

ITALO ROPPA - 404.189.877-34

Italo Roppa: Nascido em 15 de julho de 1.954, o Sr. Roppa é, desde 01/11/2005, Diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios da Companhia e membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas, todas pertencentes ao Grupo CCR: (i) AutoBAN; (ii) CPC; (iii) NovaDutra; (iv) ViaLagos; (v) ViaOeste; (vi) RodoAnel Oeste; (vii) SPVias; (viii) Metrô Bahia; (ix) ViaQuatro; (x) STP; (xi) CIIS; (xii) Renovias; (xiii) SCCV; e (xiv) Instituto CCR. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Barcas. De 2002 a 2005, o Sr. Roppa foi Diretor Presidente da AutoBAN. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na CCR, NovaDutra, ViaOeste e AutoBAN, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Italo Roppa, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

LEONARDO COUTO VIANNA - 156.835.756-72

Leonardo Couto Vianna: Nascido em 30 de maio de 1953, Sr. Vianna desde 18/03/2004 é Diretor de Novos Negócios da Companhia e membro do Conselho de Administração das seguintes empresas, todas pertencentes ao Grupo CCR: o Sr. Leonardo exerce também os cargos de: (i) diretor presidente da CPC e da SCPC; e (iv) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) RodoNorte; (b) STP; (c) ViaLagos; (d) NovaDutra; (e) ViaOeste; (f) ViaQuatro; (g) RodoAnel Oeste; (h) CPC; (i) Renovias; (j) SPCP; (k) CIIS; (l) SPVias; (m) MSVia; (n) SPAC; (o) BH Airport; (p) Metrô Bahia; (q) SCCV; e (r) AutoBan. Também é membro suplente do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) Barcas; (b) AGC Participations INC; (c) AG Concessions INC; (d) AGC Airports INC; Inversiones Bancnat S.A.; e (e) IBSA Finance (Barbados) INC. Também exerce o cargo de Diretor Superintendente da CPA. Antes disso, Sr. Vianna trabalhou como Diretor de Obras da NovaDutra. Formou-se em engenharia civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e em direito pela Universidade Paulista - UNIP. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na CCR, ViaOeste, NovaDutra, AutoBAN e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Leonardo Couto Vianna, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

MARCUS RODRIGO DE SENNA - 517.890.356-00

Marcus Rodrigo de Senna: nascido em 24 de novembro de 1960, o Sr. Senna foi eleito Diretor Jurídico da Companhia, em 09/2008 e membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas, todas pertencentes ao Grupo CCR: (a) SPCP; (b) RodoNorte; (c) ViaOeste; (d) RodoAnel Oeste; (e) CPC; (f) ViaLagos; (g) NovaDutra; (h) CIIS; (i) SPVias; (j) Renovias; (k) MSVia; (l) SPAC.; (m) BH Airport; (n) Metrô Bahia; e (o) SCCV; (p) ViaRio; e (q) AutoBan. Formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, e pós-graduado em 2003 pela Fundação Getulio Vargas no curso de MBA – Direito da Economia e Empresa, atuou com contencioso e consultoria, antes de ingressar na Companhia. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na CCR, ViaOeste, NovaDutra, AutoBAN e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Marcus Rodrigo de Senna, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

RENATO ALVES VALE - 138.054.446-72

Renato Alves Vale: Nascido em 01 de maio de 1948. Sr. Vale é desde 30/04/1999, Diretor Presidente da Companhia e membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas, todas pertencentes ao Grupo CCR: RodoNorte; STP; ViaLagos; NovaDutra; ViaOeste; ViaQuatro; CPC; RodoAnel Oeste; SPCP; CIIS; SPVias; Barcas; CPA; Instituto CCR; e AutoBan. Anteriormente, atuou como Diretor Presidente da AutoBAN. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na CCR, ViaOeste, NovaDutra, AutoBAN e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Renato Alves Vale, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

---

Arthur Piotto Filho - 826.027.518-04

Arthur Piotto Filho: Nascido em 12 de junho de 1958, Sr. Piotto Filho desde 12/12/2007 é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (i) AutoBAN; (ii) CPC; (iii) SPCP; (iv) NovaDutra; (v) ViaLagos; (vi) ViaOeste; (vii) RodoAnel Oeste; (viii) SPVias; (ix) ViaQuatro; (x) STP; (xi) CPA; (x) CIIS; (xi) Renovias; (xii) MSVia; (xiii) BH Airport; e (xiv) SCCV. Também é membro suplente do Conselho de Administração da Barcas. Antes de ingressar na Companhia, atuou no Grupo Camargo Correa nas áreas de Financiamentos Estruturados, Tesouraria e Planejamento Estratégico. Graduiu-se em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na CCR, NovaDutra, AutoBAN e ViaOeste, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas. Eu, Arthur Piotto Filho, eleito para o cargo de Diretor da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica, pois a Companhia não possui comitês instalados.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.



## **12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **12.12 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		1.172.509,00		1.172.509,00
Benefícios direto e indireto		146.489,00		146.489,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		357.615,00		357.615,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		2.268.449,00		2.268.449,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração		3.945.062,00		3.945.062,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore		1.080.255,00		1.080.255,00
Benefícios direto e indireto		134.963,00		134.963,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		329.478,00		329.478,00

Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		2.089.966,00		2.089.966,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>		0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>		0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração		3.634.662,00		3.634.662,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.534.371,00		1.534.371,00
Benefícios direto e indireto	0,00	94.985,00		94.985,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	479.030,00		479.030,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.325.052,00		1.325.052,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O Conselho de Administração não é remunerado.			
<b>Total da remuneração</b>	0,00	3.433.438,00		3.433.438,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.145.565,00		1.145.565,00
Benefícios direto e indireto	0,00	66.225,00		66.225,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	353.459,00		353.459,00
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.390.221,00		1.390.221,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	O Conselho de Administração não é remunerado.			
<b>Total da remuneração</b>	0,00	2.955.470,00		2.955.470,00

### **13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.



### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.



**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	2014	2013	2012
Conselho de Administração *	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

\*O Conselho de Administração não é remunerado.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

## **14.1 - Descrição dos recursos humanos**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.



#### **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>CCR S.A.</b>						
02.846.056/0001-97	Brasileira-SP	Não	Sim	16/02/2011		
6.988.146.121	100,000000%	6.988.146.121	100,000000%	13.976.292.242	100,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
<b>TOTAL</b>						
6.988.146.121	100,000000%	6.988.146.121	100,000000%	13.976.292.242	100,000000%	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>CCR S.A.</b>				<b>02.846.056/0001-97</b>	
<b>AGC Participações Ltda.</b>					
03.601.304/0001-00	Brasileira-MG	Sim	Sim	26/07/2012	
6.800.000	0,390000	0	0,000000	6.800.000	0,390000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Andrade Gutierrez Concessões S A</b>					
03.601.314/0001-38	Brasileira-MG	Sim	Sim	26/07/2012	
293.349.836	16,610000	0	0,000000	293.349.836	16,610000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Camargo Correa Investimentos em Infra Estrutura S A</b>					
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Sim	Sim	11/09/2010	
269.082.312	15,240000	0	0,000000	269.082.312	15,240000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
861.282.756	48,780000	0	0,000000	861.282.756	48,780000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>CCR S.A.</b>				<b>02.846.056/0001-97</b>	
<b>Soares Penido Concessões S A</b>					
10.291.050/0001-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	11/09/2010	
210.663.128	11,930000	0	0,000000	210.663.128	11,930000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A.</b>					
10.328.517/0001-68	Brasileira-SP	Sim	Sim	11/09/2010	
93.341.648	5,290000	0	0,000000	93.341.648	5,290000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>1.765.587.200</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.765.587.200</b>
<b>VBC Energia S.A.</b>					
00.095.147/0001-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	11/09/2010	
31.067.520	1,760000	0	0,000000	31.067.520	1,760000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Andrade Gutierrez Concessões S A</b>				<b>03.601.314/0001-38</b>		
<b>AG Invest Fundo de Investimento em Participações</b>						
08.968.987/0001-44	Brasileira-MG	Sim	Não	12/07/2013		
13.053.010	23,510000	14.277.308	25,710000	27.330.318	24,610000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Andrade Gutierrez Participações S A</b>						
04.031.960/0001-70	Brasileira-MG	Sim	Sim	12/07/2013		
42.464.341	76,480000	41.240.258	74,280000	83.704.599	75,380000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>OUTROS</b>						
8.028	0,010000	7.807	0,010000	15.835	0,010000	
<b>TOTAL</b>	<b>55.525.379</b>	<b>100,000000</b>	<b>55.525.373</b>	<b>100,000000</b>	<b>111.050.752</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Correa Investimentos em Infra Estrutura S A				02.372.232/0001-04	
<b>Camargo Corrêa S.A.</b>					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	25/11/2014	
1.058.326.178	100,000000	0	0,000000	1.058.326.178	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>1.058.326.178</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.058.326.178</b> <b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Soares Penido Concessões S A</b>				<b>10.291.050/0001-29</b>	
<b>Ana Maria Marcondes Penido Sant'ana</b>					
021.984.728-21	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2012	
251.521.545	93,720000	0	0,000000	251.521.545	93,720000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda.</b>					
09.318.242/0001-00	Brasileira-MG	Não	Não	30/06/2011	
16.851.912	6,280000	0	0,000000	16.851.912	6,280000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>268.373.457</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>268.373.457</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A.				10.328.517/0001-68		
<b>Caio Penido Dalla Vecchia</b>						
152.971.408-70	Brasileira-SP	Não	Não	14/09/2011		
1	0,000001	10.000	20,000000	10.001	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Eduarda Penido Dalla Vecchia</b>						
212.454.978-20	Brasileira-SP	Não	Não	14/09/2011		
1	0,000001	10.000	20,000000	10.001	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Eduardo Caldas Dalla Vecchia</b>						
033.878.608-20	Brasileira-SP	Não	Não	14/09/2011		
1	0,000001	10.000	20,000000	10.001	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Pelerson Penido Dalla Vecchia</b>						
018.323.018-34	Brasileira-SP	Não	Não	14/09/2011		
1	0,000001	10.000	20,000000	10.001	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				



## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos S.A.				10.328.517/0001-68		
<b>Pelerson Penido Dalla Vecchia</b>						
018.323.018-34	Brasileira-SP	Não	Não	14/09/2011		
1	0,000001	10.000	20,000000	10.001	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia</b>						
147.192.518-89	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/10/2013		
329.607.887	99,999996	10.000	20,000000	329.617.887	99,999996	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>329.607.891</b>	<b>100,000000</b>	<b>50.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>329.657.891</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VBC Energia S.A.				00.095.147/0001-02	
<b>Camargo Corrêa Energia S.A.</b>					
04.922.357/0001-88	Brasileira-SP	Não	Não	28/11/2013	
1.937.959	44,680000	47.018	74,650000	1.984.977	45,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>Camargo Correa Investimentos em Infra Estrutura S A</b>					
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	28/11/2013	
496.665	11,450000	0	0,000000	496.665	11,290000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>Camargo Corrêa S.A.</b>					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não	28/11/2013	
1.902.646	43,870000	15.963	25,350000	1.918.609	43,600000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>OUTROS</b>					
5	0,000000	0	0,000000	5	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>4.337.275</b>	<b>100,000000</b>	<b>62.981</b>	<b>100,000000</b>	<b>4.400.256</b>
					<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AGC Participações Ltda.				03.601.304/0001-00	
<b>OUTROS</b>					
5	0,000001	0	0,000000	5	0,000001
<b>TOTAL</b>					
133.220.557	100,000000	266.441.115	100,000000	399.661.672	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Andrade Gutierrez Participações S A</b>				<b>04.031.960/0001-70</b>		
<b>Alvaro Furtado de Andrade</b>						
449.005.116-68	Brasileira-MG	Não	Não	30/04/2014		
2	0,000001	0	0,000000	2	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Andrade Gutierrez S A</b>						
17.262.197/0001-30	Brasileira-MG	Não	Sim	30/04/2014		
430.792.288	99,999995	861.584.593	100,000000	1.292.376.881	99,999995	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Angela Gutierrez</b>						
222.329.906-72	Brasileira-MG	Não	Não	30/04/2014		
2	0,000001	0	0,000000	2	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Henrique Werneck Gutierrez</b>						
083.084.146-64		Não	Não	30/04/2014		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Andrade Gutierrez Participações S A				04.031.960/0001-70	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Pedro Berto da Silva</b>					
001.392.546-68	Brasileira-MG	Não	Não	30/04/2014	
2	0,000001	0	0,000000	2	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Sergio Lins Andrade</b>					
235.755.577-72	Brasileira-MG	Não	Não	30/04/2014	
2	0,000001	0	0,000000	2	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>430.792.297</b>	<b>100,000000</b>	<b>861.584.593</b>	<b>100,000000</b>	<b>1.292.376.890</b>
					<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Camargo Corrêa Energia S.A.</b>				<b>04.922.357/0001-88</b>		
<b>Camargo Correa Investimentos em Infra Estrutura S A</b>						
02.372.232/0001-04	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2012		
2.360.886	100,000000	689.072	100,000000	3.049.958	100,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	3	0,000000	3	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>2.360.886</b>	<b>100,000000</b>	<b>689.075</b>	<b>100,000000</b>	<b>3.049.961</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Correa Investimentos em Infra Estrutura S A				02.372.232/0001-04	
<b>Camargo Corrêa S.A.</b>					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	25/11/2014	
1.058.326.178	100,000000	0	0,000000	1.058.326.178	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
1.058.326.178	100,000000	0	0,000000	1.058.326.178	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa S.A.				01.098.905/0001-09	
<b>OUTROS</b>					
3	0,000001	1	0,000001	4	0,000001
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>					
03.987.192/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2013	
48.943	99,999999	93.099	99,999999	142.042	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>TOTAL</b>	<b>48.946</b>	<b>100,000000</b>	<b>93.100</b>	<b>100,000000</b>	<b>142.046</b>
					<b>100,000000</b>



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa S.A.				01.098.905/0001-09	
<b>OUTROS</b>					
3	0,000001	1	0,000001	4	0,000001
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>					
03.987.192/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2013	
48.943	99,999999	93.099	99,999999	142.042	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>TOTAL</b>					
48.946	100,000000	93.100	100,000000	142.046	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda.				09.318.242/0001-00		
<b>Ana Maria Marcondes Penido Sant'ana</b>						
021.984.728-21	Brasileira-SP	Não	Sim	31/10/2008		
24.385.951	99,999998	0	0,000000	24.385.951	99,999998	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Ana Penido Sant'Anna</b>						
346.293.058-31	Brasileira-SP	Não	Não	31/10/2008		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Eduardo Penido Sant'Anna</b>						
346.293.038-98	Brasileira-SP	Não	Não	31/10/2008		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>24.385.953</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>24.385.953</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Andrade Gutierrez S A</b>				<b>17.262.197/0001-30</b>	
<b>Administradora Santana Ltda</b>					
16.741.134/0001-01	Brasileira-MG	Não	Não	15/10/2014	
271.243.825	33,330000	542.496.172	33,340000	813.739.997	33,330000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>Administradora Santo Estevão S A</b>					
27.157.783/0001-78	Brasileira-MG	Não	Não	15/10/2014	
271.243.824	33,330000	542.496.171	33,330000	813.739.995	33,330000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>Administradora São Miguel S.A.</b>					
19.135.623/0001-08	Brasileira-MG	Não	Não	15/10/2014	
271.243.824	33,330000	542.496.171	33,330000	813.739.995	33,330000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>OUTROS</b>					
13	0,010000	0	0,000000	13	0,010000
<b>TOTAL</b>	<b>813.731.486</b>	<b>100,000000</b>	<b>1.627.488.514</b>	<b>100,000000</b>	<b>2.441.220.000</b>
				<b>100,000000</b>	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Camargo Correa Investimentos em Infra Estrutura S A</b>				<b>02.372.232/0001-04</b>	
<b>Camargo Corrêa S.A.</b>					
01.098.905/0001-09	Brasileira-SP	Sim	Sim	25/11/2014	
1.058.326.178	100,000000	0	0,000000	1.058.326.178	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>1.058.326.178</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.058.326.178</b> <b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa S.A.				01.098.905/0001-09	
<b>OUTROS</b>					
3	0,000001	1	0,000001	4	0,000001
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>					
03.987.192/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	02/05/2013	
48.943	99,999999	93.099	99,999999	142.042	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>TOTAL</b>	<b>48.946</b>	<b>100,000000</b>	<b>93.100</b>	<b>100,000000</b>	<b>142.046</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>OUTROS</b>					
9	0,000000	0	0,000000	9	0,000000
<b>RCABON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.448/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,340000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCABPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.459/0001-35	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCNON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.570/0001-21	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>				<b>03.987.192/0001-60</b>		
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODON Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.541/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.468/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.</b>						
09.608.284/0001-78	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	5.760	0,130000	5.760	0,100000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>TOTAL</b>					
2.250.000	100,000000	4.500.000	100,000000	6.750.000	100,000000



## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>OUTROS</b>					
9	0,000000	0	0,000000	9	0,000000
<b>RCABON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.448/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCABPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.459/0001-35	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCNON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.570/0001-21	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,340000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>				<b>03.987.192/0001-60</b>		
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODON Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.541/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.468/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.</b>						
09.608.284/0001-78	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	5.760	0,130000	5.760	0,100000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>TOTAL</b>					
2.250.000	100,000000	4.500.000	100,000000	6.750.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora Santana Ltda				16.741.134/0001-01	
<b>Angela Gutierrez</b>					
222.329.906-72	Brasileira-MG	Não	Não	13/12/2007	
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Cristiana Gutierrez</b>					
436.097.836-72	Brasileira-MG	Não	Não	13/12/2007	
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Espólio de Roberto Gutierrez</b>					
	Brasileira-MG	Não	Não	13/12/2007	
99.970	33,320000	0	0,000000	99.970	33,320000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
34	0,020000	0	0,000000	34	0,020000
<b>TOTAL</b>	<b>300.000</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>300.000</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Administradora Santo Estevão S A</b>				<b>27.157.783/0001-78</b>		
<b>João Pedro Amado Andrade</b>						
043.558.527-41	Brasileira-MG	Não	Não	12/09/2011		
0	0,000000	2.500.000	49,970000	2.500.000	25,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>Marcos Amado Andrade</b>						
043.558.517-70	Brasileira-MG	Não	Não	12/09/2011		
0	0,000000	2.500.000	49,970000	2.500.000	25,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Sergio Lins Andrade</b>						
235.755.577-72	Brasileira-MG	Não	Não	12/09/2011		
4.980.521	99,800000	6.066	0,040000	4.986.587	49,860000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>4.990.697</b>	<b>100,000000</b>	<b>5.009.666</b>	<b>100,000000</b>	<b>10.000.363</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Santo Estevão S A				27.157.783/0001-78	
Yara Sanches de Andrade					
055.697.107-87		Não	Não	12/09/2011	
10.176	0,200000	3.600	0,020000	13.776	0,140000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel S.A.				19.135.623/0001-08	
Água Branca Participações Ltda.					
07.151.347/0001-84	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.392.800	7,330000	0	0,000000	1.392.800	7,330000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
Álvaro Furtado de Andrade					
449.005.116-68	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.471.407	7,750000	0	0,000000	1.471.407	7,750000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
Angelinos Participações Ltda.					
07.154.477/0001-70		Não	Não	27/08/2012	
1.404.800	7,400000	0	0,000000	1.404.800	7,400000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
Cristalia Participações Ltda					
07.147.738/0001-25	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.431.200	7,540000	0	0,000000	1.431.200	7,540000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel S.A.				19.135.623/0001-08	
<b>Eduardo Borges de Andrade</b>					
000.309.886-91		Não	Não	27/08/2012	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Flavio Furtado de Andrade</b>					
124.947.986-04	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
633.957	3,340000	0	0,000000	633.957	3,340000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Guvidala Participações Ltda</b>					
07.154.488/0001-50	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.497.200	7,880000	0	0,000000	1.497.200	7,880000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Heloisa Furtado de Andrade</b>					
325.305.956-15	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.415.007	7,450000	0	0,000000	1.415.007	7,450000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			



## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel S.A.				19.135.623/0001-08	
<b>Laura Furtado de Andrade</b>					
420.750.176-20	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.415.007	7,450000	0	0,000000	1.415.007	7,450000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Luciana Furtado de Andrade</b>					
510.568.016-20	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.463.007	7,700000	0	0,000000	1.463.007	7,700000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Marilia Furtado de Andrade</b>					
264.910.446-53	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.356.207	7,140000	0	0,000000	1.356.207	7,140000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Morrote Participações Ltda</b>					
07.154.654/0001-19	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.196.000	6,300000	0	0,000000	1.196.000	6,300000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora São Miguel S.A.				19.135.623/0001-08	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Paulo Furtado de Andrade</b>					
327.316.986-91	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.485.807	7,820000	0	0,000000	1.485.807	7,820000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
18.990.000	100,000000	0	0,000000	18.990.000	100,000000
<b>Travessia Participações Ltda</b>					
07.154.469/0001-24	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.455.200	7,660000	0	0,000000	1.455.200	7,660000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Verdigris Participações Ltda</b>					
07.149.689/0001-60	Brasileira-MG	Não	Não	27/08/2012	
1.372.400	7,230000	0	0,000000	1.372.400	7,230000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Camargo Corrêa S.A.				01.098.905/0001-09	
<b>OUTROS</b>					
3	0,000001	1	0,000001	4	0,000001
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>					
03.987.192/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2013	
48.943	99,999999	93.099	99,999999	142.042	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>TOTAL</b>	<b>48.946</b>	<b>100,000000</b>	<b>93.100</b>	<b>100,000000</b>	<b>142.046</b>
					<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>OUTROS</b>					
9	0,000000	0	0,000000	9	0,000000
<b>RCABON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.448/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>RCABPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.459/0001-35	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>RCNON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.570/0001-21	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,340000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>				<b>03.987.192/0001-60</b>		
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODON Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.541/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.468/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.</b>						
09.608.284/0001-78	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	5.760	0,130000	5.760	0,100000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>TOTAL</b>					
2.250.000	100,000000	4.500.000	100,000000	6.750.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABON Empreendimentos e Participações S A				09.594.448/0001-55		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABON Empreendimentos e Participações S A				09.594.448/0001-55		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCABPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.459/0001-35	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCABPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.459/0001-35	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCNON Empreendimentos e Participações S A				09.594.570/0001-21		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>RCNON Empreendimentos e Participações S A</b>				<b>09.594.570/0001-21</b>		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCNPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.480/0001-30	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCNPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.480/0001-30	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON Empreendimentos e Participações S A				09.594.541/0001-60		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	150	100,000000	150	0,020000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	0	0,000000	749.850	99,980000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON Empreendimentos e Participações S A				09.594.541/0001-60		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	150	100,000000	150	0,020000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	0	0,000000	749.850	99,980000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCPODPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.468/0001-26	
<b>OUTROS</b>					
150	0,010000	0	0,000000	150	0,010000
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.850	99,990000	0	0,000000	1.499.850	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCPODPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.468/0001-26	
<b>OUTROS</b>					
150	0,010000	0	0,000000	150	0,010000
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.850	99,990000	0	0,000000	1.499.850	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.				09.608.284/0001-78		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,340000	0	0,000000	1.980	33,340000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.				09.608.284/0001-78		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
1.980	33,340000	0	0,000000	1.980	33,340000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Água Branca Participações Ltda.				07.151.347/0001-84	
<b>Camila da Cunha Pereira</b>					
272.869.938-01	Brasileira-MG	Não	Não	19/05/2014	
5	0,000001	0	0,000000	5	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Gabriel Donato de Andrade</b>					
327.316.986-91	Brasileira-MG	Não	Não	19/05/2014	
5	0,000001	0	0,000000	5	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Laura Furtado de Andrade</b>					
420.750.176-20	Brasileira-MG	Não	Sim	19/05/2014	
1.392.781	99,999996	0	0,000000	1.392.781	99,999996
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Mariana da Cunha Pereira</b>					
025.082.266-02	Brasileira-MG	Não	Não	19/05/2014	
5	0,000001	0	0,000000	5	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Água Branca Participações Ltda.				07.151.347/0001-84	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Rafael Andrade da Cunha Pereira</b>					
835.774.836-87	Brasileira-MG	Não	Não	19/05/2014	
5	0,000001	0	0,000000	5	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.392.801	100,000000	0	0,000000	1.392.801	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Angelinos Participações Ltda.				07.154.477/0001-70	
Luciana Furtado de Andrade					
510.568.016-20		Não	Não	08/10/2014	
1.404.801	100,000000	0	0,000000	1.404.801	100,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.404.801	100,000000	0	0,000000	1.404.801	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Cristalia Participações Ltda</b>				<b>07.147.738/0001-25</b>		
<b>David Yuri Andrade</b>						
119.423.436-47		Não	Sim			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Heloisa Furtado de Andrade</b>						
325.305.956-15	Brasileira-MG	Não	Sim	25/08/2014		
1.431.199	99,999998	0	0,000000	1.431.199	99,999998	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Tiago Andrade Carneiro</b>						
066.366.106-46		Não	Sim			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>1.431.201</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.431.201</b>	<b>100,000000</b>



## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Guvidala Participações Ltda</b>				<b>07.154.488/0001-50</b>	
<b>Alvaro Furtado de Andrade</b>					
449.005.116-68	Brasileira-MG	Não	Não	19/05/2014	
1.497.197	99,999996	0	0,000000	1.497.197	99,999996
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Danilo Hamdan de Andrade</b>					
103.805.176-20		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Gustavo Hamdan de Andrade</b>					
103.989.596-41		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Laura Hamdan de Andrade</b>					
081.103.006-77		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Guvidala Participações Ltda				07.154.488/0001-50	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>					
1.497.201	100,000000	0	0,000000	1.497.201	100,000000
<b>Vitor Hamdan de Andrade</b>					
103.989.586-70		Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Morrote Participações Ltda</b>				<b>07.154.654/0001-19</b>	
<b>Felipe Pinheiro Andrade</b>					
219.750.578-56		Não	Não		
143.520	12,000000	0	0,000000	143.520	12,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Flavio Furtado de Andrade</b>					
124.947.986-04	Brasileira-MG	Não	Sim	05/09/2014	
908.961	76,000000	0	0,000000	908.961	76,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Julia Pinheiro Andrade</b>					
257.806.288-90		Não	Não		
143.520	12,000000	0	0,000000	143.520	12,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>TOTAL</b>	<b>1.196.001</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>100,000000</b>

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>OUTROS</b>					
9	0,000000	0	0,000000	9	0,000000
<b>RCABON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.448/0001-55	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCABPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.459/0001-35	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCNON Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.570/0001-21	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
749.997	33,340000	0	0,000000	749.997	11,110000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0,000000			
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>					
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012	
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Participações Morro Vermelho S A</b>				<b>03.987.192/0001-60</b>		
<b>RCNPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.480/0001-30	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODON Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.541/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
749.997	33,330000	0	0,000000	749.997	11,110000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RCPODPN Empreendimentos e Participações S A</b>						
09.594.468/0001-26	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	1.498.080	33,290000	1.498.080	22,190000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.</b>						
09.608.284/0001-78	Brasileira-SP	Não	Não	02/05/2012		
0	0,000000	5.760	0,130000	5.760	0,100000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participações Morro Vermelho S A				03.987.192/0001-60	
<b>TOTAL</b>					
2.250.000	100,000000	4.500.000	100,000000	6.750.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABON Empreendimentos e Participações S A				09.594.448/0001-55		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCABPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.459/0001-35	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>RCNON Empreendimentos e Participações S A</b>				<b>09.594.570/0001-21</b>		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCNPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.480/0001-30	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON Empreendimentos e Participações S A				09.594.541/0001-60		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	150	100,000000	150	0,020000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	0	0,000000	749.850	99,980000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCPODPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.468/0001-26	
<b>OUTROS</b>					
150	0,010000	0	0,000000	150	0,010000
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.850	99,990000	0	0,000000	1.499.850	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.				09.608.284/0001-78		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
1.980	33,340000	0	0,000000	1.980	33,340000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Travessia Participações Ltda				07.154.469/0001-24	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Paulo Furtado de Andrade</b>					
327.316.986-91	Brasileira-MG	Não	Sim	16/07/2014	
1.455.200	99,999999	0	0,000000	1.455.200	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Quaresmeiras Participações Ltda</b>					
07.154.469/0001-24		Não	Sim	16/07/2014	
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	1.455.201	100,000000	0	0,000000	1.455.201 100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Verdigris Participações Ltda				07.149.689/0001-60		
<b>Ana Petra Costa</b>						
320.913.128-78	Brasileira-MG	Não	Não			
1	0,000073	0	0,000000	1	0,000073	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Marilia Furtado de Andrade</b>						
264.910.446-53	Brasileira-MG	Não	Sim	19/05/2014		
1.372.400	99,999927	0	0,000000	1.372.400	99,999927	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>	<b>1.372.401</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>1.372.401</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Quaresmeiras Participações Ltda				07.154.469/0001-24	
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>Paulo Furtado de Andrade</b>					
327.316.986-91	Brasileiro-SP	Não	Não	16/07/2014	
6.599.652	99,999999	0	0,000000	6.599.652	99,999999
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Pedro Berto da Silva</b>					
001.392.546-68	Brasileira-SP	Não	Não	16/07/2014	
500	0,000001	0	0,000000	500	0,000001
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>6.600.152</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>6.600.152</b>
					<b>100,000000</b>



**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABON Empreendimentos e Participações S A				09.594.448/0001-55		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCABPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.459/0001-35	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>					
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCNON Empreendimentos e Participações S A				09.594.570/0001-21		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	110	73,330000	110	0,010000	
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	40	26,670000	749.890	99,990000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RCNPN Empreendimentos e Participações S A				09.594.480/0001-30	
<b>OUTROS</b>					
110	0,010000	0	0,000000	110	0,010000
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>					
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.890	99,990000	0	0,000000	1.499.890	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON Empreendimentos e Participações S A				09.594.541/0001-60		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	150	100,000000	150	0,020000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
749.850	100,000000	0	0,000000	749.850	99,980000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>749.850</b>	<b>100,000000</b>	<b>150</b>	<b>100,000000</b>	<b>750.000</b>	<b>100,000000</b>

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>RCPODPN Empreendimentos e Participações S A</b>				<b>09.594.468/0001-26</b>	
<b>OUTROS</b>					
150	0,010000	0	0,000000	150	0,010000
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>					
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008	
1.499.850	99,990000	0	0,000000	1.499.850	99,990000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>					
1.500.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.				09.608.284/0001-78		
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Regina de Camargo Pires Oliveira Dias</b>						
153.204.398-81	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Renata de Camargo Nascimento</b>						
535.804.608-97	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2012		
1.980	33,330000	0	0,000000	1.980	33,330000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Rosana Camargo de Arruda Botelho</b>						
535.804.358-68	Brasileira-SP	Não	Sim	01/10/2008		
1.980	33,340000	0	0,000000	1.980	33,340000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>5.940</b>	<b>100,000000</b>

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	16/04/2014
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000000%



## **15.4 - Organograma dos acionistas**

O organograma não será apresentado tendo em vista a faculdade de não apresentação deste item.

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**15.7 - Outras informações relevantes**

A Companhia informa que, no referente aos seus acionistas indiretos mencionados no item 15.1 ou 15.2, conforme o caso, deste Formulário, sempre que não houver um acionista designado como controlador ou a existência de acordo de acionistas, as decisões dos referidos acionistas serão tomadas por maioria de votos.

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	27/11/2000	1.569.004.731,75	R\$ 51.702.174,39	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Companhia sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços para constituição, implantação e administração do centro de gestão de Meios de Pagamentos e outras avenças.						
<b>Garantia e seguros</b>	Seguro de Responsabilidade Civil Geral no mínimo de R\$1.000.000,00 - Fiança bancária no valor de R\$3.000.000,00 - Fiança bancária para o integral cumprimento das demais obrigações contraídas, e, especificamente, o desempenho do SISTEMA, a infra-estrutura, software e hardware, no valor de R\$2.000.000,00.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O contrato ainda está vigente, uma vez que o prazo é indeterminado. O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes se a outra descumprir qualquer cláusula ou condição deste contrato e não sanar tal descumprimento nos termos previstos em contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia LTDA	31/10/2011	31.537.491,59	R\$ 1.855.782,05	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	22/12/2022	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Companhia sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Locação de fibras óticas apagadas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há previsão de garantia						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O contrato poderá ser rescindido pela VIAOESTE nas seguintes hipóteses, mediante prévia notificação por escrito: (i) Por determinação expressa do Poder Concedente ou de autoridade reguladora com jurisdição sobre os temas versados neste no contrato ou sobre as partes; (ii) Caso o Contrato seja suspenso, cancelado, revogado, extinto ou declarada sua caducidade.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
CCR S.A. - Divisão Actua	01/01/2014	11.757.464,63	R\$ 919.531,71	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	31/01/2015	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Companhia sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de gestão administrativa, incluindo suprimentos, tesouraria e Frotas ao Grupo CCR						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há previsão de garantia.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Contrato encerrado em 31/01/2015, em razão de ter expirado a vigência. O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes se a outra descumprir qualquer cláusula ou condição deste contrato e não sanar tal descumprimento nos termos previstos em contrato.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Companhia de Participações em Concessões – Divisão Engellog	01/01/2014	9.447.124,68	R\$ 739.394,71	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	31/01/2015	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Companhia sob controle comum							
<b>Objeto contrato</b>							
Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a CONCESSIONÁRIA contrata a DIVISÃO ENGELOG para a prestação de serviços de gestão em assessoria e consultoria de engenharia, (os SERVIÇOS) necessários para a contratação das obras previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO (as "OBRAS").							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há previsão de garantia							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Contrato encerrado em 31/01/2015, em razão de ter expirado a vigência. O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes se a outra descumprir qualquer cláusula ou condição deste contrato e não sanar tal descumprimento nos termos previstos em contrato.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Companhia de Participações em Concessões – Divisão Engellog	01/01/2014	2.291.175,84	R\$ 186.270,03	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	31/01/2015	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Companhia sob controle comum							
<b>Objeto contrato</b>							
Prestação de serviços de gestão de assessoria e consultoria de engenharia (os SERVIÇOS) necessários para a execução da CONSERVAÇÃO DE ROTINA previstos no contrato de concessão.							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não há previsão de garantia							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Contrato encerrado em 31/01/2015, em razão de ter expirado a vigência. O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes se a outra descumprir qualquer cláusula ou condição deste contrato e não sanar tal descumprimento nos termos previstos em contrato.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Companhia de Participações em Concessões – Divisão Engelogtec	01/01/2014	3.712.320,00	R\$ 298.884,09	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	31/12/2014	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Companhia sob controle comum							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Constitui o objeto do presente instrumento, a prestação de os SERVIÇOS DE TECNOLOGIA necessários: ao planejamento, administração, e suporte de informática (hardwares e softwares); ao desenvolvimento de sistemas, sem limitação do gerenciamento de quaisquer recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação; à gestão da manutenção de Sistemas de Tecnologia de Informação, instalações e equipamentos eletro-eletrônicos.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há previsão de garantia.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Contrato encerrado em 31/12/2014, em razão de ter expirado a vigência. O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes se a outra descumprir qualquer cláusula ou condição deste contrato e não sanar tal descumprimento nos termos previstos em contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Concessionária do RodoAnel Oeste S.A	22/10/2014	39.620.691,92	R\$ 40.491.530,71	Não há montante a ser atribuído com relação a parte relacionada	Até 28/10/2019	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Companhia sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Aquisição dos créditos detidos pela Cedente decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há previsão de garantias ou seguros.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes se a outra descumprir qualquer cláusula ou condição de contrato e não sanar tal descumprimento nos termos previstos no contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Cessão de dívida Taxa 105% do CDI						



### **16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

#### ***(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:***

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Os debates em torno da criação de consensos e de soluções para conflitos de interesses sempre figuraram na alta gestão do Grupo CCR.

Nesse sentido, a CCR desenvolveu mecanismos para evitar decisões que não considerem a pluralidade de visões sobre os negócios do Grupo CCR. A possibilidade de haver auditorias independentes para avaliar projetos, no âmbito do conselho de administração da CCR, além das aprovações societárias necessárias tanto na CCR quanto em suas controladas e controladas em conjunto, conforme previsto em seus respectivos estatutos sociais, pelo Conselho de Administração e uma política de tomadas de decisão e avaliações que respeita as posições hierárquicas dos conselhos e gestores são diferenciais do processo.

Em caso de conflito de interesses, o acordo de acionistas da CCR dispõe que seus acionistas (controladores indiretos da Companhia) envolvidos se comprometam a se abster de votar nas reuniões prévias às assembleias gerais da CCR ("Reuniões Prévias"), assim como os membros por eles indicados para compor o conselho de administração da CCR.

Outro elemento importante é a participação equilibrada dos controladores da Companhia nas deliberações acerca de matérias envolvendo contratações de partes relacionadas: exige-se um quórum mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) deles para a aprovação de determinadas matérias durante as Reuniões Prévias. Com isso, todas as medidas de relevância para a CCR e, conseqüentemente, para suas controladas e controladas em conjunto, são necessariamente analisadas de forma coletiva. Acionistas minoritários da CCR têm a oportunidade de comunicar demandas e recomendações à alta gestão por meio do canal de Relações com Investidores da CCR.

Há, ainda, publicações como o Código de Conduta e o Código de Ética do Grupo CCR, ambos disponíveis no site da Companhia, que definem visões e valores que compõem a estratégia de desenvolvimento do Grupo CCR. O primeiro, destinado a acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas e colaboradores ou executivos com acesso a informações de relevância, tem o objetivo de manter padrões de transparência na política interna da Companhia e de suas subsidiárias, respectivamente, na negociação de valores mobiliários e no uso de informações relevantes. Já o Código de Ética, destinado a todos os administradores e colaboradores do Grupo CCR, estabelece princípios gerais que devem definir as relações da empresa com a comunidade, com fornecedores, acionistas e investidores.

Nesse sentido, e a fim de evitar qualquer forma de conflito de interesses, toda e qualquer contratação realizada pelas empresas pertencentes ao Grupo CCR, independentemente de serem ou não com partes relacionadas em regra geral, passa por um processo de contratação regular, consistente em:

- Orçamento estimado e prévio da contratação, com base em preços de mercado;
- Realização de licitação/carta-convite a empresas especializadas ou requisição de serviços mediante eventual proposta;
- Análise de propostas recebidas, considerando o melhor preço, diante do praticado no mercado;
- Seleção da empresa vencedora (para a prestação de serviços) ou definição de taxa média de mercado e eventuais particularidades do negócio (para demais contratações); e
- Aprovações societárias, se necessário, considerando o previsto no estatuto social da CCR e no estatuto social da empresa controlada, envolvida na contratação, neste caso a Companhia, na condição de contratante da prestação de serviços.

#### ***(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado***

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

Conforme disposto na alínea (a) supra, as condições pactuadas em contratações com partes relacionadas devem estar em consonância com a prática de mercado, e são formalizadas mediante a celebração de contratos com cláusulas gerais semelhantes a qualquer contratação do tipo e específicas em relação a cada contratação realizada, conforme o caso. Nesse sentido, as condições de pagamento devem refletir as condições pactuadas pelas partes contratantes em consonância com as propostas vencedoras.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
26/07/2001	139.762.922,42		6.988.146.121	6.988.146.121	13.976.292.242
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
26/07/2001	139.762.922,42		6.988.146.121	6.988.146.121	13.976.292.242
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
26/07/2001	139.762.922,42		6.988.146.121	6.988.146.121	13.976.292.242

## 17.2 - Aumentos do capital social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

## 17.4 - Informações sobre reduções do capital social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

## **17.5 - Outras informações relevantes**

As informações que a companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.



**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

## **18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª Emissão de Debêntures simples
<b>Data de emissão</b>	01/07/2007
<b>Data de vencimento</b>	01/07/2015
<b>Quantidade (Unidades)</b>	65.000
<b>Valor total (Reais)</b>	650.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, equivalentes a um percentual (a ser definido em processo de bookbuilding) da variação acumulada da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As condições para alteração dos direitos assegurados aos debenturistas estão estabelecidas na Cláusula 12 da escritura de emissão.
<b>Outras características relevantes</b>	Vencimento: os vencimentos da 1ª, 2ª e 3ª séries serão, respectivamente, em 01/07/2015, 01/07/2015 e 01/01/2015. As debêntures da 1ª Emissão foram integralmente amortizadas em 14 de maio de 2012.
-----	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Nota Comercial</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão da Companhia.
<b>Data de emissão</b>	11/10/2013
<b>Data de vencimento</b>	06/10/2014
<b>Quantidade (Unidades)</b>	100
<b>Valor total (Reais)</b>	200.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Notas Comerciais foram registradas: (i) para distribuição no mercado primário e subscrita de acordo com os procedimentos da CETIP, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) para colocação primária e negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, e somente poderá ser negociada entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cártula), observado que sua negociação somente poderá ocorrer após decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, após o que estas Notas Comerciais poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, mas não em bolsa de valores, e apenas entre os Investidores Qualificados, e desde que haja o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

## 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Todas as Notas Comerciais em Circulação (conforme definido na Cártula) estão sujeitas a resgate antecipado total, mas não parcialmente, pela Companhia, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério. O resgate antecipado deverá ocorrer pelo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (conforme definido na Cártula) objeto do resgate antecipado, acrescido da Remuneração (conforme definida a seguir), calculada pro rata temporis a partir da Data de Emissão até a data do resgate antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio ou penalidade aos titulares das Notas Comerciais.
<b>Características dos valores mobiliários</b>	<p>O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (conforme definido na Cártula) não será atualizado monetariamente. O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais fará jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Remuneração") correspondentes a 104,45% da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.</p> <p>Tal Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até: (i) a respectiva data de pagamento da remuneração; (ii) a data do resgate antecipado; ou (iii) a data do vencimento antecipado da Nota Comercial em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cártula), o que ocorrer primeiro.</p> <p>Os pagamentos do Valor Nominal Unitário serão realizados pela Companhia aos titulares das Notas Comerciais na Data de Vencimento ou, conforme o caso, na data de seu eventual vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cártula) ou de seu eventual resgate antecipado, na proporção devida a cada um desses titulares de acordo com o número de Notas Comerciais por eles detidas, acrescido da Remuneração (conforme definida acima), calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão, além dos Encargos Moratórios (conforme definidos na Cártula), conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>As decisões acerca de alteração das hipóteses de configuração de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cártula), bem como decisões sobre a não decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais deverão ser aprovadas por titulares das Notas Comerciais que representem, no mínimo, 65% do total das Notas Comerciais em Circulação (conforme definido na Cártula).</p> <p>As deliberações acerca de alteração de prazos, do quorum de deliberação estabelecido acima, do valor e da forma de remuneração das Notas Comerciais, da forma de amortização e/ou resgate antecipado das Notas Comerciais dependerão da aprovação de 90% das Notas Comerciais em Circulação, exceto se ocorrer a hipótese de substituição da Taxa DI Over, o que dependerá da aprovação de 50% das Notas Comerciais em Circulação.</p> <p>As demais decisões serão aprovadas por titulares das Notas Comerciais que representem, no mínimo, a maioria simples do total dos presentes em Assembleia realizada pelos titulares das Notas Comerciais.</p>
<b>Outras características relevantes</b>	As informações que a Companhia julga relevantes sobre esta emissão de valores mobiliários foram apresentadas nos itens acima.
<hr/>	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	5ª Emissão de Debêntures - 1ª Série
<b>Data de emissão</b>	15/09/2014
<b>Data de vencimento</b>	15/09/2017
<b>Quantidade (Unidades)</b>	29.000
<b>Valor total (Reais)</b>	290.000.000,00

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	Distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e dispensa de registro de distribuição pública na CVM. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 dias de sua subscrição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, nos termos da definição da instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Companhia poderá, a qualquer tempo e observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures da 1ª Série, endereçada a todos os Debenturistas da 1ª Série, sendo assegurado a todos os Debenturistas da 1ª Série igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série de sua titularidade, mediante pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.</p> <p>O valor da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso.</p> <p>Não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional em caso de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série.</p>
<b>Características dos valores mobiliários</b>	As Debêntures serão remuneradas semestralmente pela variação acumulada de 109,5% das taxas médias diárias das Taxas DI de um dia, com primeiro pagamento no dia 28 de maio de 2013. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e do tipo subordinada.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As condições para alteração dos direitos assegurados aos debenturistas estão estabelecidas na Cláusula 10 da escritura de emissão.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	5ª Emissão de Debêntures - 2ª Série
<b>Data de emissão</b>	15/09/2014
<b>Data de vencimento</b>	15/09/2019
<b>Quantidade (Unidades)</b>	15.000
<b>Valor total (Reais)</b>	150.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Descrição da restrição</b>	Distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e dispensa de registro de distribuição pública na CVM. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 dias de sua subscrição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, nos termos da definição da instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Desde que permitido pela Lei 12.431/2011 e nos termos a serem regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") , a Emissora poderá, a qualquer tempo, após decorridos 2 anos da Data de Emissão das Debêntures da 2ª Série, ou seja, após 15 de setembro de 2016, realizar oferta de resgate antecipado para as Debêntures da 2ª Série observado os termos e condições estabelecidos nos itens 6.1.2 a 6.1.10, de modo que, para todos os fins e efeitos de direito, onde se lê "Debêntures da 1ª Série" ou "Debenturistas da 1ª Série", ler-se-á "Debêntures da 2ª Série" e "Debenturistas da 2ª Série", respectivamente.
<b>Características dos valores mobiliários</b>	O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures da 2ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série incidirão juros prefixados correspondentes à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, com vencimento em 2018 ("NTN-B18"), que deverá ser apurada conforme média aritmética entre as cotações divulgadas pela ABIMA para o terceiro, o quarto e o quinto Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do bookbuilding das Debêntures da 1ª Série. Os juros das Debêntures da 2ª Série serão pagos semestralmente com primeiro pagamento no dia 15 de março de 2015.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As condições para alteração dos direitos assegurados aos debenturistas estão estabelecidas na Cláusula 10 da escritura de emissão.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª Emissão de Debêntures Simples
<b>Data de emissão</b>	22/12/2009
<b>Data de vencimento</b>	22/12/2016
<b>Quantidade (Unidades)</b>	250
<b>Valor total (Reais)</b>	250.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	Distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 e dispensa de registro de distribuição pública na CVM.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

## 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos debenturistas.</p> <p>O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado.</p> <p>Caso o resgate antecipado ocorra durante o período de Carência do Principal, ao Valor do Resgate Antecipado será acrescido um prêmio de 0,5% (cinco décimos por cento).</p> <p>A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.</p> <p>Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.</p>
<b>Características dos valores mobiliários</b>	<p>As Debêntures serão remuneradas semestralmente pela variação acumulada de 117,0% das taxas médias diárias das Taxas DI de um dia, com primeiro pagamento no dia 22 de junho de 2010. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e do tipo subordinada.</p> <p>A Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro da CVM.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>As condições para alteração dos direitos assegurados aos debenturistas estão estabelecidas na Cláusula 8 da escritura de emissão.</p>

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	3ª Emissão de Debêntures Simples
<b>Data de emissão</b>	20/02/2011
<b>Data de vencimento</b>	20/02/2015
<b>Quantidade (Unidades)</b>	150.000
<b>Valor total (Reais)</b>	150.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 dias de sua subscrição pelo Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, nos termos da definição da instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

## 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos debenturistas.</p> <p>O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser resgatado, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado.</p> <p>Caso o resgate antecipado ocorra durante o período de Carência do Principal, ao Valor do Resgate Antecipado será acrescido um prêmio de 0,5% (cinco décimos por cento).</p> <p>A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.</p> <p>Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.</p>
<b>Características dos valores mobiliários</b>	<p>As Debêntures serão remuneradas semestralmente pela variação acumulada de 110,5% das taxas médias diárias das Taxas DI de um dia, com primeiro pagamento no dia 20 de agosto de 2011. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e do tipo subordinada.</p> <p>A Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro da CVM.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>As condições para alteração dos direitos assegurados aos debenturistas estão estabelecidas na Cláusula 9 da escritura de emissão.</p>
<hr/>	
<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	4ª Emissão de Debêntures Simples
<b>Data de emissão</b>	28/04/2012
<b>Data de vencimento</b>	28/05/2017
<b>Quantidade (Unidades)</b>	75.000
<b>Valor total (Reais)</b>	750.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Companhia, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das debêntures. O resgate antecipado facultativo total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização do efetivo resgate antecipado facultativo total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do resgate antecipado facultativo total, os debenturistas farão jus ao pagamento do valor nominal unitário (ou do saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de emissão, ou a data do pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, que pode variar de 0,75% a 0,20%, dependendo da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o valor nominal unitário, ou o saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios.</p>



## 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

<b>Características dos valores mobiliários</b>	As Debêntures serão remuneradas semestralmente pela variação acumulada de 109,5% das taxas médias diárias das Taxas DI de um dia, com primeiro pagamento no dia 28 de maio de 2013. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e do tipo subordinada. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 4 meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro da CVM.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As condições para alteração dos direitos assegurados aos debenturistas estão estabelecidas na Cláusula 10 da escritura de emissão.

---

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As debêntures da Quarta Emissão em circulação emitidas pela Companhia são registradas para negociação secundária e distribuição primária na BM&FBOVESPA e na CETIP.

As debêntures da Quinta Emissão em circulação emitidas pela Companhia são registradas para negociação secundária e distribuição primária na CETIP.

### **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Todos os valores mobiliários de emissão da Companhia estão descritos no item 18.5 acima.

**18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

De acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

### **18.10 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

## 19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.



### **19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

#### **19.4 - Outras informações relevantes**

A Companhia julga que não há informações relevantes sobre este item.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

De acordo com a Instrução CVM nº 480/09, Anexo 24, este campo é facultativo para a Companhia, por ser registrada na categoria B.

## **20.2 - Outras informações relevantes**

A Companhia não possui uma política de negociação de valores mobiliários.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Nos termos da legislação e regulamentação vigente, em especial no que se refere à Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), o Conselho de Administração da Companhia aprovou em reunião realizada em 31 de maio de 2007, o Código de Conduta – Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão (“Código de Conduta”).

Referido Código de Conduta tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na negociação de valores mobiliários. Tais padrões de conduta e transparência devem ser compulsoriamente observados por Acionistas Controladores, administradores, Conselheiros Fiscais, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia e ainda, empregados e executivos com acesso à informação relevante, nos termos do referido Código de Conduta, mediante assinatura de ‘Termo de Adesão ao Código de Conduta, o qual é arquivado na sede da Companhia enquanto referidas pessoas mantiverem vínculo com a Companhia, e por cinco anos, no mínimo, após seu desligamento.

Cabe às pessoas vinculadas ao Código de Conduta assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa, contínua e desenvolvida através dos administradores incumbidos dessa função, na forma prevista no referido Código de Conduta e na legislação e regulamentação em vigor.

## **21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

O Código de Conduta em consonância com o disposto na Instrução CVM 358 estabelece que cabe ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, a fim de assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, evitando-se, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia e da CCR, controladora da Companhia e que possui suas ações listadas em bolsa de valores.

Para tanto, o Diretor de RI será responsável pela comunicação à CVM, à BM&FBOVESPA, e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão e pela divulgação ao mercado de ato ou fato relevante da Companhia. As pessoas vinculadas ao Código de Conduta, com acesso à informação relevante, devem comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores.

Em caso de omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação de ato ou fato relevante (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM 358), os Acionistas Controladores, administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, vinculadas ao Código de Conduta, que tiverem conhecimento pessoal do ato ou fato relevante e constatarem a referida omissão, somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA e, se for o caso, nas bolsas de valores e mercado de balcão. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Para a divulgação, deverão ser observadas as premissas de que o Diretor de Relações com Investidores deverá: (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar concomitantemente a todo o mercado o ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão, a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia sendo que a Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão. Nesta hipótese, deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão.

As pessoas vinculadas ao Código de Conduta terão o dever de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado e zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de RI da Companhia a fim de se esclarecer a dúvida.

A regra geral em relação a ato ou fato relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de informação privilegiada que constitua ato ou fato relevante possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, a não divulgação será objeto de decisão dos administradores e dos Acionistas

**21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas**

Controladores da Companhia. Ainda que os administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de ato ou fato relevante, é seu dever divulgar imediatamente o ato ou fato relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia. Os Acionistas Controladores ou administradores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos ou fatos relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Os administradores, Conselheiros Fiscais e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia vinculadas ao Código de Conduta deverão informar a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia e seus derivativos, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às bolsas de valores e mercado de balcão, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo II ao Código de Conduta. Essa comunicação deverá ser efetuada imediatamente após a investidura no cargo; e, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, bem como qualquer pessoa vinculada ao Código de Conduta, agindo isoladamente, ou em conjunto, ou representando um mesmo interesse, deverão comunicar à CVM, à BM&FBOVESPA e às bolsas de valores e mercado de balcão, conforme modelo de formulário constante no Anexo III ao Código de Conduta, assim como divulgar, através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, informação sobre: (i) aquisição ou alienação de participação acionária relevante, imediatamente após ser alcançada referida participação, bem como toda vez que referida participação se elevar em 5%; ou (ii) alienação ou a extinção de ações, ou de direitos sobre elas, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual considerado participação acionária relevante pelo Código de Conduta, que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia, compreendendo também quaisquer direitos sobre referidas ações.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente à informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão Código de Conduta e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à CVM, BM&FBOVESPA, outras bolsas de valores, caso aplicável, e ao mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

Cumpra às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpra, ainda, as referidas pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Em caso de dúvida, caberá ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como relevante, devendo, para tal fim, consultar os membros do Conselho de Administração. Caso quaisquer das pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes constate a omissão do Diretor de Relações com Investidores da Companhia no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato à CVM.



## **21.4 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

**22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Não ocorreram operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

**22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Todos os contratos celebrados entre a Companhia e/ou suas controladas com terceiros estão diretamente relacionados com suas atividades operacionais, portanto, não há qualquer contrato a ser identificado neste item.

## **22.4 - Outras informações relevantes**

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.